

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO**

JULIE MATHILDA SEMIGUEM PAVINATO

**A GESTÃO SOCIAL DAS RACIONALIDADES PRODUTIVAS DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NAS MESORREGIÕES OESTE E CENTRO
OCIDENTAL PARANAENSE**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2022

JULIE MATHILDA SEMIGUEM PAVINATO

**A GESTÃO SOCIAL DAS RACIONALIDADES PRODUTIVAS DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NAS MESORREGIÕES OESTE E CENTRO
OCIDENTAL PARANAENSE**

Defesa da tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural

Equipe Orientadora:

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Basso.
Coorientadora: Prof.^a Dr^a Sandra Maria Coltre

MARECHAL CANDIDO RONDON

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

SEMIGUEM PAVINATO, JULIE MATHILDA
A GESTÃO SOCIAL DAS RACIONALIDADES PRODUTIVAS DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NAS MESORREGIÕES OESTE E CENTRO
OCIDENTAL PARANANSE / JULIE MATHILDA SEMIGUEM PAVINATO;
orientador DIRCEU BASSO; coorientador SANDRA MARIA COLTRE. --
Marechal Cândido Rondon, 2022.
196 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Sustentável, 2022.

1. Racionalidades. 2. Gestão Social . 3. Tipologias. 4.
Agricultura Familiar. I. BASSO, DIRCEU, orient. II. COLTRE,
SANDRA MARIA, coorient. III. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Agrárias – CCA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado

JULIE MATHILDA SEMIGUEM PAVINATO

“A GESTÃO SOCIAL DAS RACIONALIDADES PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS MESORREGIÕES OESTE E CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme Ordem de Serviço nº 012/2022 – GRE, artigo 7º, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de **DOCTORA** em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADA** pela seguinte banca examinadora:

Dirceu Basso - Orientador

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Sandra Maria Coltre - Coorientadora

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Valdir Serafim Júnior - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Adriana Maria De Grandi - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Alvori Ahlert - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Exzolvildres Queiroz Neto - Membro

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Marechal Cândido Rondon, PR, 22 de junho de 2022.

Wilson João Zonin
Coordenador Especial do PPGDRS
Portaria nº 4178/2020 – GRE

*Aos amores da minha vida: Caio e Arthur, obrigada
por tanto e por tudo, sempre!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, esperança, saúde, graça e fé.

À minha família, Paulo (pai), Gessi (mãe), Yolanda (sogra), Marcos (esposo), Caio e Arthur (filhos), meus irmãos queridos Paola, Paulo Júnior (in memória) e Fernando por todo cuidado, carinho e apoio durante essa caminhada que, como ninguém, vocês sabem o que significou.

Ao Orientador Dirceu Basso, pelo comprometimento e seriedade com que conduziu os trabalhos dessa pesquisa.

À coorientadora, Sandra Maria Coltre, pelos valorosos apontamentos, norteadores de bons e produtivos resultados da pesquisa.

Aos professores do PPGDRS: Alвори Ahlert, Alberto Feiden, Aldi Feiden, Adriana Maria de Grandi, Adilson Francelino Alves, Alteviri Signor, Arlindo Fabrício Corrêa, Clério Plein, Dirceu Basso, Irene Carniatto de Oliveira, Geysler Rogis Bertoline Flor; Marcos Aurélio Saquet, Nardel Luiz Soares da Silva, Nelza Mara Pallu, Sandra Maira Coltre e Wilson João Zonin. A todos, meu profundo respeito e admiração, por me ensinarem a pensar fora da 'caixa', enxergar outras racionalidades e possibilidades. Muito obrigada!

À Lizete Maria Eckstein pela gentileza, cordialidade e absoluto profissionalismo em todos os atendimentos.

Aos colegas de Mestrado e Doutorado do PPDRS, em especial aos amigos Vinicius Matias, tão amigos dos amigos, sempre pronto a ajudar; Rafael Ferreira Alves e Celso Farias ouvintes atentos Flávia Piccinin Paz Gubert e Leandro César Neurokirchen pelas palavras de carinho a cada etapa do caminho. O apoio de todos vocês foram imprescindíveis para a realização dessa conquista.

Aos profissionais das instituições e organizações: Jonathan - Instituto Paranaense de Extensão Rural - Emater/Ubiratã-PR; Orlando Campos - Cooperativa da Agricultura Familiar de Ubiratã-Pr Canpar; Cleusinete Marcia Prates Novaes – Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais/Ubiratã-PR e Vinicius Matias - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná – Biolabore/Santa Helena/PR); que dividiram seu tempo e informações para realização desta pesquisa.

Por fim, aos atores que representam a razão de ser desta investigação, que ofertam conhecimento, experiência de vida, trabalho e amor ao meio rural – aos agricultores familiares e suas famílias – meu respeito e meu agradecimento!

À CAPES, pelo importante incentivo e fomento à pesquisa científica, bem como pela promoção de apoio e cooperação internacional e principalmente por assegurar o acesso e divulgação da produção científica.

Muito Obrigada!

Quem tem um "porquê" enfrenta qualquer "como".

Friedrich Nietzsche

RESUMO GERAL

PAVINATO, Julie Mathilda Semiguem. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, abril – 2022. **A Gestão Social das Racionalidades Produtivas dos Agricultores Familiares nas Mesorregiões Oeste e Centro Ocidental Paranaense.** Orientador: Doutor Dirceu Basso.

Esta tese tem o objetivo de analisar a gestão social nas diferentes racionalidades existentes na agricultura familiar nas mesorregiões oeste e centro ocidental paranaense. Para contextualizar a temática de pesquisa, se discute a racionalidade que é abordada a partir dos conceitos de Weber (1992;1994); Guerreiro Ramos Guerreiro Ramos (1981;1983); Leff (1993) e Habermas (1987, 1990); para definição e descrição do conjunto de significados e motivações que conduzem os atores rumo a suas decisões; são apresentadas definições sobre a agricultura familiar, racionalidades instrumental, substantiva, gestão, gestão nas unidades familiares, gestão social e as interfaces com o Desenvolvimento Rural Sustentável. O estudo buscou responder à questão: Quais são as razões e os motivos observados na prática de gestão social entre os agricultores familiares que permitem a emergência da diversidade entre eles? Para responder essa questão, o estudo foi exploratório sem considerar a evolução dos dados no tempo. Os participantes foram os 35 agricultores familiares da região oeste e noroeste do Paraná. O instrumento de coleta de dados foi um questionário utilizando a tipologia de Basso (2013) para classificar os agricultores em três tipos, como sendo: tipo 1 - Convencional; Tipo 2 - em transição e tipo 3 - não convencional. O Tipo convencional tem objetivos voltados à produção para o mercado e à realização de investimentos para melhorias na área produtiva da unidade de produção, demonstrando uma forte interação com o mercado, totalizando 34 questões. O tipo convencional tem objetivos voltados à produção para o mercado e à realização de investimentos para melhorias na área produtiva da unidade de produção, demonstrando uma forte interação com o mercado. A concepção de lucro desse tipo de agricultor está conectada à eficiência do seu processo produtivo. As racionalidades diagnosticadas nas práticas de gestão social desse tipo de agricultor se aproximam da racionalidade substantiva nos vínculos com a comunidade e instrumentais no seu processo decisório quanto ao sistema produtivo. O tipo 2 – em Transição (híbrido) traz em suas práticas de gestão uma mistura de características que abarcam concepções dos outros dois tipos, de modo a se apropriar das estratégias que beneficiem sua unidade de produção. É dos tipos o mais difícil de classificar, justamente por essa ambiguidade (ora voltado para o mercado/ ora para valores sociais). As práticas de gestão social do tipo 3 não convencional, deixam clara a importância da família nas decisões e na ação do trabalho na unidade de produção familiar. Os objetivos dessas práticas de gestão buscam garantir a sobrevivência da família e as ações visam a produção diversificada para o consumo doméstico. Este tipo de agricultor tem um entendimento particular de lucro, uma vez que pensa a produção a partir dos benefícios da saúde e da qualidade de vida da família. Os resultados da pesquisa apontam que as racionalidades instrumental, multifacetada e substantiva, subsidiam as escolhas decisórias no processo de gestão social de sua propriedade e sua visão de mundo. E, elas são articuladas de forma interdisciplinar e não são fixas, mas, mutáveis frente ao contexto socioeconômico, político, cultural, ambiental, regional e individual.

Palavras-chave: Modernidade; Racionalidade; Tipologia; Diversidade; Agricultura familiar;

GENERAL SUMMARY

PAVINATO, Julie Mathilda Semiguem. State University of Western Paraná - UNIOESTE, April - 2022. **The Social Management of Productive Rationalities of FamilyFarmers in the West and West Central Mesoregions of Paraná.** Advisor: Doctor Dirceu Basso.

This thesis aims to analyze social management in the different rationalities existing in family farming in the northwest and western regions of Paraná. To contextualize the research theme, we discuss the rationality that is approached from weber's concepts (1992;1994); Guerreiro Ramos (1981;1983); Leff (1993) and Habermas (1987, 1990); to define and describe the set of meanings and motivations that lead the actors towards their decisions; definitions are presented on family agriculture, instrumental rationalities, substantive, management, management in family units, social management and interfaces with Sustainable Rural Development. The study sought to answer the question: what are the rationalities observed in the practice of social management among family farmers that allow the emergence of diversity among them? To answer this question, the study was exploratory without considering the evolution of the data over time. The participants were the thirty-five family farmers from the west and northwest regions of Paraná. The data collection instrument was a questionnaire using the Basso typology (2013) to classify the producers into three types, as being: type 1 - Conventional; Type 2 - in transition and type 3 - unconventional. The conventional type has objectives aimed at producing for the market and making investments for improvements in the production area of the production unit, demonstrating a strong interaction with the market, totaling thirty-four questions. The conventional type has objectives aimed at producing for the market and making investments for improvements in the production area of the production unit, demonstrating a strong interaction with the market. The profit conception of this type of farmer is connected to the efficiency of its production process. The rationalities diagnosed in the social management practices of this type of farmer approach the substantive rationality in the bonds with the community and instrumental in its decision-making process regarding the productive system. Type 2 – in Transition (hybrid) brings in its management practices a mixture of characteristics that encompass conceptions of the other two types, to appropriate the strategies that benefit its production unit. It is of the most difficult types to classify, precisely because of this ambiguity (sometimes focused on the market/ or for social values). The unconventional type 3 social management practices make clear the importance of the family in the decisions and action of work in the family production unit. The objectives of these management practices seek to ensure the survival of the family and the actions aim at diversified production for domestic consumption. This type of farmer has a particular understanding of profit since he thinks about production from the health benefits and quality of life of the family. The results of the research indicate that instrumental, multifaceted, and substantive rationalities support the decision-making choices in the process of social management of their property and their worldview. And, they are articulated in an interdisciplinary way and are not fixed, but changeable in view of the environmental, regional, and individual context.

Keywords: Modernity; Rationality; Typology; Diversity; Family farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diferentes tipos de agricultura (interligados).....	37
Figura 2 - Modelo do comportamento adaptativo de unidade de produção.	50
Figura 3 - Mapa Mesorregiões do Estado do Paraná.....	94
Figura 4 - Quantidade de Agricultores Familiares por Município pesquisado ..	95
Figura 5 - Representação das Instituições que compõe a Rede dos Agricultores Familiares do tipo convencional : Representação das Instituições que Compõe a Rede dos Agricultores Familiares do Tipo Convencional	137
Figura 6 - Representação das Instituições que Compõe a Rede dos Agricultores Familiares do Tipo em Transição	144
Figura 7 - Representação das Instituições que Compõe a Rede dos Agricultores Familiares do Tipo Não Convencional.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Tipologias de Mercados para Agricultura familiar	39
Quadro 2- Variáveis e tipos de racionalidades estudadas por Basso (2013) ...	46
Continuação Quadro 3- Variáveis e tipos de racionalidades estudadas por Basso (2013).....	47
Quadro 4 - Tipologia das Racionalidades Produtivas de Basso (2013)	96
Quadro 5 - População Pesquisada.....	97
Quadro 6 - Dimensões, Variáveis e Indicadores do Roteiro de Entrevistas	97
Continuação Quadro 7 - Dimensões, Variáveis e Indicadores do Roteiro de Entrevistas.....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação do gênero dos agricultores familiares entrevistados	101
Gráfico 2 – Idade; Escolaridade; Gênero e Número de Filhos de acordo por Tipo de agricultor Familiar: Convencional, em Transição e não convencional.....	102
Gráfico 3 -Quantidade de Agricultores Familiares com Posse da Terra.....	104
Gráfico 4 - Quantidade de Agricultores Familiares que possui bloco de Agricultor Rural.....	105
Gráfico 5 - Produtos Comercializados pelas Unidades produtivas pesquisadas	106
Gráfico 6 - Produtos para Comercialização; Local de Comercialização; Tamanho do Lote e Renda Mensal em R\$, por Tipo de agricultor Familiar: Convencional, em Transição e não convencional.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar
AS – Agricultura Sustentável
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CANPAR – Cooperativa do Agronegócio do Noroeste do Paraná
CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PPDRS- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – A DIVERSIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: PERSPECTIVAS E LIMITES	22
1.1 CRÍTICA À RAZÃO MODERNA.....	22
1.2 A DIVERSIDADE DE RACIONALIDADES NO MEIO RURAL.....	35
1.3 A AGRICULTURA FAMILIAR – NOÇÕES, CONCEITOS E MODELOS DE TIPIFICAÇÃO.....	41
1.4 O PROCESSO DECISÓRIO DO AGRICULTOR FAMILIAR.....	48
CAPÍTULO II - GESTÃO SOCIAL, PRÁTICA EM DEBATE, SABER EM CONSTRUÇÃO	53
2.1 GESTÃO: GEFINIÇÕES E LIMITAÇÕES DO CAMPO TEÓRICO.....	53
2.1.1 A Gestão na Agricultura Familiar.....	57
2.2 GESTÃO SOCIAL – CONCEITOS E IDEIAS.....	60
2.3 GESTÃO SOCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: AS EXPERIÊNCIAS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS.....	69
2.3.1 A Gestão Social e o Desenvolvimento Rural Sustentável.....	69
2.3.2 Teoria Ator - Rede.....	76
2.3.3 Agricultura Sustentável e a Sustentabilidade na Agricultura Familiar..	81
2.3.4 Indicadores de Sustentabilidade para Agricultura Familiar.....	88
CAPÍTULO III – MATERIAL E MÉTODOS	93
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	100
4.1 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS.....	100
4.2 ANÁLISE DA GESTÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS RACIONALIDADES: CONVENCIONAL – EM TRANSIÇÃO E NÃO CONVENCIONAL.....	108
4.2.1 Caracterização da Gestão Social na Racionalidade Convencional ...	109

4.2.2 Caracterização da Gestão Social na Racionalidade em transição	115
4.2.3 Caracterização da Gestão Social na Racionalidade não convencional	125
4.3 GESTÃO SOCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: AS EXPERIÊNCIAS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS.....	133
4.3.1 A Gestão Social da racionalidade Convencional e sua Interface com o DRS	133
4.3.2 A Gestão Social da racionalidade em transição e sua Interface com o DRS	142
4.3.3 A Gestão Social da racionalidade não convencional e sua Interface com o DRS	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	186
APÊNDICE ROTEIRO DA ENTREVISTA	196

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem passando por muitas transformações nas primeiras décadas do século XXI. Desde seu reconhecimento legal, experimenta processos evolutivos, crises e transformações tecnológicas, institucionais, organizacionais e de acesso aos mercados ao promoverem a gestão de seus projetos produtivos. Essas mudanças afetam de forma contínua sua sustentabilidade social, ou seja, a capacidade de poder manter sua identidade socioprofissional de agricultor familiar e de viver no meio rural. Diante disso, os agricultores familiares no processo de gestão estão sempre reconstruindo suas estratégias produtivas, as quais se materializam em condutas sociais que geram diferentes maneiras de operar seu empreendimento econômico e de viver no espaço rural, alicerçadas numa gestão social que valoriza as motivações e os significados atribuídos pelos agricultores em suas condutas, em suas práticas sociais, ao implementarem seus projetos econômicos.

Os agricultores familiares não possuem uma gestão única, própria e complexa. Ela é marcada pela heterogeneidade, com singularidades e particularidades que podem ser verificadas nas práticas sociais, econômicas, ambientais e culturais, no cotidiano, na forma como se organizam para gerir sua sustentabilidade.

A diversidade das racionalidades de gestão social pode ser verificada conforme dados das pesquisas de Lamarche (1993); Wanderley (1999, 2009) Baiardi (1999) e Basso (2013). Estas tipificações buscam identificar condutas diversas na maneira de operar o empreendimento econômico e viver o meio rural, reconhecendo a diversidade das distintas condutas que operam na lógica familiar de produção e de socialização nos mercados. Ao gerir o projeto econômico, os agricultores estabelecem relações diversas, seja entre os próprios agricultores, com as políticas públicas, com organizações da sociedade civil, com empresas privadas, entre outros atores sociais.

A Gestão social tem sido abordada por diversas perspectivas nas últimas décadas, normalmente relacionadas às transformações contínuas da sociedade. O termo desafia muitos profissionais e governantes que estão envolvidos na construção e articulação do setor público, já que gestão social pressupõe um

processo entre público e privado de forma descentralizada e participativa.

Tenório (2004) indica que conceitualizar gestão social implica em uma nova relação entre o poder público e a sociedade de forma intersubjetiva, na qual os envolvidos devem todos ter direito à fala, à participação e ao exercício da cidadania do início até a implementação da solução das questões a serem resolvidas frente aos interesses dos envolvidos. A gestão social é um processo de democratização das gestões públicas no sentido de implementar o desenvolvimento local com cidadania. Gestão social, nesse sentido, implica em reconhecer a participação das comunidades da sociedade organizada de forma dialogada, com o Estado de forma a gerar desenvolvimento. Segundo o autor, a gestão social é entendida como uma relação entre indivíduos e coletividades com as entidades públicas e privadas. Essa noção de gestão social será utilizada no presente estudo, observando a gestão como elemento propulsor da democracia e da cidadania, que oportuniza aos agricultores familiares lugar de fala e os retira da invisibilidade, uma vez que se propõe a enxergá-los não como gestores de uma conduta única, mas sim por meio de sua diversidade e heterogeneidade que lhes confere diferentes saberes e estratégias na gestão de seus empreendimentos e os habilita a ocupar espaços nas diversas organizações, sejam elas públicas ou privadas, de discernir, propor e tomar decisões.

O estudo se justifica que ao analisar a gestão social realizada pelos agricultores familiares nas diversas racionalidades produtivas, observando as categorias analíticas criadas por (BASSO, 2013) nas regiões Oeste e Noroeste do Paraná, tem o propósito de trazer à “luz” das reflexões acadêmicas as diferentes formas de gestão social enquanto lutas pela permanência na atividade de agricultor familiar. Interessa ao estudo evidenciar que a realidade social, partindo da categoria analítica de gestão social é complexa, pois se estrutura a partir do foco para o social/econômico e no espaço público, na interface entre a sociedade civil e o Estado. Se concentra no desenvolvimento de propostas que contemplem a sustentabilidade social e ambiental e o interesse na transformação social. É uma área que visa apresentar alternativas para a crescente hegemonia dos interesses do mercado e do capital. O interesse está em superar os princípios da ordem econômica, considerando lógicas sociais e ambientais, e nesse sentido, a gestão das organizações e de suas relações com as mais variadas práticas sociais de

diferentes atores (governamentais, não-governamentais e do setor privado) se exprime, atualmente, na noção de Gestão Social. Como conceito em construção emergente, ela abarca uma dimensão das organizações e práticas sociais que articula diferentes variáveis, entre elas as interações e relações de confiança; aprendizagem e conhecimento; pessoas e tecnologia; cultura e comportamento organizacional; cooperação, domesticidade e redistribuição; e, como tal, deve ser compreendida pelos atores sociais envolvidos na dinâmica do desenvolvimento rural sustentável.

O estudo contribui no sentido de apresentar alternativas para a crescente hegemonia dos interesses do mercado e do capital e como as racionalidades interferem no processo decisório e opções de vida dos envolvidos.

A relevância social do estudo se encontra no fato de que a cada dia aumenta a importância do papel da agricultura familiar. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, estima que haveria em torno de 500 milhões de unidades de produção familiar trabalhando 70% da terra utilizada na agropecuária e produzindo 80% dos alimentos da humanidade. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) afirmam que esse ramo da agricultura é responsável por, aproximadamente, de 50% a 80% no comércio de alimentos naturais do mundo, possuindo em torno de 500 milhões de propriedades distribuídas ao redor do globo. Além disso, muitos deles habitam regiões carentes da zona rural de países ainda em desenvolvimento. De acordo com o censo agropecuário (2017, IBGE), a agricultura familiar é a maior responsável por quantidade significativa dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros.

Assim, a agricultura familiar ocupa papel de destaque na segurança alimentar, no uso do meio rural como espaço de vida e trabalho, na sustentabilidade econômica, social, ética e ambiental, no exercício da cidadania e da democracia para permanência desses atores em seu local de vida e trabalho, pela necessidade de políticas públicas específicas para atender as diversas formas de gestão social dos empreendimentos, com ênfase para o acesso aos mercados, elemento este de tão difícil acesso para a grande maioria dos agricultores familiares.

O estudo busca também diminuir as lacunas nos estudos sobre a 'gestão' na agricultura familiar que são apresentados de modo fragmentado na maioria das

pesquisas. É comum eles abordarem áreas específicas como Custos/finanças e Comercialização em separado, sendo mais frequente se voltarem de forma mais contundente para a gestão da produção (manejo, por exemplo), como afirmam (SOUZA FILHO & BATALHA, 2005). Essa tendência também foi observada por Pavinato e Bertolini (2021) em seu estudo por revisão sistemática de literatura sobre a gestão na agricultura familiar, pesquisa realizada nas bases *Web of Science* e *Scopus*, e publicada pela revista *Regit*, que após refinamentos resultou em apenas 21 estudos abordando a gestão na agricultura familiar, na qual foi possível comprovar a ausência de pesquisas envolvendo a análise da gestão em sua totalidade, ou seja, observando as interações e movimentos das diferentes áreas no processo de gestão dos agricultores familiares (Comercialização; Finanças; Recursos Humanos; Logística etc.) nas unidades de produção familiares. Dessa forma, investigar a agricultura familiar no contexto da gestão social, sobretudo na perspectiva da diversidade e heterogeneidade dos atores envolvidos, preenche uma importante lacuna dada à escassez de pesquisas sobre o tema, o que rompe com um paradigma que mitiga a relevância do processo de gestão dentro das unidades de produção familiares e que, de certa forma, afasta temáticas relevantes advindas das ciências sociais aplicadas de serem apropriadas nas unidades de produção familiares na orientação e estratégias de gestão, resguardadas naturalmente à especificidade de cada tipo de agricultor e modelo de gestão desenvolvido por ele.

Por ainda serem escassos os estudos sobre a gestão dos agricultores familiares, pela sua influência sobre a vida das pessoas, uma vez que se colocam na posição de oferecerem uma produção mais sustentável social e ambientalmente, as organizações relacionadas a esse setor necessitam de um referencial teórico que suporte sua atuação e que seja coerente com suas finalidades, de modo a serem capazes de pensar soluções face às diferentes racionalidades existentes.

Em vista destes argumentos o estudo busca responder à questão: **Quais são as razões e os significados observados na prática de gestão social entre os agricultores familiares que permitem a emergência da diversidade entre eles?**

Neste sentido o **objetivo geral** foi investigar as racionalidades observados na prática de gestão social entre os agricultores familiares que evidenciam a

diversidade de tipologias (convencional; em transição; e não convencional) entre eles. Já os **objetivos específicos**: qualificar os agricultores familiares com base nas racionalidades produtivas e suas interfaces com o desenvolvimento rural; compreender a gestão social implementada pelos agricultores em cada racionalidade produtiva com base nas dimensões: Comércio; Tecnologia e Sociabilidade; analisar as racionalidades das gestões sociais na interface com o Desenvolvimento Rural Sustentável.

A tese seguirá o modelo por capítulos. No primeiro capítulo – de abordagem empírica –, apresenta-se uma crítica à razão moderna, na perspectiva de Weber (1994), Guerreiro Ramos (1989) e Serva (1997), dialogando sobre a diversidade de condutas e motivações que levam os agricultores familiares, em meio a sua heterogeneidade, a se guiarem por diferentes estratégias em suas unidades de produção. Da mesma forma, contempla abordagens sobre os conceitos, características e particularidades da agricultura familiar e suas expressões e significados, envoltos pelo contexto social e político em processos de mutação, que podem alterar (ou não) seu modo de vida e suas liberdades. De forma particular, um destaque para as tipologias de agricultores familiares na visão de Lamarche (1993); Wanderley (1999;2009); Baiardi (1999) e Basso (2013), sendo esta última a tipologia adotada como base para análise das condutas dos agricultores em torno da gestão social nesta pesquisa.

No segundo capítulo é apresentada uma discussão sobre a Gestão social, como conceito em construção com referências em Tenório (1993; 2003); França (2003), Cançado (2011) e Teixeira (2011). Nesse sentido se constrói a argumentação problematizando a necessidade de espaços de discussão, de lugares de fala para os agricultores familiares e, sobretudo, de participação no processo de tomada de decisão sobre os temas que lhes dizem respeito, abrangendo o processo como um todo, desde a apresentação de alternativas até o momento da escolha da solução que se pretende adotar. Estão expostos os pontos de convergência e o papel da gestão social no desenvolvimento rural sustentável, nos quais se estabelecem um comparativo entre as gestões sociais de cada racionalidade produtiva em interface com o desenvolvimento rural sustentável. Este diálogo se apoia nas ideias de Abramovay (2000), Farah (1997) e Sen (2000), propondo o entendimento das diversas dimensões que o desenvolvimento rural

sustentável deve envolver, ao mesmo tempo em que discorre sobre os desafios e limites dessa perspectiva sobre cada racionalidade, na medida em que se analisa a propensão e a capacidade de ajuste de cada conduta rumo ao desenvolvimento rural sustentável. Serva (1997), Tenório (1998), Tenório e Rozenberg (1997), França (2003) e Cançado (2011) são os teóricos que estruturam a interpretação da gestão social no campo do desenvolvimento rural sustentável, como espaço dialógico e democrático, que compreende as múltiplas faces da agricultura familiar e, dessa forma, alargam os horizontes para propor novas óticas de análise para a gestão realizada nos estabelecimentos rurais familiares.

O terceiro capítulo apresentou os materiais e métodos utilizados no estudo.

No quarto capítulo foi apresentado os resultados do estudo comparando entre as diferentes condutas e gestão social com o desenvolvimento rural sustentável de frente os tipos de racionalidade produtiva de Basso (2013) e as racionalidade de gestão social instrumental, multifacetada e substantiva.

Por fim, apresentam-se as considerações finais da pesquisa, nas quais se destacam os principais achados do estudo e pontos chaves para novas e profundas investigações.

CAPÍTULO I – A DIVERSIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: PERSPECTIVAS E LIMITES

1.1 CRÍTICA À RAZÃO MODERNA

Ao discutir a razão moderna, a preocupação é tornar claro que não existe uma única racionalidade como muito se tem propagado, sobretudo quando se trata do meio rural. Entre os agricultores familiares, dada sua diversidade e heterogeneidade, há uma variedade de condutas, motivos e significados que conduzem esses atores para sua prática decisória e na gestão de seus empreendimentos, considerando diferentes perspectivas, sejam elas financeiras, sociais, humanas e/ou culturais, refletindo dessa forma uma dinâmica de contrastes e objetivos diferenciados entre esses atores, que ora podem se voltar de modo mais pontual para o capital, ora podem objetivar objetos imateriais. Ao refletir sobre estes aspectos é possível alargar o campo de análise e permitir que alternativas sejam pensadas para múltiplas e variadas condutas, alinhadas à participação da sociedade, Estado e às diversas organizações (públicas, privadas etc.).

O conceito de racionalidade é complexo e de difícil definição, pois é capaz de englobar uma gama de sentidos diferentes (instrumental, substantiva, comunicativa e ambiental). Segundo Weber (2008), a racionalidade é compreendida a partir da ideia de que a razão dá sentido à vida social, independente de outros fatores, de maneira não previsível e muito particular. Compreender a razão, então, implica em conhecer os diversos significados, valores e fins que dirigem os indivíduos em seus processos de escolha.

A "razão moderna" foi, pela primeira vez, sistematicamente articulada nos trabalhos do filósofo britânico Thomas Hobbes (1588- 1679), nos quais assumiu uma feição utilitarista. Para ele, a razão representa uma capacidade que o indivíduo adquire "pelo esforço" e que o habilita a nada mais do que realizar o "cálculo utilitário de conseqüências" (HOBBS, 1983, p.42). Neste pensamento, a razão se baseia unicamente na métrica para analisar perdas e ganhos, vantagens e desvantagens, de forma técnica, ignorando outros sentidos.

Para Guerreiro Ramos (1915-1982), desde a descoberta da razão pelos gregos na Antiguidade, "a alma do homem teve acesso a um nível de autocompreensão no qual rompeu os limites da visão compacta da realidade

articulada no mito" (GUERREIRO RAMOS, 1981a, p.15). Para o autor, a razão se apresenta como atributo, capaz de distinguir o falso do verdadeiro e de exercer o cálculo. Dessa forma, a razão representa o conjunto de "motivos" pelos quais os indivíduos se movem e tomam suas decisões e esses motivos se baseiam em dizes significados e códigos que não exclusivamente o cálculo.

A razão, dessa forma, é o que impulsiona o indivíduo na organização e definição de direções a serem seguidas, seja pessoal ou profissionalmente, compondo a sistemática que o conduz na ação de tomada de decisões. Representa o elemento de análise desse processo de escolha, que se orienta por diferentes motivos, sejam eles pragmáticos e/ou afetivos e emocionais.

No que concerne ao ato de decidir, do ponto de vista da ciência, trata-se de um atributo humano porque resulta da racionalidade. Para Pereira e Fonseca (1997, p. 177) a questão "[...] da decisão foi discutida por todas as ciências do comportamento, mas todas, sem exceção, tomaram como base o 'homem como animal racional', composto de corpo, mente e razão".

North (2009) explica que as ações dos homens são frutos de sua consciência e de como ela responde às diversas experiências humanas, constituindo, assim, indivíduos com singularidades específicas e crenças que conduzem a padrões diversificados de comportamentos sociais.

March e Simon (1970, p. 212) corroboram com esse entendimento dizendo que "[...] os passos que conduzem o agente a definir a situação de determinada maneira envolvem um complexo entremeado de processos afetivos e cognitivos". Esta compreensão reforça a ideia de Weber, Guerreiro Ramos e Leff, sobre a coexistência de racionalidades diversas nos processos decisórios dos indivíduos, que são impactados e/ou direcionados, a depender do contexto em que esses se encontram.

Para Chiavenato (2000), dois modos de comportamento podem ser percebidos no processo de decisão dos indivíduos: "[...] o cognitivo (dirigido pelos processos de raciocínio das pessoas e que se baseia na racionalidade, na lógica e no uso da mente e da inteligência) e o afetivo (dirigido pelos sentimentos das pessoas e que se baseia nas emoções e na afetividade)". Para o autor, a espécie de situação que envolve a pessoa é o que irá motivar a predominância de um modo de comportamento sobre o outro. Chiavenato (2000, p. 430), constata que:

Em situações em que o indivíduo não recebe impacto dos eventos e nem sofre pressões de tempo para decidir, seu comportamento é cognitivo racional. Porém, quando os eventos ou pessoas produzem tensão ou ansiedade, seu comportamento tende a ser afetivo e emocional.

Dessa forma, se pode entender que os fatores determinantes das emoções que geram os pensamentos e, por conseguinte, orientam o comportamento dos seres humanos derivam da maneira como esses avaliam, interpretam e dão significado às situações (MEIRELES; SANCHES, 2009). Assim sendo, “[...] as operações cerebrais que objetivam a cognição reportam-se à vida do agente, à comunidade onde está inserido, a um tempo e a uma sociedade” (VOSS, 2009, p. 256).

Sobre esse ponto de vista, Meireles e Sanches (2009, p. 9) apoiam afirmando que a cognição é pertinente a um processo “[...] pelo qual as pessoas emitem juízos e tomam decisões a partir das interpretações dos eventos que ocorrem a sua volta, das atitudes e atos das outras pessoas”. Assim sendo, a cognição se refere à definição da situação para a especificação de objetivos – estabelece a relação entre os meios para alcançar os fins. A cognição interfere no processo de concepção de objetivos porque estes são usados como critérios de escolha e raramente representam valores definitivos. Ao contrário, eles refletem as relações entre meios e fins e, conseqüentemente, modificam-se à medida que mudam as convicções a respeito dessas relações (MARCH; SIMON, 1970).

Na visão de Weber (1964), a racionalidade compreende a forma ou a orientação que a ação com sentido assume, e/ou aquilo que qualifica o sentido da ação social.

Assim, a ação deve ser entendida como:

[...] uma conduta humana (quer ela consista em um fazer exterior ou interior, quer consista em omitir ou permitir) sempre que o sujeito – ou os sujeitos – da ação atribui a ela um sentido subjetivo. A ação social, portanto, é uma ação na qual o sentido atribuído pelo seu sujeito – ou sujeitos – se refere à conduta de outros, orientando-se por essa para o seu desenvolvimento (WEBER, 1964, p. 5 apud ALVES, 2002, p. 2).

Para Weber (1964), o processo de racionalização assume seu lugar na vida social, independentemente de outros fatores, de forma própria e em padrões pouco previsíveis.

Compreender a racionalização é também compreender o mundo moderno, diz Weber, já que para ele há uma relação entre ambos, uma vez que representam frutos da modernidade; assim como o capitalismo e o Estado são racionalizados. Para o autor, o retrato da modernidade é a racionalização. Weber (1982) entende por racionalização:

Temos de lembrar-nos, antes de qualquer coisa, que “racionalismo” pode significar coisas bem diferentes. Significa uma coisa se pensarmos no tipo de racionalização que o pensador sistemático realiza sobre a imagem do mundo: um domínio cada vez mais teórico da realidade por meio de conceitos cada vez mais precisos e abstratos. O racionalismo significa outra coisa se pensarmos na realização metódica de fim, precisamente dado e prático, por meio de um cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados. Esses tipos de racionalismo são muitos diferentes, apesar do fato de que em última análise estão inseparavelmente juntos. (WEBER, 1982, p. 337).

Weber (1982) defende o conceito de racionalidade como algo instrumental, ou seja, meios e fins para consecução de um objetivo ou expectativa determinados, calculados, enquanto a racionalidade substantiva não tem nada anterior a ela, não almeja “resultados”, não almeja sucesso, não é quantificável. Para o autor, a racionalidade ou a racionalização possui aspectos distintos que se diferenciam a partir do contexto nos quais eles são observados.

O autor explica que a ação social sempre poderá ser classificada em algum dos seguintes tipos, a partir da racionalidade que os motive: (a) motivada pelos fins: determinada por comportamentos esperados tanto dos objetos quanto de indivíduos do mundo exterior. Esses comportamentos esperados são as condições (ou os meios) com os quais se podem contar para alcance dos fins próprios racionalmente ponderados e almejados (racionalidade instrumental); (b) motivada pelos valores: determinada pela crença consciente em valores (éticos, religiosos, estéticos, entre outros) próprios e absolutos de uma conduta, sem relação alguma com o resultado. Guerreiro Ramos denomina essa racionalidade como racionalidade substantiva; (c) afetiva: ação motivada por afetos em geral, determinada por afetos e estados sentimentais do momento; (d) tradicional: determinada por um costume arraigado, sendo a expressão de uma reação surda a um estímulo habitual (WEBER apud MEDEIROS; SOUZA, 2011).

De acordo com Weber (1994), considerando a fonte de motivação do indivíduo, a racionalidade pode estar voltada para os fins (instrumental) ou para

valores (substantiva), e ainda assim, coabitarem o mesmo espaço. Para o autor, a racionalidade formal/instrumental está relacionada com as formas metódicas e calculistas observadas no sistema jurídico e econômico das sociedades modernas. Está ligada, assim, aos aparelhos institucionais que se estruturam de forma burocrática, em uma hierarquia delimitada por regras fixas. Já a racionalidade substantiva, embora se aproxime da racionalidade formal, se diferencia dela em sua conduta, que não é voltada para fins. Isso quer dizer que ela leva em consideração o contexto social em que se insere, sendo racional quanto à disposição dos valores que orientam aquele mundo social específico. A realidade e/ou situação vivida pelo indivíduo no dado momento direciona a racionalidade que prevalecerá.

Na visão de Guerreiro Ramos (1989), na racionalidade instrumental as ações são baseadas no cálculo, voltam-se para os fins, a competição é acirrada, buscam-se resultados econômicos e poder social. Já a racionalidade substantiva está na natureza humana e se constitui, justamente, na única saída para reverter a hegemonia da racionalidade instrumental e sua socialização histórica. Guerreiro Ramos (1983) observa que a racionalidade substantiva é intrínseca ao Ser Humano e, a partir dela, podem buscar a condução da sua vida para a autorrealização, o autodesenvolvimento e o engajamento mais expressivos no processo de desenvolvimento social. A razão substantiva é a razão do homem como ser político “que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 51) e suas ações constituem uma forma ética de conduta. A concepção de uma racionalidade substantiva é o reconhecimento de que os elementos éticos, morais e estéticos – entre outros valores – são critérios ponderáveis e vão influenciar, dando sentido, qualificando, tipificando, particularizando, configurando a ação social, transformando-a em ação sociopolítica consciente. A racionalidade substantiva, assim, como a capacidade de ponderação de critérios não necessariamente instrumentais, valorativos, simbólicos e subjetivos, e não como racionalização funcional, porque sob os critérios da racionalidade substantiva, “os seres humanos são levados a agir, a tomar decisões e a fazer escolhas, porque causas finais – e não apenas causas eficientes influem no mundo em geral” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 51).

Portanto, a razão substantiva é aquela que capacita os seres humanos a compreenderem a história e a própria condição humana.

A noção de uma racionalidade substantiva, dessa forma, não representa só uma categoria de análise ou contraponto para a crítica da racionalidade instrumental, mas um critério de transformação social. Pois relaciona com um processo de emancipação política do ser humano enquanto indivíduo, que não delega ao grupo social o seu poder de decisão.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos afirma:

Pelo exercício da razão, e vivendo de acordo com os imperativos éticos dessa razão, o homem transcende a condição de um ser puramente natural e socialmente determinado, e se transforma num ator político. A definição que Aristóteles deu do homem como um 'animal político' (zoon politikon) só é compreensível à luz desse entendimento. (...). No domínio político, o homem é destinado a agir por si mesmo, como um portador da razão no sentido substantivo (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 28-30).

Guerreiro Ramos explica que, quando fundamentada apenas na racionalidade instrumental, a vida organizacional e social impede que o indivíduo empregue sua capacidade de reflexão, conduzindo-o a um pensar linear e automático. O processo de racionalização da vida que levou o indivíduo e a sociedade ao processo de automatismo e a diminuição da capacidade de reflexão, que a rigor é a capacidade política de ponderar critérios, não são apenas baseados nas noções de cálculo quantitativos. Nesse sentido Guerreiro Ramos (1983) alerta que à medida em que os padrões e critérios socialmente estabelecidos regem a existência humana em seu conjunto, a sociedade moldada pelos anseios capitalistas se torna o único mentor do ser humano que, por sua vez, é reduzido a uma criatura capaz de cálculo e, conseqüentemente, incapaz de distinguir entre o vício e a virtude (GUERREIRO RAMOS, 1989).

As pessoas, em todas as sociedades escolhem o que fazer de maneira a maximizar quaisquer que sejam os seus fins. Do mesmo modo, criam meios disponíveis para alcançá-los, mas estes são parcos e, portanto, a pessoa tem de escolher os meios de acordo com suas limitações de uma forma que maximize os resultados. Esta interpretação sustenta o pensamento instrumental. Ao contrário da lógica instrumental, a racionalidade substantiva está voltada para a compreensão do ser humano individual e suas relações coletivas. Considera os valores éticos que permitem aos indivíduos julgar e mensurar determinados acontecimentos. E,

mesmo ocorrendo a diversidade de ideias entre os indivíduos em um contexto, a racionalidade substantiva se manifesta como equilíbrio dos indivíduos em relação à coletividade, por meio do respeito à dignidade humana, liberdade de expressão e defesa dos valores éticos e morais.

Guerreiro Ramos propõe a retomada de uma racionalidade substantiva que uniria preceitos de caráter emancipatório com princípios da economia substantiva identificada por Polanyi (1980) em comunidades agrárias.

A noção de substantividade em Polanyi (1980) fundamenta o que se denomina de economia substantiva, nas relações sociais baseadas nos princípios da domesticidade (consumo próprio), da reciprocidade (troca em favor de ações colaborativas) e redistribuição de bens, inerentes a economias domésticas e comunitárias. Tais princípios estariam presentes nas práticas percebidas entre pequenas comunidades e nos grupos familiares. Nesse sentido é que se percebe uma distinção entre os conceitos de economia substantiva de Polanyi (1980) nas relações sociais; da racionalidade substantiva de caráter emancipatório de origem habermasiana e da ação orientada racionalmente por aspectos ético-valorativos propostos por Weber (2008). Considera-se o argumento de Polanyi (2000) de que as trocas econômicas estão imersas em relações sociais e não necessariamente em relações de mercado que visam ao lucro.

A economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são esses que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores e pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas (POLANYI, 2000, p.65).

Assim, é possível estabelecer uma conexão entre a economia substantiva de Polanyi (2000) nas relações comunitárias e familiares de produção com as dimensões ditas “não racionalizadas” da ação baseadas nas relações de parentesco de base afetiva e orientadas por hábitos e tradições segundo a classificação weberiana. Como a decomposição em tipos puros de ação se torna um instrumento teleológico que restringe a percepção que temos da realidade, não

se pode negar a integralidade das dimensões do afeto e da tradição nas relações sociais em que estamos imersos, merecendo, portanto, um reconhecimento para além da ênfase na dualidade da ação racional instrumental - substantiva.

Embora o critério instrumental seja predominante no sistema capitalista, isso não quer dizer que não existam outros critérios mais substantivos de racionalidade na sociedade. Guerreiro Ramos, em sua obra, apresenta uma grande contribuição, no sentido de construir uma teoria que contempla tanto a racionalidade instrumental como a racionalidade substantiva, cujo objetivo é expandi-la a ponto de se tornar base para o planejamento e desenvolvimento dos sistemas sociais, embora lhe faltasse o lastro empírico.

O que se observa da leitura da modernidade sobre as racionalidades é que as incorporações e interpretações feitas pelas estruturas representadas por ela estabelecem o tipo de racionalidade que prevalecerá, de modo que a modernização representada pelo capitalismo e, conseqüentemente pelo mercado, introduziu uma lógica mercantilista e instrumental na qual se predomina o ter, o capital e o poder. A quantificação e os resultados calculáveis se sobrepõem a relações sociais e a motivações humanas mais voltadas para o bem-estar social, cujos interesses individuais são menos importantes do que os objetivos coletivos. Guerreiro Ramos se apoia na obra de Weber para destacar a presença da racionalidade substantiva nas organizações modernas.

O autor considera insuficientes, para fins de análise, os pressupostos da racionalidade instrumental; assim, incorporar a racionalidade substantiva é fundamental para o entendimento e interpretação de determinadas organizações que operam em motivações diversas que não meramente mercantis, como no caso da unidade de produção familiar. Para Guerreiro Ramos, a racionalidade do mercado expressa apenas uma forma de racionalidade, apontando para o fato de haver outras.

Para Guerreiro Ramos (1983, p.43),

Pode-se admitir congruência entre as duas éticas, na proporção em que as qualificações e a natureza do trabalho se coadunem com os valores do indivíduo. Conseqüentemente, a não ser em casos extraordinários, nenhum indivíduo organiza sua conduta sob a espécie exclusiva de nenhuma das duas éticas.

Dada a coexistência das duas racionalidades, “nas situações administrativas ou organizacionais o indivíduo se encontra ordinariamente em tensão” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 44). Considerando que o indivíduo é parte da organização e que o grau de intensidade da tensão é variável, faz-se necessário um mínimo de consenso social, nas palavras do autor, “para que a tensão entre as duas éticas se mantenha num grau que permita as organizações operarem segundo suas expectativas de produtividade e eficácia” (1983, p. 44). Guerreiro Ramos (1983) inferiu que o grau de tensão nas organizações é influenciado pelo seu contexto e estrutura, ou seja, suas características. O autor ressalta algumas delas, como sendo os seus valores gerais; objetivos; meios, normas ou táticas; participação; especificações de execução e; perspectivas de conhecimento dos fatos.

Para Guerreiro Ramos, embora o homem alimente o desejo de se pautar pela razão em suas ações, as pressões exercidas pelo mercado fazem com que a sociedade o obrigue a agir segundo suas engrenagens, até porque a definição da razão para sociedade moderna foi traduzida de modo a favorecer os desígnios do mercado.

A racionalização só se torna uma característica definitiva da ação num mundo moderno, na medida em que se incorpora às instituições e interpretações culturais e às estruturas da personalidade, da mesma forma como incorporou aspectos do modo protestante e capitalista. Enquanto um agia sob as ordens divinas, com seu trabalho organizado racionalmente, o outro age somente com base na racionalização do trabalho, assim ocorre com o ser humano político, e com as esferas da vida, por exemplo.

Portanto, o termo racionalização é utilizado para se designar o processo por meio do qual acontece essa incorporação. Entende-se que a razão humana não deve ser vista apenas pelo prisma do cálculo utilitário ou pelo êxito econômico, nem se deve sequer acreditar que a razão é produto das leis egocêntricas do mercado.

Essa é apenas uma dimensão da vida social e não pode ser considerada como sinônimo de sociedade. Sua tese é de que “[...] a ação administrativa é pautada entre a racionalidade funcional e a substantiva” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 49). O autor, assim como Weber, entende que tanto a racionalidade

instrumental como a substantiva permeiam a vida organizacional e, tanto por isso, o foco não necessita ser e/ou estar unicamente nos fins – o Lucro.

Pelo fato de as organizações representarem espaços de trabalho e não de vida dos indivíduos, é habitual enxergá-las como local para aplicar a norma, a técnica e a métrica, com vistas a otimizar o capital e maximizar seu retorno, ignorando os valores e demais perspectivas que observem objetivos imateriais. Por isso, a dificuldade de visualizar a racionalidade substantiva no universo organizacional corporativo, diferentemente das unidades de produção familiares, nas quais o espaço de vida e trabalho, o campo/meio rural, são os mesmos, então, a perspectiva do cuidado da preservação para manutenção e continuidade da vida se fazem fortemente presentes.

Com base nesse argumento, o conceito de Leff sobre racionalidade incorpora importantes variáveis para leitura das organizações. De acordo com o autor, “O conceito de racionalidade, como um sistema de valores, normas, ações e relações de meios e fins, permite analisar a coerência de um conjunto de processos sociais que abrem a construção de uma teoria da produção e organização social [...]” (LEFF, 2007, p. 123). Para o autor, compreender a racionalidade em sua amplitude conjugando em sua análise todas as perspectivas (instrumental/substantiva) como presentes num mesmo espaço em diversos processos é o caminho para compreender a forma como os atores pensam e dirigem seus empreendimentos, e nesse sentido é possível não apenas entender seu funcionamento como ofertar auxílio a suas demandas, observando atentamente as particularidades e singularidades de cada conduta.

Leff (2007) se baseia fortemente em ambas as tipologias de racionalidade, substantiva e instrumental, para propor o que denomina “racionalidade ambiental”. Segundo o entendimento do próprio autor, não se trata de uma variação ou evolução da racionalidade de valor weberiana ou mesmo da racionalidade substantiva.

A deflagração de um conjunto de novos problemas no mundo contemporâneo, com destaque para a crise ambiental, remete a humanidade para uma reflexão que não pode ser realizada apenas ponderando os critérios da racionalidade instrumental, tampouco desconsiderá-los. O que Leff (2007) almeja

ao propor a noção de racionalidade ambiental, é que outros critérios sejam considerados na reflexão, dentre eles, os ambientais.

A racionalidade ambiental, segundo Leff (2007), é um movimento contrário à razão baseada apenas no cálculo econômico como critério predominante da racionalidade social; ela expõe fundamentalmente as contradições entre a lógica da racionalidade econômica e do processo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e a sustentação desse desenvolvimento pela natureza. A racionalidade ambiental surge tanto a partir do

“paradigma ambiental” nas ciências de modo geral, comportando mudanças nas regras metodológicas e epistemológicas, como pela influência nas “formações ideológicas, sistemas de valores, crenças, conhecimentos e práticas produtivas, sobre os diferentes processos e elementos – naturais e sociais – que constituem o ambiente, suas relações e seus potenciais” (LEFF, 2001, p. 144).

A racionalidade ambiental, na concepção de Leff, “surge assim, como um conjunto de processos de racionalização com diferentes instâncias de racionalidades que conferem legitimidade à tomada de decisões com respeito à transformação da natureza e do uso dos recursos” (LEFF, 2001, p. 134).

A constituição de uma racionalidade ambiental, na medida em que integra processos de racionalidade substantiva e racionalidade instrumental, “passa por processos de desconstrução da racionalidade econômica dominante, bem como de transformação das instituições e dos aparelhos ideológicos que a sustentam e legitimam” (LEFF, 2001, p. 124).

Passa também pela construção de um saber ambiental, “que emerge como uma consciência crítica e avança como um propósito estratégico, transformando os conceitos e métodos de uma constelação de disciplinas e construindo novos instrumentos para implementar projetos e programas de gestão ambiental” (LEFF, 2001, 126).

As pessoas tendem a aderir sem resistência a valores impostos pela indústria cultural e, dessa forma, surge o predomínio de um determinado ‘tema’. Em meio à homogeneização, o indivíduo deixa de se diferenciar e cada vez mais se parece com outros indivíduos.

A racionalidade, nesse caso, é ofuscada pela comunicação. Habermas (1987) buscou compreender suas consequências políticas e psicológicas para a

sociedade moderna, dentro de uma teoria social crítica. Para ele, a razão tem que ser procurada mais nos sujeitos, com menos ênfase no conhecimento. Ao estudar a linguagem e a forma de comunicação e ação entre os indivíduos, encontram-se as raízes que impulsionam a ação comunicativa e social.

Para Habermas (1987), existem dois tipos de razões (ou racionalidades): cognitivo-instrumental e comunicativa. Por meio da primeira, o sujeito usa o conhecimento para agir na sociedade com a finalidade de atingir um objetivo individual e pessoal. No segundo caso, predomina a tentativa de arranjo entre os sujeitos, por meio da comunicação interpessoal e, por essa razão, tende para o consenso.

Sua tese fundamental explicita que as bases simbólicas de interação social foram superadas pela máquina comunicativa da sociedade industrial, com o predomínio da racionalidade instrumental. Nesse tipo de arranjo social, a interação simbólica só se torna viável marginalmente, devido ao domínio ideológico do discurso nos meios de comunicação. Nela, o imperativo técnico e acumulativo impera sobre os demais significados.

Serva (1996), assim com Basso (2013), incrementa suas interpretações das racionalidades fazendo um contraponto na teoria de comunicação de Habermas (1987; 1992). Esses estudos evidenciam a necessidade e a possibilidade de apresentar abordagens diferenciadas para as teorias da administração, considerando racionalidades diferentes da racionalidade instrumental.

A racionalidade comunicativa representa uma forma de racionalidade cujo aspecto principal é a linguagem que, por meio da capacidade argumentativa, possibilita gerar consenso promovendo entendimento e reciprocidade entre os participantes da interação, permitindo o abandono do uso do poder.

Para Habermas (1997), ação comunicativa, ação social colocada em oposição à ação dita estratégica. Trata-se de ação em que os “agentes não se orientam primariamente visando seu próprio êxito, mas sim o entendimento” (HABERMAS, 1997 p.385).

Pela teoria da Modernidade, desenvolvida por Habermas (1987,1992), pode-se afirmar que o processo de modernização da agricultura brasileira é um reflexo da colonização do sistema sobre o mundo da vida dos agricultores

brasileiros, especificamente, dos agricultores familiares. Desse modo, os processos de racionalização da economia e do Estado refletiram no mundo da vida das pessoas.

Serva (1996) caracteriza as racionalidades também com base na perspectiva de complementação. Assim, a racionalidade que fundamenta a ação racional substantiva é a racionalidade substantiva/comunicativa e a que fundamenta a ação racional instrumental é a racionalidade instrumental/estratégica.

Os elementos constitutivos da Racionalidade Substantiva/Comunicativa são Autorrealização, Entendimento, Julgamento Ético, Autenticidade, Valores Emancipatórios e Autonomia. Já os Elementos constitutivos da Racionalidade Instrumental/Estratégica são: Cálculo, Fins, Maximização dos Recursos, Êxito e resultados, Desempenho, Utilidade, Rentabilidade e Estratégia Interpessoal.

O autor explica que, para a racionalidade substantiva, as ações são orientadas por duas dimensões: (1) a dimensão individual que se refere à autorrealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; (2) a dimensão grupal, que se refere ao entendimento, nas direções das responsabilidades e satisfações sociais.

Pode-se interpretar a Racionalidade como o sistema de crenças e valores que norteiam as ações humanas. Serva (1996) explica que os estudos sobre racionalidade buscam compreender a razão que motiva as ações humanas nas organizações e na sociedade.

North (2009, p. 3) destaca que “[...] a premissa usual de racionalidade, aplicada à economia e a outras ciências sociais, mostra-se insuficiente para entendermos as escolhas que fazemos em situações que são fundamentais para o processo de mudança”.

O que pode inferir a partir da abordagem dos teóricos sobre racionalidade: Polanyi (1975), Weber (1994; 1999; 2001), Guerreiro Ramos (1981, 1983, 1989) Leff (1999; 2001, 2006), Habermas (1993, 1994, 2004) e Serva (1996; 2005) é que a razão instrumental não deve ser empregada como o ponto de partida para a análise de toda e qualquer atividade econômica.

Para eles, a economia deveria ser analisada como um processo social, isto é, inserido na configuração institucional própria de cada sociedade historicamente

percebida. A racionalidade instrumental e o mercado não serviriam como categorias gerais de análise de todas as economias.

Importante destacar que este estudo parte da premissa que os dois tipos de racionalidades, tanto a instrumental como a substantiva não se opõem, e podem coexistir nos diferentes cenários.

1.2 A DIVERSIDADE DE RACIONALIDADES NO MEIO RURAL

Na contemporaneidade, o espaço rural vem sendo discutido sob óticas contrastantes e contraditórias justamente no que se refere aos tipos de agricultura existentes (PLOEG, 2008).

Para Ploeg (2008), esses movimentos do desenvolvimento rural giram em torno de três trajetórias bem distintas, que se influenciam entre si, mas apresentam características próprias marcantes e heterogêneas.

A primeira representa o movimento da agricultura camponesa, voltada para uma agricultura mais ecológica, na qual a família tem centralidade na produção e gestão do estabelecimento; a divisão do trabalho e da produção se dá em tempos e movimentos que acompanham o calendário da agricultura, estão ligados aos mercados, mas também e fundamentalmente na reprodução da unidade familiar e são cooperativos com as comunidades nas quais estão inseridos.

A gestão dos estabelecimentos rurais familiares é guiada por uma racionalidade específica, que vem lhes garantindo ao longo de séculos a sua reprodução no interior de diferentes formações socioeconômicas (CHAYANOV, 1974; LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2009; 2014; PLOEG, 2008).

Essa especificidade está não só na consideração de critérios instrumentais diferenciados daqueles utilizados pela racionalidade capitalista, mas também na forma como se dá a interação entre as racionalidades instrumental e substantiva presentes em suas ações sociais.

O segundo grupo corresponde à agricultura do tipo empresarial, que pensa o estabelecimento agrícola como sendo uma empresa. Esse tipo a produção se orienta fortemente para o mercado, o que os torna dependentes desses espaços; o trabalho é altamente tecnificado e especializado; a produção é organizada em grande escala.

A empresa rural representa o modelo de gestão empresarial que almeja o lucro por meio da burocracia, da padronização, da repetição simples e invariável de tarefas, da tecnificação de processos, de cálculos, da quantificação de recursos produtivos, da hierarquia, do assalariamento e da mercantilização (CHAYANOV, 1981; WANDERLEY, 1999; PLOEG, 2008).

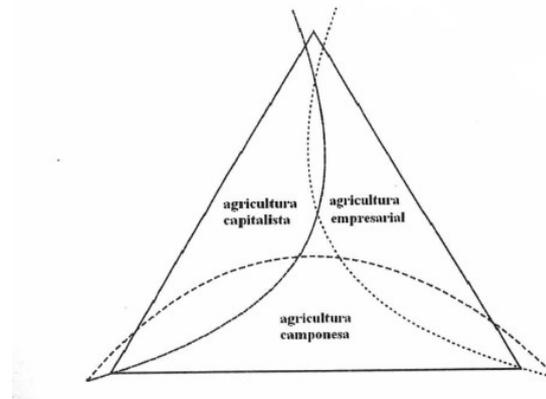
É um modelo de gestão que estabelece uma relação depredatória com a natureza por enxergá-la a partir de seu valor de troca e que, por ser instável, precisa ser dominada pelo homem (LEFF, 2001; PLOEG, 2008).

Como explica Toledo (1993), há uma propensão para a destruição dos recursos naturais e das comunidades camponesas, os quais tendem “[...] a serem substituídos por formas “modernas” de produção, baseadas em custos ecológicos, na especialização espacial, produtiva e humana, e em uma produção exclusivamente orientada ao mercado”. Ao se alastrar no meio rural, esse padrão de gestão é apresentado e defendido pelos capitalistas como superior e o único possível, tendo como um de seus fundamentos o conhecimento gerado pela ciência administrativa.

Ele é o modelo que predomina dentre os estudos organizacionais, cuja principal referência são as organizações econômicas formais capitalistas, situação que revela a existência de pontos cegos teóricos dessa área do conhecimento por não considerar o estudo de outros tipos organizacionais em que há a predominância da racionalidade substantiva (GUERREIRO RAMOS, 1989).

O terceiro grupo representa a agricultura capitalista-corporativa, constituído por grandes empresas agrícolas, as agroexportadoras, que utilizam de mão de obra assalariada, e tem como foco a maximização do lucro. Os três grupos estão representados na figura 01 com suas interligações.

Figura 1 - Diferentes tipos de agricultura (interligados)



Fonte: Ploeg (2008 p. 19)

De acordo com Ploeg (2008), o que diferencia cada grupo é justamente a escala em que são aplicados. A agricultura camponesa representa os pequenos agricultores e vulneráveis, vistos como menos importantes, que observados sobre a ótica de Lamarche (1998) e Wanderley (1999), na atualidade seriam representados pela agricultura familiar.

A agricultura tipo empresarial seria, para o autor, a faixa intermediária que transita entre os outros dois grupos. Enquanto a agricultura capitalista corporativa seria o oposto da camponesa, sobretudo nas generalizações e reflexões sob o prisma do pensamento dominante, que a descreve como sendo forte, necessária e importante. O modo de produção também difere nas três categorias. A essência de toda diferença reside na forma de estruturar o social e o material.

Por meio desses movimentos e generalizações sobre a “racionalidade” na agricultura, o que se percebe é uma tentativa forte de homogeneizar e direcionar as motivações e ações dos agricultores como pertencentes a um único modelo e a uma única mentalidade.

Nesse argumento, há a desqualificação de outras formas de gestão historicamente presentes no meio rural, como também de formas de gestão ressignificadas pela modernidade, representadas por organizações baseadas em racionalidades diferenciadas, cujo peso maior se assenta na razão substantiva.

Quando analisada a teoria das organizações, essa invisibilidade é aprofundada, já que há uma carência dentre os estudos administrativos, inclusive

dos estudos críticos que analisam a racionalidade em organizações substantivas, como pode ser visto em Guerreiro Ramos Guerreiro Ramos (1989), Serva (1996) e em Serva et al. (2015), em reconhecer as especificidades de parte das formas organizativas presentes no meio rural, como são os estabelecimentos rurais familiares.

Contudo, o que se pode notar é que essas categorias se interligam, se distanciam e podem se aproximar dependendo das condições ambientais, como políticas públicas, planos governamentais e ações dos grupos de interesse.

Esses movimentos podem ser percebidos quando se analisa os mercados da agricultura familiar.

Segundo Wilkinson (2008), é possível identificar ao menos quatro formas de acesso aos mercados para a agricultura familiar: i) acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); ii) intermediação via atravessador; iii) integração com a agroindústria; e iv) compras por parte do poder público.

Para o autor (2008), é necessário alargar a percepção sobre os mercados, deixando de lado o entendimento simplório de que o mercado é local de oferta e demanda.

Os mercados devem ser entendidos como lugares de interação social, os quais são constituídos a partir das atividades materiais, sociais e culturais.

As interações entre os mercados são capazes de descrever comportamentos sociais de acordo com as relações entre ofertantes e consumidores em que ocorrem trocas, diálogos, negociação, conflito, compra e venda. Os mercados neste mundo globalizado têm grande importância no cotidiano das pessoas, ao ponto de formar ou definir a organização social, política e cultural das populações ou sociedades.

O mercado pode se diferenciar de formas distintas, a depender das relações estabelecidas entre os agentes que o compõe (ofertantes, demandantes, concorrentes, governo). Wilkinson (2008) apresenta um quadro que resume e tenta ampliar a concepção de mercado a partir de como se estabelecem as relações sociais entre os agentes.

Quadro 1-Tipologias de Mercados para Agricultura familiar

Mercado	Perfil	Desafios
Commodities	Velhos e novos mercados locais e à distância.	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala.
Especialidades	Discriminado por grau de associação com local de tradição.	Concorrência de novos entrantes.
Orgânicos	Grau de associação com saúde e/ou a um modo específico de produção.	Cerificação, escala, pesquisa.
Artesanais	Denominação de origem ou não.	Qualidade, normas técnicas, autenticidade, ação coletiva.
Solidários	Identificação ou não com agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda.	Escala, variedade, qualidade.
Institucionais	Licitações, oferta para varejo.	Qualidade, variedade, escala.

Fonte: Wilkinson (2008)

A escolha dos canais de comercialização mais adequados depende de uma série de fatores, entre os quais se destaca: a) a natureza e as características do produto, tais como a perecibilidade; b) a existência ou não de intermediários; c) o resultado econômico de todo o processo envolvido na cadeia produtiva (WAQUIL; MIELE; SCHUTZ, 2010).

Para Ploeg (2006) é importante considerar a inserção dos agricultores face aos seus objetivos de produção. O autor interpreta a seleção dos mercados por parte dos agricultores com base em uma classificação elaborada por ele, que distingue os atores a partir do modelo de produção. Assim, um agricultor pode possuir apenas produção doméstica (PD) ou, quando o objetivo estiver além do autoabastecimento, os chamados agricultores de mercadorias podem ser enquadrados em três categorias, que consideram o grau de mercantilização observada quanto aos recursos usados na produção, a força de trabalho empregada e os objetivos finais da atividade. Dessa forma, tem-se o primeiro tipo, Pequeno Agricultor de Mercadorias (PPM), que só tem relações mercantis na venda de sua produção e objetiva a sobrevivência. O segundo tipo é o Agricultor Simples de Mercadorias (PSM), que atua visando renda e tem produção e obtenção de recursos no mercado. A última categoria é o Agricultor Capitalista de Mercadorias (PCM), o qual trata a sua produção, os recursos e a força de trabalho como mercadorias, tendo como objetivo a mais-valia. Por não tratarem a força de trabalho como mercadoria, pode-se dizer que o PPM e o PSM podem ser vistos como as formas de representação da agricultura familiar nessa proposta de categorização (PLOEG, 2006). Considera-se que, ao diminuir a autonomia, aumenta-se a

dependência externa dos estabelecimentos na medida em que se avança da PSM em direção a PCM, ou seja, conforme o grau de mercantilização é aumentado.

Atualmente, analisa Ploeg (2008), é impossível reproduzir a família e os estabelecimentos familiares sem recorrer aos mercados, uma vez que ninguém mais é independente dos circuitos de mercadoria. Assim, os modos de gestão da agricultura familiar relacionam dinamicamente aspectos da gestão camponesa com aspectos da gestão empresarial propagada, e, muitas vezes, imposta pela racionalidade instrumental dominante.

De maneira geral, é possível verificar que as estratégias da agricultura familiar conferem aos seus sistemas produtivos e ao seu trabalho algumas características próprias, como: (i) a combinação e equilíbrio de diferentes técnicas e atividades agrícola e animal em pequenas propriedades; (ii) a multiplicidade de tarefas exige flexibilização na organização do trabalho e grande diversidade de competências, além de requerer autonomia e autopercepção para fazer frente à complexidade organizativa de produção; (iii) a busca pela diversidade produtiva a fim de ter mais segurança diante das intempéries; (iv) a utilização, ao máximo, dos subprodutos de seu trabalho; (v) trabalho intensivo da família; (vi) a possibilidade da venda da força de trabalho da família para fora da propriedade ou a sua ocupação em outros afazeres na propriedade em períodos de maior dificuldade de forma a garantir a sobrevivência familiar; e (vii) a possibilidade do contrato de trabalhadores para ajudar na propriedade em períodos de trabalho intensivo (WANDERLEY, 2009).

A partir das contribuições de Chayanov (1974), Lamarche (1993), Wanderley (1999), Ploeg (2006; 2008), é possível observar no meio rural, dentre os agricultores familiares, uma racionalidade mais substantiva, que divide espaço com a racionalidade instrumental enquanto direcionadora de suas ações sociais. Para esse tipo de agricultor, aspectos como sua reprodução social, a família e o trabalho são, muitas vezes, centrais em suas ações.

A economia moral, por exemplo, é uma constante dentre agricultores que mantêm um destacado grau de campesinidade dentre seus modos de produção e vida (PLOEG, 2008). Para esses atores a primazia de seus interesses estão em torno do bem-estar da família, com atividades que se voltam para o atendimento de suas necessidades, sua instrumentalidade; desta forma, não tem por fim último

apenas o lucro, como se destaca tipicamente na dita agricultura moderna (CHAYANOV, 1974; WANDERLEY, 1999; PLOEG, 2006;). Assim, ao analisar a instrumentalidade dos agricultores familiares a partir da ótica de empresas capitalistas, há, normalmente, um julgamento de que eles são ultrapassados tecnicamente e ineficazes economicamente, o que colabora para invisibilizar esse modo de gestão.

Habermas (1989), em sua Crítica da Modernidade, considera que o que levou esta Modernidade à crise foi justamente a racionalidade instrumental personificada na economia e na administração. Destarte, a crise é consequência de uma agricultura capitalista e empresarial a serviço do mercado.

1.3 A AGRICULTURA FAMILIAR – NOÇÕES, CONCEITOS E MODELOS DE TIPIFICAÇÃO

Schneider (1994) acredita que as definições e conceitos da agricultura familiar passaram por avanços consideráveis no que concerne a suas características e modo de reprodução, o que permite ampliar o foco analítico para além dos processos mercantis, voltando-se também para a organização social, modo de vida e constituição de relações desses atores.

O camponês e/ou pequeno agricultor, na atualidade, são denominações consideradas ultrapassadas para pesquisadores como Veiga (1991) e Abramovay (1992); para os autores, esses termos simbolizam o antiquado e o ultrapassado, enquanto o novo termo Agricultor familiar representa a modernidade e a contextualização das transformações vividas por esse ator.

A percepção de Abramovay é destacada quando o autor afirma:

“[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (Abramovay, 1992, p.22).

Para o autor não há motivos para estabelecer relação entre tipos tão distintos como o camponês, do caso europeu da Rússia, mais precisamente com o agricultor familiar cujo contexto social, econômico e político diferem significativamente.

A mesma interpretação é feita por Servolin, que considera a predominância de agricultores familiares modernos como um fenômeno recente, sem qualquer

vínculo ou herança com o passado. Para ele a agricultura individual moderna é considerada um novo personagem, diferente do camponês, e “gestado a partir dos interesses e das iniciativas do Estado” (SERVOLIN, 1989, p.125).

Fernandes argumenta que os teóricos da agricultura familiar defendem:

Que o agricultor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30)

Alexander Chayanov (1974, p. 34) esclarece sobre o campesinato: “essa unidade que trabalha para si mesma tem a natureza da sua motivação diferente de uma empresa organizada na força de trabalho contratado”. Para o autor:

Tomamos a motivação da atividade econômica do camponês não como a de um empresário que como resultado do investimento de seu capital recebe a diferença entre os investimentos brutos e os custos gerais de produção, senão como a motivação do trabalhador que por um peculiar sistema de salário de empreitada lhe permite determinar por si mesmo o tempo e a intensidade de seu trabalho (CHAYANOV. 1974, p.34).

Chayanov (1974) explica que a funcionalidade do campesino se dá na relação com a produção e com a satisfação de suas necessidades, sendo essa a sua prioridade, donde até mesmo a organização do trabalho se estabelece tendo por base o bem-estar da família. Esta perspectiva não anula o interesse do campesino pelo lucro, mas demarca que este, diferentemente do agricultor capitalista, não é seu foco principal.

Para Abramovay (1992), no entanto, o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Com o campesino não ocorre uma integração profunda com o mercado, enquanto o agricultor familiar o relacionamento se dá sem conflitos ao avanço capitalista. O autor destaca a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar.

Entretanto, para Lamarche (1998) e Wanderley (1999) todo contexto de mudança pelos quais passaram os agricultores familiares não significa que eles

perderam sua essência e se transformaram num novo ator; para os autores, não houve um desligamento definitivo com os traços camponeses, na verdade sua herança cultural foi mantida e fortaleceu sua capacidade de adequação às mudanças deste atual contexto. Em suma, para esses autores, a agricultura familiar representa um conceito genérico, que abrange diversos casos singulares, sendo o campesinato um deles.

Wanderley considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno, inserido ao mercado,

“[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999 p. 52).

Para a autora, numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros.

A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples maneira de produzir, se revela como um modo de vida e uma cultura. Naturalmente, essa caracterização é bastante genérica e, assim apresentada, pode ser adequada ao entendimento de uma grande diversidade de situações concretas de reprodução dos camponeses. Importa, assim, compreender as especificidades de cada uma dessas situações, que lhes dão conteúdo social particular.

O termo agricultura familiar é utilizado em distintos contextos e com objetivos bem diferentes. De acordo com Schneider (2011 p. 23), podem-se relacionar quatro situações em que a categoria agricultura familiar é utilizada:

a) como definições empíricas. Variam de lugar para lugar, de grupo para grupo. São os colonos, os sitiantes, os ribeirinhos, os moradores, os agricultores. Nomes que designam grupos de forma imediata, independente de polêmicas conceituais, acadêmicas ou políticas; b) como definições normativas para fins legais e de políticas públicas. Não se confundem com conceitos porque visam principalmente a operacionalizar as políticas e a definir os critérios para alocação de recursos públicos; c) como definições políticas. Utilizadas pelos atores políticos, como

agronegócio, CNA, MST, Via Campesina, CONTAG, FETRAF. Algumas enraizadas em tradições locais e outras podem ser resultadas de legítimas construções políticas como parece ser o caso de agricultor familiar; d) como definições conceituais. Que requerem um referencial teórico, pois não há definições sem teoria.

De acordo a lei Federal de 24 de julho de 2006, define como:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Numa tentativa de caracterizar esse ator a FAO/INCRA apresentou em 1994 alguns elementos classificatórios que o definem como aquele que tem a participação da família no processo produtivo, a gestão da atividade feita conjuntamente, objetiva a qualidade de vida, prioriza a diversidade nos cultivos e utiliza mão de obra assalariada eventualmente.

Embora as mudanças conceituais sejam necessárias no sentido de ampliar o foco de visão sobre esses atores, por si só não são suficientes para minimizar todas as suas demandas. Há, ainda, muita pobreza rural, marginalização política e social e falta de recursos e investimentos.

Contudo, atualmente há a compreensão de que é possível pensar processos de desenvolvimento rural partindo da perspectiva de diversidade econômica e de heterogeneidade social da agricultura familiar no Brasil (MATTEI, 2014). Hajam vista os casos exitosos de desenvolvimento local, a partir da pluriatividade e diversidade de produção, como também agregação de valor aos produtos por meio das agroindústrias.

A categoria social da agricultura familiar assume proporções nada desprezíveis para a formulação de um projeto de desenvolvimento no país, já que cerca de 90% de seus 5.807 municípios têm na atividade agrícola a base de sua economia e, malgrado o tratamento desigual sofrido em termos de favorecimentos políticos, a agricultura familiar responde por mais de 80% dos estabelecimentos rurais, empregando a cerca de 75% da população economicamente ativa na agricultura.

Considerar estes dados e a diversidade de racionalidades que compõe o rural brasileiro é fundamental para apresentar qualquer projeto de desenvolvimento rural sustentável, sendo imprescindível conhecer na sua totalidade cada racionalidade, cada conduta, valores, significados, objetivos e formas de reprodução. Por isso, a tipificação representa um importante elemento para diagnóstico e caracterização dessas condutas em diferentes tipos.

A tipificação constitui uma perspectiva para aprofundar a análise, orientando-se para um conjunto de características que permitem reconhecer cada ator segundo as particularidades apresentadas por ele, e desta forma, interpretar em profundidade a realidade social, política, econômica e cultural a qual ele se insere. Após elaborar o entendimento do modo de vida desse ator, é possível verificar a sua influência no funcionamento das unidades familiares de produção.

Observando o Modelo Familiar a FAO estabeleceu uma classificação em três tipos de unidades, como: 1) de produção, “consolidada” (com área de terra média de 50 ha); 2) “em transição” (com área média de 8 ha); e “periférica” (com área média de 2 ha). A chamada “em transição” seria o alvo para políticas públicas, visto que se adequam à proposta de desenvolvimento rural estabelecida pela FAO, já que as propriedades consolidadas possuem área suficiente para sua sustentabilidade; ao passo que as periféricas, muito pelo contrário, receberiam planos assistenciais, pois muito pouco se pode desenvolver em áreas tão restritas.

A tipificação do Modelo Familiar apresentada por Lamarche é muito significativa, pois reconhece a diversidade das distintas posições que age na “lógica familiar” em suas relações sociais e da sua dependência ao mercado. Assim, o autor apresentou quatro modelos teóricos de exploração familiar:

(1) empresa pouco ou não familiar e fortemente dependentes; 2) empresa familiar, a família é considerada essencial, depende muito do exterior; 3) agricultura camponesa ou de subsistência funcionam mais como modelo de subsistência e sobrevivência do que camponês; 4) e agricultura familiar moderna, menor papel da família e maior autonomia (LAMARCHE, 1998).

O autor reconhece que para o caso brasileiro há predominância de dois modelos: agricultura camponesa de subsistência e agricultura familiar moderna.

Outra proposta é apresentada por Amílcar Baiardi (1999) que estabelece cinco categorias para agricultura familiar:

Tipo A: tecnificado, com forte inserção mercantil. É predominante na região de cerrado, geralmente ligado à produção de grãos;

Tipo B: integrado verticalmente em Complexos Agroindustriais – aves e suínos, por exemplo – e mais recentemente em perímetros irrigados voltados à produção de frutas;

Tipo C: agricultura familiar tipicamente colonial – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais – ligada à policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais;

Tipo D: agricultura familiar semimercantil – predominante no Nordeste e no Sudeste;

Tipo E: de origem semelhante ao tipo D, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes.

Por fim, a tipificação elaborada por Basso (2013) apresenta três tipos, sendo eles: Convencional, em transição e Não-convencional. Suas principais características e variáveis analíticas estão dispostas no quadro 2.

Quadro 2- Variáveis e tipos de racionalidades modernas dos agricultores familiares estudadas por Basso (2013)

Variáveis	Tipos de racionalidades modernas		
	Convencional	Em transição	Não-convencional
Sistema produtivo	Especializado – monocultura.	Priorizam, em seus sistemas de produção, atividades que possibilitem a otimização dos fatores de produção de terra e trabalho agrícola.	Diversificados - orientados a partir das diretrizes da produção agroecológica, integrando princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos.
Produção comercial	Cultivo de cereais (milho, soja e trigo) e a produção animal (avicultura, suinocultura e a produção de leite).	Produção de leite e a hortifruti cultura e pela verticalização da produção.	Predominantemente os produtos ligados aos cultivos de hortifruti cultura e os derivados dos processos de agregação de valor às matérias-primas (vegetais e animais) em pequena escala, com diferentes níveis de processamento.
Produção para consumo	Fracamente valorizada por esses agricultores, dirigindo-se fortemente ao mercado para atender tanto o consumo de subsistência quanto o consumo destinado à produção com finalidade de renda comercial.	Medianamente valorizada; dirigem-se ao mercado para comprar parte dos produtos objetivando a subsistência da família.	É fortemente valorizada no estabelecimento desses agricultores, dirigindo-se fracamente ao mercado para compra de produtos, tanto aqueles para atender às necessidades de subsistência quanto para os destinados à unidade de produção com o propósito de obter renda agrícola.
Tecnologias	Parque de máquinas e equipamentos adequados à produção em escala, com constante incorporação de inovações tecnológicas.	Limitados a poucos bens e com muitos anos de uso, com exceção de alguns que, de forma individual e/ou cooperada possuem máquinas e equipamentos com poucos anos de uso.	Possuem equipamentos tradicionais e/ou adaptados aos cultivos realizados, em geral de pequeno porte e pouco demandante de capital financeiro.

Continuação Quadro 3 Variáveis e tipos de racionalidades modernas dos agricultores familiares estudadas por Basso (2013)

Qualificação profissional	Voltado à especialização produtiva e à busca constante da produtividade.	Uns preconizam os eventos de capacitação circunscrita à perspectiva de modernização da agricultura enquanto outros participam em eventos que visam a uma produção agrícola com base na valorização de princípios de diversificação do sistema produtivo e/ou da agricultura agroecológica.	Cursos e eventos ligados à agricultura agroecológica.
Vínculos comunitários	Possuem fortes vínculos comunitários onde residem, suas relações de grupos e associações, quando existem, ocorrem com agricultores que pertencem ao mesmo tipo.	Possuem fortes vínculos comunitários onde residem, encontram-se medianamente articulados em grupos e associações, mas fortemente associados a cooperativas do ramo de crédito rural, do segmento cooperativo solidário, e fracamente associados a cooperativas de produção, tanto do segmento empresarial quanto do solidário.	Possuem fortes vínculos com a comunidade onde residem e estão fortemente ligados a grupos/núcleos e/ou associações de agricultores inseridos no mesmo tipo. Estão associados tanto às cooperativas de crédito rural quanto às cooperativas de produção e comercialização do segmento solidário.
Formas de Comercialização	Virtual (à distância), o mercado de commodities.	Fazem uso tanto do mecanismo de comercialização virtual quanto do mecanismo de proximidade e do mecanismo institucional (compras governamentais).	Mecanismos de comercialização: de proximidade, o institucional e o de nicho (mercado orgânico).
Práticas Agronômicas	Uso intensivo de insumos de origem industrial. Nos cultivos vegetais realizam o plantio direto sobre a palhada e o controle de pragas e doenças é realizado com uso de agrotóxicos.	Uso semi-intensivo de insumos de origem industrial. No cultivo de cereais realizam o plantio direto, com o controle de pragas e doenças a partir do uso de agrotóxicos.	Uso de fertilizantes orgânicos e a valorização dos processos naturais para conservar a fertilidade dos solos

Fonte: Basso (2013 p. 23 a 27).

Pensando o espaço rural no qual se inserem os agricultores familiares está presente a diversidade, seja na forma de produção, organização do trabalho e/ou na construção de suas relações – capital social. De acordo com Basso (2013), esses agricultores adotam condutas e práticas sociais de diversas racionalidades e não se limitam, portanto, a desenvolver a racionalidade instrumental, de identificar a modernidade como um modo particular de modernização (o modo capitalista); vivenciam, também, outras racionalidades não-convencionais em seus projetos de produzir e viver no meio rural.

Já dizia Favareto (2007) nos estudos sobre a racionalização da vida rural que é possível que os tipos de ação social apareçam juntos e combinados, concluindo assim que “nada impede, portanto, que a ação social de indivíduos ou grupos sociais seja motivada, a um só tempo, por uma ação racional com relação

a fins e com relação a valores ou até mesmo com a tradição” (FAVARETO, 2007, p. 179).

Carneiro (2008) destaca que a maioria dos estudos sobre agricultura normalmente se voltam para a dinâmica de produção, contemplando os fatores econômicos, tais como: a área plantada, a mão de obra, os mercados e a ação de tecnologias sobre esses fatores. Para a referida autora, sobretudo, “[...] nessas análises, o adjetivo ‘familiar’ só é acionado para caracterizar a equipe de trabalho” (CARNEIRO, 2008, p. 153).

Percebe-se com este argumento certa dificuldade dos estudiosos em expandir o campo de análises e destacar em suas pesquisas problemáticas relacionadas à diversidade de racionalidades no meio rural, e por conseguinte a necessidade de estabelecer políticas públicas e ações específicas que sejam capazes de atender cada tipo, sendo necessária para isso a participação da sociedade civil, Estado e demais instituições públicas e privadas para que de forma participativa e deliberativa seja possível o alcance desses objetivos.

1.4 O PROCESSO DECISÓRIO DO AGRICULTOR FAMILIAR

Schneider (2006) destaca que, compreendendo que as decisões sejam tomadas pelo grupo familiar, diante de suas condições materiais, ambientais, sociais e econômicas, estes mesmos fatores são essenciais na definição das estratégias e trajetórias para a reprodução das famílias. Para o autor, mesmo as famílias estando submetidas a condicionantes externos (monopólio de preços, mercado e crédito limitado etc.), é a base da força de trabalho ser familiar que permite que determinadas decisões sejam possíveis.

Dessa forma, as decisões tomadas pelos agricultores são responsáveis pelo funcionamento das unidades de produção familiares.

Os agricultores são levados a tomar e implementar tais decisões em níveis e escalas de tempo diferentes, o que as torna estratégicas, tanto em relação ao processo produtivo (decisões de investimento e utilização de recursos), quanto decisões operacionais elementares, relacionadas às atividades do cotidiano (LIMA et al., 2001). Para os autores, as decisões têm consequências técnicas e econômicas, de curto, médio e longo prazo, uma vez que, em grande medida, determinam os resultados econômicos e físicos. Dessa forma, tanto as decisões

operacionais quanto as estratégicas condicionam o êxito do projeto global da unidade de produção familiar.

Então, pode-se dizer que o processo de decisão e ação dos agricultores implica uma permanente confrontação entre os objetivos da família e um conjunto de limitações bioclimáticas, ligadas ao sistema de produção e ao meio socioeconômico.

Nesse sentido, destacam-se decisões de duas variáveis: os objetivos do agente e as possibilidades de realização (LIMA et al., 2001). Estes autores acrescentam ainda que:

Essa coerência e racionalidade é particularmente contingente e situacional e não se refere à racionalidade do sistema econômico, tampouco ao julgamento que um observador exterior ou o próprio agente porventura venha fazer de suas decisões e ações “a posteriori”. Em certos casos, uma decisão pode ser contrária a um objetivo, mas coerente com outro. Isso implica que houve uma arbitragem entre os dois objetivos. Há situações em que a escolha é feita com pouco conhecimento de causa; mesmo assim, trata-se de um “a posteriori” e não de um “a priori”. (LIMA et al. 2001, p. 66-67).

Enfim, as decisões e ações dos agricultores familiares relativas à direção de suas unidades de produção são coerentes e racionais (LIMA et al., 2001) e envolvem diferentes racionalidades, tanto a instrumental como a substantiva, pois destacam ao mesmo tempo noções de ganhos e perdas e valores baseados na tradição, na cultura e reciprocidade nas relações.

No Quadro 2, pode-se observar os elementos de racionalidade do processo de decisão e ação em unidades de produção familiares, evidenciando a interligação da situação, do projeto e objetivos dos agricultores familiares (BROSSIER, 1973 *apud* LIMA et al., 2001).

Figura 2 - Modelo do comportamento adaptativo de unidade de produção.



Fonte: Brossier et al. (1973) *apud* Lima et al. (2001, p. 67).

Por meio do esquema apresentado no Quadro 2, compreende-se que o comportamento dos agricultores familiares é resultante do produto da história, o qual é condicionado por dois fatores elementares: o projeto/finalidade e a situação. O projeto/finalidade é o responsável por guiar as decisões dos agricultores. A situação corresponde a um conjunto de fatores que intervêm sobre as possibilidades de ação do agricultor.

Em resumo, o que determina a situação em que se encontra o agricultor são os objetivos e o projeto estabelecido. São elementos interrelacionados com forte fator de influência sobre o outro, visto que, por mais que o projeto seja determinado pela preferência e sistema de valores do agricultor, é também dependente da situação, que é decisiva na escolha da estratégia e, por conseguinte, na escolha dos objetivos. Como apontam Lima et al. (2001, p. 70), “[...] com efeito, há uma dupla adaptação entre a situação e objetivo. A situação depende dos objetivos do agricultor e os objetivos dependem da situação”.

Para Schneider (2003) as estratégias representam a ligação entre as unidades de produção familiar e o ambiente externo. Por mais conflitante e contrastante que seja essa ligação, as estratégias também são condicionadas por fatores sociais, culturais e espaciais. Neste contexto, as decisões e motivações se materializam por meio das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos.

Na unidade de produção familiar, emoção e sentimentalismo se confundem com a objetividade e racionalidade, família e negócio se veem inseparáveis apesar de certa incompatibilidade desses dois componentes.

Essa dificuldade é explicitada por Abramovay, que diz (2012, p. 69) que o agricultor familiar enquanto “ornitorrinco social (simultaneamente patrão, empregado, proprietário e arrendatário de si próprio)”, encontra-se no centro de uma atividade econômica na qual trabalho e gestão estão estruturalmente integrados em torno dos vínculos familiares, necessitando desse agricultor uma gestão do seu estabelecimento rural apropriada às suas particularidades.

Lima *et al.* (2001) observam que as unidades familiares de produção possuem racionalidades administrativas próprias e estão vinculadas aos objetivos e finalidades do agricultor familiar e de sua família. Além disso, a “racionalidade administrativa é condicionada pela situação (realidade), presente e passada, do agente (indivíduo ou organização) e sobre a qual ele atua, assim como pela percepção que ele tem dessa situação” (LIMA *et al.*, 2001, p. 45).

Assim, a situação dos estabelecimentos familiares é determinante no processo decisório do agricultor familiar pois, diante da forma como ele percebe esta realidade e, com base na sua experiência, é que estabelece seus objetivos e realiza ações. Isto demonstra o quão dinâmico é o processo decisório desse ator face à constante adaptação dos objetivos em relação a diferentes situações apresentadas. A diversidade das unidades de produção familiares resulta em racionalidades distintas dos agricultores familiares. Lima *et al.* (2001) apresentam características específicas da racionalidade administrativa nas unidades de produção familiares que se expressam na forma de organização e nos objetivos da atividade administrativa desenvolvida. Estas características específicas são:

- Realização do processo de trabalho e produção, basicamente, pela força de trabalho familiar;
- unidade, interação e interdependência existente entre família e a unidade de produção; isto é, a não-separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores;
- não-especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre atividade administrativa e executiva, isto é, entre trabalhadores diretos e indiretos;
- participação solidária e corresponsável de todos os membros da família na organização e funcionamento do conjunto do sistema família-unidade de produção;
- informalidade no processo de planejamento, coordenação, direção e controle da produção e demais atividades;

projetos (objetivos e finalidades) orientando, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar (família); estratégia voltada para garantir a segurança alimentar da família; minimizar riscos; aumentar a renda total da família e por unidade de trabalho; garantir o emprego da mão-de-obra familiar; investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção; isso nem sempre representa a melhor remuneração do capital investido e a maximização de lucros; diferenciação de trajetórias de evolução e variabilidade de situações das unidades de produção, determinando a diversidade dos sistemas de produção e diferenças sociais e econômicas entre os agricultores. (LIMA et al, 2001, p. 46-47).

Para os autores, essas características não representam irracionalidade administrativa dos agricultores familiares, muito pelo contrário, são variáveis determinadas ao longo do tempo, mediante as condições sociais, econômicas e ambientais em que estão inseridas as unidades de produção familiares. Sendo assim, essas características contribuem na especificidade da racionalidade administrativa nas práticas de gestão dos agricultores familiares.

CAPÍTULO II - GESTÃO SOCIAL, PRÁTICA EM DEBATE, SABER EM CONSTRUÇÃO

Antes de expor o conteúdo sobre gestão social, é importante apresentar definições sobre gestão, a partir da área de ciências sociais aplicadas, mais precisamente da Administração, que é a responsável por sua exploração teórica e prática no campo das organizações. Com base nesses argumentos será possível compreender os desdobrados da gestão até a gestão social.

2.1 GESTÃO: DEFINIÇÕES E LIMITAÇÕES DO CAMPO TEÓRICO

Na literatura ainda não é possível destacar com clareza as diferenças conceituais nas definições de administração e gestão, o que acarreta algumas distorções tanto na compreensão como no uso dos termos. Ferreira Reis e Pereira (1997) argumentam que as palavras administração e gestão, apesar da raiz no latim, compreendem significados diferentes. Administração, igual a ad de: direção, tendência para, e minister, igual: subordinação ou obediência. Quer dizer aquele que realiza uma função abaixo do comando de outrem. Por sua vez, o significado de Gestão seria igual a: conduzir, dirigir ou governar. Percebe-se que a palavra gestão comporta um significado mais amplo, menos autocrático.

A gestão, de forma recorrente, remete a uma ideia de interesse coletivo e busca por objetivos comuns. Fischer (2002) descreve a gestão como um ato relacional, de pessoas para pessoas, grupos e coletividades que apresentam seus interesses e objetivam resultados. Assim, a gestão se apresenta como processo dinâmico, mobilizador, que possui múltiplas origens e pode transcorrer para várias direções, nas quais prática e teoria se conectam. Esse entendimento pressupõe a gestão como uma habilidade inata à qual cada indivíduo coordena sua vida e suas atividades de determinada maneira que lhes permita atingir seus objetivos. Contudo, a gestão se faz elementar à medida que os sistemas sociais se tornam mais complexos.

De acordo com Etzione (1967), vivemos numa sociedade de organizações e dependemos delas para viver. Nesse sentido, as organizações de todos os tipos, sejam elas organizações públicas, privadas ou da sociedade, são criadas para

auxiliar as pessoas no alcance de seus objetivos que, por si só, seriam difíceis de alcançar.

Tradicionalmente a leitura feita sobre gestão consiste em apontá-la como sinônimo de práticas e instrumentos lógicos que se baseiam unicamente no cálculo e em dados quantitativos, mas, como a ação gestora envolve pessoas apesar dos processos, o gerenciamento compreende fenômenos sociais que ensejam a emergência de desenhos organizacionais complexos e formas de gestão associadas a uma pedagogia social em que se aprende, talvez, mais pelos erros do que pelos acertos (Fischer 2002).

Para a autora, a gestão implica liderança e mandato, crises constantes entre construção e desconstrução, consenso e dissenso. Assim, toda ação gestora, seja ela partindo de um indivíduo ou de coletividades, se orienta por ideia de mudança e desenvolvimento, independentemente da complexidade e do tamanho da organização.

Por organizações complexas, entende-se aquelas que atuam em todas as áreas da vida social da sociedade moderna, como, por exemplo, as empresas de negócios, as escolas, os hospitais, as igrejas, as prisões, o exército, os órgãos do governo, os partidos políticos, as fundações empresariais, as organizações não governamentais, os sindicatos etc. Tais organizações requerem, portanto, processos de gestão que viabilizem o alcance dos objetivos desejados. Desse conjunto, também fazem parte aquelas que atuam no campo social, quer sejam organizações associativas, fundações empresariais, programas e projetos governamentais interinstitucionais, ou ações de responsabilidade social empresarial, movimentos sociais, entre outras.

Assumindo que existem diferentes tipos de organizações com níveis de complexidade variáveis, e diferentes racionalidades (substantiva e instrumental) (GUERREIRO RAMOS, 1983; LEFF, 1993; WEBER, 1994; SERVA, 1995) é imprescindível conceber novas formas de gestão capazes de abarcar tamanha diversidade, tanto de organizações quanto de contexto.

Para Guerreiro Ramos (1989), as ciências sociais em geral, e a teoria administrativa em particular, vêm contribuindo para legitimar o atual estado de descaso com o potencial humano, na medida em que se baseiam na concepção

moderna de razão, voltada exclusivamente para o cálculo da eficiência e eficácia na busca incondicional de elevados níveis de produtividade:

“A teoria da organização, tal como tem prevalecido, é ingênua. Assume este caráter porque se baseia na racionalidade instrumental inerente à ciência social dominante no Ocidente” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 1).

Assim, recomenda repensar a ciência social e, em especial, a teoria organizacional, sob um enfoque substantivo. Seriam características dessa nova abordagem:

- Os limites da organização ficariam restritos aos seus objetivos, ou seja, a presente abordagem se interessa em restringir o escopo de influência da lógica das organizações econômicas, pois estas detêm “exigências que não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela boa qualidade da existência humana em geral”;
- Considera o “comportamento administrativo” não condizente com as potencialidades humanas, por ser subordinado a “compulsões organizacionais, formais e impostas” e a organização econômica como apenas um dos múltiplos tipos de organizações existentes;
- Busca, mesmo no interior de uma organização econômica, “meios viáveis de redução, e mesmo de eliminação, de descontentamentos e com o aumento da satisfação pessoal” dos seus membros;
- Contempla o desenho de sistemas sociais coerentes com os interesses humanos (GUERREIRO RAMOS, 1989 p,134-135)

Para ele, não é questão de apontar qual racionalidade (substantiva ou instrumental) é melhor que a outra, visto que as duas ocupam papel relevante em nossa sociedade. Nesse sentido o autor explica:

“[...] minha crítica da sociedade contemporânea centrada no mercado não deve ser interpretada como uma defesa da eliminação do mercado como um sistema social funcional. Antes, reconhece como um crédito para todos os tempos futuros a grandes consequências acidental da história do sistema de mercado, ou seja, a criação de capacidades de processamento sem precedentes que, se usadas corretamente, podem livrar a humanidade da maçada de trabalhar apenas por uma razão de sobrevivência” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.195).

Cada tipo de racionalidade tem seu papel, a racionalidade instrumental enquanto emancipadora das necessidades físicas das pessoas e a racionalidade substantiva enquanto emancipadora dos aspectos sociais. O que se discute é o papel de protagonista da primeira em todas as dimensões da vida humana.

Ademais, na perspectiva de coexistência das abordagens instrumental e substantiva em níveis diferenciados, Guerreiro Ramos desenvolveu o “paradigma paraeconômico”, base de sua “teoria substantiva da vida humana associada”.

Trata-se de um modelo multidimensional de análise e de planejamento dos sistemas sociais, em contradição ao modelo unidimensional centrado no mercado predominante nos campos da Administração e da Ciência Política, que considera:

a) uma visão da sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas; b) um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais (GUERREIRO RAMOS, 1989 p.140).

Para Guerreiro Ramos (1989), a formulação de sistemas sociais deve estar tanto preocupada com a atualização humana quanto com a eficiência na produção de bens e serviços, propiciando a criação de espaços onde os diferentes objetivos das várias combinações de ambientes organizacionais possíveis possam vir a ser atendidos.

Serva (1996) realça o imperativo de que as teorias organizacionais sejam repensadas a partir de novas práticas sociais que considerem as dimensões da presente crise, e aponta o debate sobre a racionalidade vigente nas organizações como um dos caminhos:

“Voltamos a lembrar que uma das instâncias últimas de argumentação das práticas socialmente cegas da dita gestão moderna é a busca da racionalidade; é ela que fundamenta as receitas difundidas para o alcance da eficiência e da eficácia administrativas. Aprofundar o debate sobre a racionalidade no seio das organizações produtivas é ir ao âmago de questões de grande envergadura na atualidade” (SERVA, 1997a p.110).

Carbone (1991) assinala algumas das consequências provenientes de uma racionalidade administrativa que se atenha apenas em um referencial econômico, que considere o elemento humano apenas como mera engrenagem do processo organizacional:

“[...] atitudes que desconsideram o ser humano como parte ativa e integrante de um processo organizacional – como por exemplo a própria prática do autoritarismo – não se sustentam ao longo do tempo, produzindo inevitavelmente, dentro das organizações, o descontentamento, a insatisfação generalizada e, conseqüentemente, a ineficiência e a ineficácia (CARBONE, 1991 p.91).

Serva (1997b p.19) concorda, quando afirma que o ambiente organizacional “tornou-se propício aos abusos do poder, à dominação, ao mascaramento de

intenções pela substituição da verdadeira comunicação humana por padrões informativos”.

Um enfoque substantivo da teoria organizacional estaria preocupado em buscar, mesmo em espaços nos quais a racionalidade substantiva não seja predominante, “meios viáveis de redução, e mesmo de eliminação, de descontentamentos e com o aumento da satisfação pessoal” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.135).

Assim, é importante deslocar o foco das pesquisas para a prática administrativa, para a gestão propriamente dita, de forma a propor um olhar sobre essa atividade capaz de incorporar novos elementos de análise que não somente o resultado e a produtividade, um viés que envolva nessa abordagem novos indicadores, com valores e princípios forjados na perspectiva dos atores, capaz de representar suas expressões e suas verdades, além do mercado.

É contra essa visão reducionista do sujeito histórico, que se insurge a Gestão Social, propondo como foco e sem ofuscar a importância da sustentabilidade econômica, que se centra no processo de desenvolvimento na proteção da vida, na preservação do meio ambiente, no atendimento das necessidades e no desenvolvimento das potencialidades humanas. Processo este no qual o Estado, sem perder a centralidade, deixa de ter o monopólio do poder para – juntamente com a Sociedade Civil – planejar, traçar diretrizes e tomar decisões capazes de potencializar as riquezas, em sentido amplo, do local.

2.1.1 A Gestão na Agricultura Familiar

A gestão nas organizações¹ se apresenta de forma plural e multivariada, podendo atender desde um setor ou área específica até a organização como um todo. Assim, cada área/setor representa uma parte (comercialização; recursos humanos; finanças; materiais etc.) e todas juntas formam o todo da organização.

Cada área, conforme explica Oliveira (2007), possui suas características e particularidades e por si só representam um centro de conhecimento e poder

¹ Por organizações, entende-se uma entidade social formada por duas ou mais pessoas que trabalham de forma coordenada em determinado ambiente externo visando um objetivo coletivo. Assim, o empreendimento/unidade de produção familiar é considerado uma organização.

específicos, que necessitam ser trabalhados de maneira interdependente e interagente uns com os outros. De modo sistêmico, cada função dentro da organização influencia e é influenciada pelas outras funções, recebendo e repassando informações; a julgar pela eficiência na coordenação desse sistema é possível perceber os resultados positivos e/ou negativos da organização.

Na agricultura familiar a gestão representa um paradoxo, visto que a maioria dos estudos e obras destinados ao assunto abordam frações específicas como contabilidade e finanças, dentre outras, e poucas delas ou praticamente nenhuma aborda as áreas conjuntamente (SOUZA FILHO & BATALHA, 2005). De acordo com os autores, há uma certa divisão entre a gestão da propriedade e a gestão da produção nas pesquisas e obras; a gestão da propriedade destaca o acompanhamento e uso de ferramentas para administração/gestão do empreendimento rural, e este normalmente recebe pouca atenção por parte dos pesquisadores; enquanto a gestão da produção que trata do planejamento, manejo e controle da produção mais ligada à rotina dos agricultores é abordada com mais frequência.

Segundo Pavinato (2018), a falta de capacitação e conhecimento dos agricultores sobre ferramentas e controles gerenciais os torna vulneráveis e reduz sua autonomia na tomada de decisão. Esses argumentos se reforçam na teoria de Habermas e em sua crença na perspectiva do poder emancipador e na função esclarecedora da racionalidade humana, pois para ele a razão não é exclusivamente instrumento de dominação e exploração; mesmo em um mundo em que cresce a racionalidade sistêmica, a razão continua mantendo um potencial emancipatório, desde que se volte para os ideais coletivos e na argumentação de forma a qualificar os atores para o debate, por meio da participação e do envolvimento nos processos decisórios.

Para que o agricultor familiar possa realmente entender suas decisões, ele precisa de informações, que são os dados coletados e registrados pelas diversas áreas funcionais como marketing/comercialização, distribuição, finanças e custos. Pelo intercâmbio dessas informações é que será definida a ação necessária para que os objetivos do agricultor sejam alcançados; logo, o registro correto dos dados, como fonte de informação e articulação para a tomada de decisões é indispensável para a gestão adequada do empreendimento rural (PAVINATO, 2018).

Contudo, vale ressaltar que a gestão rural, na agricultura familiar, apresenta-se em abordagens diferenciadas na perspectiva de sua prática e análise. Uma primeira abordagem entende a atividade rural como empresa e, dessa forma, os processos organizacionais estabelecidos para outros tipos de organizações lhe cabem, uma vez que o lucro continua prevalecendo como resultado almejado no processo produtivo.

Como apontam Lunardi e Santos (2000), uma análise da situação rural brasileira possibilita o entendimento de que os agricultores familiares são também empresários e que suas unidades de produção constituem empresas rurais. Desse modo, tais agricultores são passíveis de receber e adotar a administração rural.

Santos também argumenta que enxergar e conduzir a propriedade rural como empresa é entender que o negócio vai além das fronteiras (cercas) que delimitam uma propriedade e seu sistema de produção adotado; o negócio está dentro e fora da propriedade. Além disso, a administração rural não é apenas da produção em si, mas de todas as atividades, que se desenvolvem antes, durante e depois da produção (SANTOS, 2006).

Todavia, a segunda abordagem compreende a atividade rural numa perspectiva de diversidade de tipos e formas de empresas e/ou atividades rurais, e, dada esta natureza, pela qual os atores (agricultores familiares) tomam para si o processo decisório e agem para cumprir seus objetivos, necessitam de diferentes formas de gestão. Neste caso, a atividade rural é parte da interação entre trabalho e vida dos agricultores; assim sendo, permite que, embora se continue a buscar por objetivos, estes podem ser diversos, não se limitando apenas ao lucro.

Dentre as diferentes abordagens sobre a gestão rural, Lima (1991, p.20) a define como “um ramo da ciência da administração que estuda os processos racionais das decisões e ações administrativas em organizações rurais.” Esta definição faz referência ao processo decisório e de ação, ou seja, da execução daquilo que foi decidido, sendo um aspecto importante para os estudos sobre gestão do agricultor familiar.

Assim, a racionalidade administrativa pode ser explicada como as decisões dos agentes quanto à organização dos seus recursos (meios) para atingir objetivos (fins) determinados, sendo as ações administrativas (as escolhas, as decisões) condicionadas pelos objetivos e finalidades impostos pelo agente (família) à

unidade de produção (Lima et al., 2001); percebe a racionalidade do agricultor como a capacidade de planificar, organizar, agrupar, dirigir, coordenar e controlar o uso de recursos, avaliar os fatores e fixar os objetivos da unidade de produção, de maneira similar a Lima et al. (2005).

O momento atual requer que a investigação em gestão expanda o seu campo de pesquisa para outras áreas além da gestão empresarial e governamental, avançando para outros tipos de organizações e para problemas complicados como o do desenvolvimento. É preciso congrega outras dimensões da vida social, como gestão do Estado e da sociedade, ou, ainda, a gestão social.

Como campo de estudo interdisciplinar, está se construindo uma linguagem comum da gestão e talvez seja possível conceber uma disciplina universal, pois há uma função genérica, que atende à mesma finalidade em toda e qualquer sociedade desenvolvida. Assim, a gestão se destaca na constituição de cultura de valores e crenças, constituindo-se num instrumento pelo qual a diversidade cultural passa a atender as finalidades comuns da humanidade.

Nessa perspectiva a gestão social não deve ser simplificada como mero sistema de gerenciamento, ela se apresenta de forma mais ampla e complexa, pois supõe uma postura filosófica, política e ideológica profundamente relacionada com a dimensão econômica, política e social. Nela é definida a direção, a natureza da ação que requer conhecimentos técnicos e administrativos e a capacidade para lidar com fatores interpessoais; ainda, supõe a permanente análise dos contextos interno e externo (CARVALHO, 1999).

Assim, a gestão social se refere a um processo contínuo e dinâmico que envolve procedimento de planejamento, execução e avaliação de ações sociais e um compromisso de construir respostas às necessidades da população.

2.2 GESTÃO SOCIAL – CONCEITOS E IDEIAS

O tema gestão social tem sido objeto de estudo e prática associado às políticas sociais e ambientais, às organizações do terceiro setor, ao combate à pobreza, ao desenvolvimento territorial e à possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo, neste caso, expressada pela noção de responsabilidade social. Ademais, o adjetivo social, qualificando o substantivo

gestão, é percebido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (FRANÇA, 2008).

De fato, a expressão gestão social tem sido empregada para identificar as mais diversas práticas sociais de diferentes atores, não apenas governamentais, mas sobretudo de organizações não-governamentais, associações, fundações, assim como, mais recentemente, algumas iniciativas partindo mesmo do setor privado e que se traduzem nas noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa.

Assim, deve-se esclarecer que a Gestão Social não se apresenta como um conceito definido, fixo, mas como conceito que se edifica por meio de teorias que não encerram o debate, muito pelo contrário, promovem o diálogo e dialogam entre si, sem precipitar uma definição final, em consideração à complexidade humana que transcorre também a esfera econômica e, derivando disto, a impossibilidade do estabelecimento de modelos pré-definidos.

Nesse sentido França (2008) sugere o entendimento da gestão social pensado como modo de orientação para uma ação organizacional. Ela diz respeito, portanto, a uma forma de gestão organizacional que, do ponto de vista da sua racionalidade, pretende subordinar as lógicas instrumentais a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas. Isto posto em função da finalidade mesmo da organização definindo o escopo da gestão. A gestão social se distingue de pelo menos duas outras: a gestão estratégica ou privada e a gestão pública.

Com isso, é válido compreender as características entre formas de gestão e espaços de sociedade que são também desafios organizacionais, para situar mais próximo da linguagem de Guerreiro Ramos Guerreiro Ramos (1989):

A gestão privada - corresponde àquela praticada pelas organizações atuando no espaço do chamado mercado. Por mercado aqui se entende como economia de mercado ou ao princípio do mercado autorregulado em economia que supõe um padrão de racionalidade específico que lhe é inerente (Polanyi, 1980). Distingue-se esta noção daquela que poderia chamar de mercados concretos (MAUSS, 1950), como uma feira livre popular, por exemplo, cuja racionalidade não se reduz a um mero princípio contábil mercantil.

Nesse modo de gestão importa menos a qualidade intrínseca das ações, e mais a sua capacidade (da ação) em contribuir para a consecução dos fins

propostos, sempre definidos em termos meramente econômicos. É a primazia da chamada racionalidade instrumental, funcional ou técnica, que torna o social, o político, o cultural, o ecológico, o estético, subordinados ou reféns do econômico compreendido em termos estritamente mercantis. A gestão privada conta com um aparato técnico metodológico extremamente privilegiado, pois são aproximadamente cem anos de conhecimento formal produzido no âmbito da disciplina administrativa que esteve sempre predominantemente voltada para o campo da empresa. A própria noção de gerência se identifica correntemente à ideia de gestão privada. Isto provoca algumas consequências práticas que são capitais, como o fato desse modo de gestão servir de referência e modelo para os demais.

A gestão pública – corresponde àquele modo de gestão praticado no interior das instituições públicas de Estado nas suas mais variadas instâncias. Tal modo de gestão se distingue consideravelmente do primeiro quanto à natureza dos objetivos perseguidos, entretanto se aproxima dele em relação ao modo de operacionalizar a gestão, que se assemelha à lógica de poder segundo os parâmetros de uma racionalidade instrumental e técnica. Evidentemente que a postura da gestão pública também varia em função da composição do poder político governamental, podendo se afirmar lógicas mais democráticas, tecno burocráticas ou clientelistas. A gestão pública fica assim condicionada pela cultura política reinante.

A gestão social – pode ser concebida como o modo de gestão próprio às organizações, atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora essas organizações entretenham, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, por meio de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal. As organizações, atuando nesse âmbito, que são sobretudo associações, não perseguem objetivos econômicos. O econômico aparece apenas como um meio para a realização dos fins sociais, que podem se definir também em termos culturais (de promoção, resgate ou afirmação identitária etc.), políticos (no plano de uma luta por direitos, por exemplo) ou ecológicos (em termos de preservação e educação ambiental etc.), a depender do campo de atuação da organização. É

exatamente essa inversão de prioridades em relação à lógica da empresa privada que condiciona a especificidade da gestão social.

Na prática, entretanto, o exercício de uma gestão social não ocorre sem dificuldades e muitos são os desafios que se impõem. Dentre os desafios se encontra a operacionalização da gestão social enquanto prática, devido à escassez de referenciais teórico-metodológicos, ou por falta de contatos e articulações políticas com outros grupos, ou ainda por opção ideológica; não são poucas as iniciativas que reproduzem a lógica gerencial da empresa, reduzindo o conteúdo da ação organizacional a um atributo meramente técnico (FRANÇA, 2008).

A gestão social, conforme Tenório (1998), é contrária ao modelo de gestão estratégica, pois busca substituir a gestão burocrática e monológica, por um gerenciamento participativo, dialógico, no qual o poder de decisão é deliberado pelos vários atores sociais envolvidos. Para o autor, a existência de diferentes racionalidades (substantiva e instrumental) apontadas por Guerreiro Ramos destacam a contradição entre Gestão Social e estratégica. Tenório (2008b) aponta a racionalidade instrumental como uma barreira para emancipação e autonomia social do homem, visto que esta racionalidade extrapola o ambiente de trabalho e se insere em todos os campos da vida (GUERREIRO RAMOS, 1981). A Gestão Social seria o caminho para a emancipação, pois estimula um “[...] gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO 2008b, p.25-26).

Para o autor (2004, p. 02),

o conceito de gestão social é abordado como uma construção de uma nova relação entre o poder público e a sociedade, se aproximando de um processo em que a hegemonia das ações possui caráter intersubjetivo. De forma que os mais interessados na decisão, na ação de interesse público, participam vigorosamente do processo decisório. A gestão social deve ser pensada, então, como uma ação que almeja o entendimento por meio do diálogo e do consenso (TENÓRIO, 2004 p. 02).

Dessa forma, é possível compreender a gestão social como aquela exercida por e para coletivos. Ela, portanto, difere da gestão empresarial, por não possuir uma postura competitiva e concorrencial, conforme se dá na lógica capitalista empresarial. Ela também difere da gestão pública por não ter caráter burocrático, centrada em regras, normas, leis e tratados. A gestão social se constrói com base

nas relações entre sujeitos autônomos, com propósitos não individualistas e voltados para a gestão de organizações solidárias. Ela envolve temas de interesse público, sempre baseada em relações de decisões tomadas por meio do diálogo, e na participação entre sujeitos que devem se considerar iguais.

Embora para Tenório a gestão social:

[...] tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, do combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo (TENÓRIO, 2008C, P.147-148).

Esta compreensão, ainda que presente nos textos sobre Gestão Social, uma vez que o campo ainda está em construção, já apresenta sinais de que não consiga dar conta do que o próprio termo tem de potencial teórico e analítico.

De acordo com Fischer e Melo, “a Gestão Social pode ser definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade) pelo social (enquanto processo), norteadas pelos princípios da ética e da solidariedade” (FISCHER; MELO, 2006, p.17).

Para Tenório, a gestão social poderia ser considerada como uma “linha de fuga” em relação à hegemonia da tradição positivista, centrada na racionalidade utilitária do pensamento administrativo, que “[...] não tem permitido que os agentes do processo, administradores e administrados, desenvolvam suas ações de forma emancipadora” (TENÓRIO, 2008a, p. 31).

Segundo Gomes et al. 2008,

“[...] pensar em gestão social, é pensar além da gestão de políticas públicas, mas sim estabelecer as articulações entre ações de intervenção e de transformação do campo social, que é uma noção mais ampla, e que não se restringe à esfera público-governamental, como vemos a exemplos das ações de responsabilidade social e do crescimento do terceiro setor” (GOMES et al. 2008, p. 59)

Desse modo, a gestão social se relaciona diretamente com noções de cidadania e democracia, pois se encontra em meio a diversas dimensões e interpretações, que sinteticamente simbolizam a intensa luta social dos homens e das mulheres por liberdade e autonomia. Os conteúdos dessas lutas variam e se redefinem muitas vezes em outras, mas de maneira geral se voltam para o mesmo

objetivo, envoltos por questões político-sociais dos direitos à liberdade e à autonomia dos cidadãos. E, sendo assim, quando a sociedade não garante as mesmas oportunidades de bem-estar, cultura e educação em sentido amplo, apresenta *déficits* enormes de democratização na sua estrutura social e política. E ao estarem expostos constante e sistematicamente com a injustiça, o desrespeito e a desigualdade, os cidadãos se tornam rudes e sem qualquer empatia a demandas que não são suas. Por isso, há fragilidade em muitas lutas coletivas que são travadas por número reduzido de indivíduos, dada a desilusão que conduz à apatia por parte de outros. Por tudo isso, compreender a importância da cidadania se torna elementar para o alcance das liberdades, da participação consciente do pertencimento.

Constituem-se como elementos da cidadania para Marshall (1967), a dimensão civil, a política e a social.

O elemento civil é composto pelos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais” (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Para o pleno exercício da cidadania é fundamental que o indivíduo possa exercer suas liberdades e que esteja capacitado a participar das organizações que desejar. Sendo papel do Estado e da sociedade garantir esses direitos.

Para Botrel, Araújo e Pereira (2010), a gestão social se desenvolve no âmbito da esfera pública, na qual se sobressaem as organizações públicas não-estatais e o interesse público da sociedade, além de proporcionar condições à emancipação dos indivíduos, baseando-se na democracia deliberativa, na formação da consciência crítica de seres humanos dotados de razão.

Nesse entendimento, a participação e descentralização são assuntos que se complementam, sendo a participação essencial para o processo de democratização do país. Nesse caminho é importante que a sociedade se apodere dos instrumentos institucionalizados pelo Estado e, ao mesmo tempo, crie e

expanda práticas coletivas capazes de serem ampliadas pela ação do Estado. Para Jacobi (1993, p. 25),

[...] é necessário que da sociedade civil surjam interlocutores coletivos - grupos comunitários-, movimentos sociais que tornem possível uma participação ativa e representativa sem que o Estado exija quaisquer tipos de dependência administrativa e financeira, rompendo com os procedimentos autoritários, populistas ou clientelistas (JACOBI, 1993, P. 25).

A existência de grupos organizados, que exerçam o papel de representantes dos interesses coletivos, é imprescindível para que se efetive a participação popular. E a participação popular, por sua vez, se torna instrumento de regulação e monitoramento das ações, fortalecendo a transparência e ética nos processos.

O processo de desenvolvimento é movido por organizações que trabalham juntas ou por interorganizações que são constituídas por organizações diferenciadas, conectadas por propósitos comuns, isto é, integradas. A associação se faz pela complementaridade – portanto pela busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado (FISCHER, 2002).

E, assim, a gestão social se expressa por meio da capacidade da sociedade de se envolver de modo ativo na vida política e cívica de uma sociedade.

Em resumo, a gestão social pode ser definida como:

A tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação como fim último [...] em outras palavras, pode haver gestão para além dela. (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011, p 69)

Assim, nesse espaço prevalece o diálogo no processo de tomada de decisão mais participativa entre os diferentes atores sociais. Nessa concepção, o processo de discussão parte do entendimento de que as ações dos indivíduos são orientadas pelos costumes e valores que cada um tem acerca do objeto em discussão, conforme Habermas *apud* Tenório et al. (2010, p. 397), por meio do diálogo: “a objetividade de cada intervenção depende do mundo vivido de cada interventor na discussão, sendo assim ela não é linear e muito menos objetiva, pois, cada um tem um olhar sobre o mundo, ou seja, uma verdade”.

Essa forma de compreender a gestão social aborda o que Habermas denomina de “cidadania deliberativa”; nesta visão, a política deixa de ser apenas um espaço de reivindicação dos interesses privados dos cidadãos perante o Estado, e passar a ser vista como um espaço de discussão e construção das demandas não apenas individuais, mas que trazem ganhos à coletividade, à qual lhes dá forças de defesa de suas reivindicações, não de maneira apenas egoísta, mas visando o bem comum (TENÓRIO, 1998). Tenório chama ainda a atenção para o imperativo de que, para que a gestão social se efetive, é necessário:

que os governos institucionalizem modos de elaboração de políticas públicas que não se refiram ao cidadão como “alvo”, “meta”, “cliente” de suas ações ou, quando muito, avaliador de resultados, mas sim como participante ativo no processo de elaboração dessas políticas. Este processo deve ocorrer desde a identificação do problema, o planejamento de sua solução e o acompanhamento da execução até a avaliação do impacto social efetivamente alcançado. (TENÓRIO, 1998, p.22).

Ou seja, precisam ser criados espaços de participação dos cidadãos como sujeitos na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas que tenham o objetivo de atender às necessidades coletivas e não apenas maximizar os resultados das políticas públicas de acordo com um imperativo instrumental.

Nesse sentido, pensar sobre o papel da comunicação na deliberação, troca de ideias e tomada de decisão participativa e coletivas se torna fundamental. De acordo com Habermas (1987), a comunicação dos sujeitos se orienta por meio de três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e instituições e o mundo subjetivo das vivências e dos sentimentos. Estes três mundos apresentam relações em todas as interações sociais que podem se dar em diferentes medidas. Assim, de acordo com o modelo de ação comunicativa de Habermas, pressupõe-se que os participantes em sua interação empreguem intencionalmente diferentes racionalidades na interpretação com os três mundos, com o propósito de chegar a um entendimento.

O processo de comunicação que visa ao entendimento mútuo está na base de toda a interação, pois somente uma argumentação em forma de discurso permite o acordo de indivíduos quanto à validade das proposições ou à legitimidade das normas.

Para Elinor Ostrom (1990), as pessoas têm diferentes comportamentos e podem entrar em um consenso para a solução dos problemas dos recursos de uso comum. Os indivíduos podem se envolver na resolução de problemas para aumentar os ganhos a longo prazo, fazer promessas, construir reputação de confiabilidade, corresponder à confiança com a confiança e punir aqueles que não são confiáveis. Tal proposição refuta a suposição de que os indivíduos buscam apenas seu auto interesse, com comportamento egoísta e desejo de retornos de curto prazo (OSTROM, 1999). Dessa forma, o capital social, desenvolvido pelo grupo por meio de redes, normas e confiabilidade, é necessário para gerar confiança entre os membros do grupo e, conseqüentemente, atenuar o comportamento oportunista dos integrantes do grupo, bem como evitar a tragédia dos comuns (Ostrom, 2005). Isso porque os usuários que dependem do bem comum para sua subsistência são mais propensos a perceber os benefícios do uso racional do recurso. Eles se identificam com a terra e prezam por sua manutenção de uma maneira que nem o Estado nem o mercado são capazes.

No desenvolvimento sustentável a gestão social é demonstrada no envolvimento no progresso de um espaço territorial, buscando a igualdade de direitos de modo equitativo e a definição do interesse público não só das maiorias, com também das minorias, garantindo sua participação. Esta participação deve se expressar desde o momento de inclusão da demanda social na agenda pública, elaboração, implementação, até o processo de monitoramento e avaliação, em um ciclo constante que se retroalimenta e produz conhecimento social, que fortalece o próprio processo de gestão social (COSTA, 2007). Na gestão social todos os envolvidos devem ser inclusos nos processos em que haja ações e decisões envolvendo seus interesses. Precisa ser uma prática gerencial em que a sociedade participe junto com o Estado, desde o momento em que se identifica um problema até a implantação de sua solução.

A Gestão Social se orienta pela Racionalidade Substantiva, assim se torna capaz de apreciar os saberes e experiências dos indivíduos, seus valores e princípios apesar da hegemonia do econômico, característico da gestão privada. Refletindo em uma gestão dialógica, participativa, na qual os indivíduos tomam decisões com base no entendimento, no consenso. No sentido da Gestão Social, o

indivíduo é visto como ser capaz, com autonomia e consciência crítica dos acontecimentos do mundo que o leva à emancipação (CANÇADO et al, 2008).

2.3 GESTÃO SOCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: AS EXPERIÊNCIAS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

A gestão social dialoga com o desenvolvimento rural sustentável a partir da proposição de suas definições, quando alargam o espaço de discussão, incorporando ideias, propondo uma nova relação entre o poder público e a sociedade.

Nesse sentido, a análise da prática de gestão social nos empreendimentos rurais pesquisados se dará a partir dos vínculos institucionais desses atores, das relações com o poder público, no sentido de sua ação; da forma como se estabelece sua participação, seja na proposição de ideias ou articulação de projetos e políticas públicas, da expressão de sua capacidade de agência e de construção do capital social.

Compreende-se, dessa forma, que um dos desafios para a prática da gestão social é equilibrar os interesses da sociedade e do Estado, de modo que as soluções também sejam equilibradas, representando os interesses dos atores envolvidos de forma consensual.

2.3.1 A Gestão Social e o Desenvolvimento Rural Sustentável

A ideia de gestão social apresentada por Tenório (1998), França (2003), Gomes (2008), Cançado (2008, 2011) e Teixeira (2011), como processo dialógico, participativo e emancipatório vai muito além de um rótulo para descrever um “modelo de gestão”. Trata-se do entendimento de que a gestão deve incorporar em sua essência elementos (dimensões econômica, ambiental, social, política, cultural e tecnológica) capazes de interpretar diferentes atores em diferentes espaços e realidades, promover a participação e a inclusão de todos os envolvidos na construção de alternativas e na tomada de decisão, legitimando demandas em direitos, gerando a equidade e justiça social.

Nesse sentido, para Costa (2007), a dimensão político-institucional do desenvolvimento rural sustentável irá permitir a criação de novas institucionalidades, por meio de movimentação política e da maior representação dos coletivos sociais,

para construção de políticas territoriais articuladas por atores de diferentes camadas da sociedade, governos, mercado e sociedade civil, visando a transformação da economia e o bem-estar social. A gestão social é a própria gestão das ações públicas no atendimento às necessidades dos cidadãos. Os conselhos Municipais de desenvolvimento rural (CMDRS) nos municípios são exemplos de instituições cuja criação almeja essas iniciativas. Uma das premissas da gestão social é de garantir a gestão e o monitoramento social, tendo como função possibilitar a descentralização do poder público como uma forma de diminuir as desigualdades sociais, realizando o empoderamento da população rural e destacando a importância das instituições no processo de construção do desenvolvimento. Por isso, ao se 'olhar' para o meio rural, é necessário estar atento a todas as características e elementos culturais, a fim de que no engajamento da sociedade e do poder público nenhuma particularidade seja esquecida ou demasiadamente simplificada, principalmente ao se considerar que na atualidade o meio rural desenvolve múltiplas atividades.

De acordo com Graziano (1997) a implementação de políticas de apoio ao desenvolvimento rural não deve focar apenas a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, mesmo que essa ainda tenha um papel importante no rural:

As implicações desse diagnóstico para as políticas agrárias são muitas, em especial para a tão sonhada reforma, que não precisa ser mais essencialmente agrícola, pelo menos no eixo centro-sul do país(...).O meio rural ganhou por assim dizer novas funções e "novos" tipos de ocupações:

- Propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente as famílias de renda média/baixa que têm transporte), através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana etc.;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- Desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do ecoturismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas
- abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretarias, digitadores, trabalhadores domésticos).

Com esta visão, o meio rural é concebido como espaço heterogêneo que concentra a pluralidade e diversidade dos atores e agentes que nele atuam, expõe os interesses conflitantes e as convergências para o estabelecimento de acordos e

a construção de parcerias, redes e todas as formas de cooperação, que possibilitem a descoberta, valorização e criação de riquezas locais (COSTA, 2007).

O novo rural passa a ser o espaço da pluriatividade e multidimensional, não podendo ser visto e focado de um ponto de vista apenas agrário, ou puramente econômico, social, ambiental ou simplesmente pelas formas de produção. O rural é o entrelaçamento de todas as dimensões que envolvem o modo de vida das pessoas que se relacionam com esse espaço na sua sobrevivência, uma concepção de território.

Ao falar em desenvolvimento de um território, refere-se não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social e sustentável ambientalmente.

A gestão social dos territórios, dessa forma, tem o intuito de realizar uma dinamização econômica e social, combate à pobreza, por meio das políticas públicas, buscando a melhoria das questões ambientais e sociais.

Para Abramovay (1999) o desenvolvimento rural territorial traz como principal desafio a construção de um “pacto territorial” que deve mobilizar os atores em torno de uma ideia que conduza as ações do grupo e os recursos disponíveis na elaboração e implementação de ações voltadas para o desenvolvimento, gerenciadas de modo organizado e compartilhado entre esses.

Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54). Sendo assim, o território representa muito mais do que um lugar, uma demarcação geográfica, ele pode ser entendido como espaço das construções sociais, dos relacionamentos, que ao mesmo tempo transformam e são transformados com ações dos atores e das comunidades.

Como destaca Veiga (2001), o Brasil necessita de um arranjo institucional que auxilie as articulações intermunicipais a elencar os principais problemas do meio rural, bem como delinear ações de desenvolvimento. Dessa forma, tem-se a necessidade de que o governo estimule iniciativas que mais tarde possam ser financiadas, a fim de obter um maior desenvolvimento.

Por isso Singer (1999) analisa a gestão social sob a perspectiva dicotômica do capital *versus* trabalho – o desafio da gestão social consiste em organizar o

maior número de excluídos para que conjuntamente possam ter acesso ao capital (terra) e apoio para gerar trabalho (renda). Nesse cenário, a gestão social se caracteriza quando a ação individual não é o suficiente para garantir o bem-estar da população.

Assim, por meio da prática da gestão social, que fortalece e promove o diálogo entre os diversos atores, na busca pelo consenso e autonomia, é possível iniciar a construção do processo de desenvolvimento rural que seja de fato sustentável em todas suas dimensões. Considerando aspectos que devem ser foco de cooperação entre os indivíduos e instituições e aqueles que devem ser reivindicados a partir de cada realidade.

O desenvolvimento rural sustentável é uma possibilidade real, à medida que se estabeleçam planos de ações a nível local, buscando a ampliação de oportunidades para os agricultores familiares e a diversificação na produção e comercialização. Assim como que sejam implementadas políticas que valorizem as condições locais dos agricultores familiares, e que eles possam participar das decisões e planejamentos realizados para o desenvolvimento rural em suas comunidades.

Abramovay (2010) explica que o Desenvolvimento sustentável faz parte das liberdades subjetivas dos indivíduos, e como tal requer de maneira inteligível sua ação prudente no uso dos recursos naturais. São diversos fatores envolvidos que dependem fundamentalmente da ação humana em processos decisórios conscientes, em que haja cooperação para usufruir do ecossistema de maneira prudente.

Nessa visão, a gestão social leva a entender que os atores envolvidos expõem suas opiniões ou pretensões e são capazes de demonstrar sua importância no processo decisório. Atuam nesse conceito aspectos “da liberdade da pessoa, da sua responsabilidade social e do exercício da cidadania” (Tenório, 1998, p.16 -17). Neste contexto, tal exercício perpassa justamente pelo olhar coletivo, pelo interesse comum, pelo respeito ao outro e as estruturas ambientais e institucionais que se formam na construção do desenvolvimento que seja sustentável.

Refletindo sobre as liberdades e a amplitude do conceito de desenvolvimento sustentável, a preocupação de Almeida (2001) sobre as reduções que o conceito pode apresentar, principalmente quando explicado pelo viés ambiental, e ignorando

aspectos da justiça social e equidade, por exemplo, parece fundamental. Para o autor, esse reducionismo induz a entendimentos de que a sustentabilidade abarca somente a dimensão ecológica, excluindo do conceito aspectos importantes como a dimensão econômica e social que também fazem parte dessa ideia.

Para Almeida (2001),

Neste “guarda-chuva” do desenvolvimento sustentável se abrigam desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade e defensores de um “capitalismo verde”, que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da ideia de progresso e crença no avanço tecnológico, tendo a economia como centro-motor da reprodução das sociedades. Este “guarda-chuva” também abriga atores “alternativos”, que buscam “inventar” um novo modo de desenvolvimento que seja “socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito”, recuperando técnicas, valores e tradições. (ALMEIDA, 2001, p. 22)

Dessa forma a proposta de desenvolvimento sustentável ultrapassa as tentativas de harmonização entre economia/homem/natureza. Trata-se de uma questão de interesse mundial. Assim, o desenvolvimento sustentável passa a ser uma construção de toda sociedade civil e política, para adotar uma nova atitude comportamental que seja ética, pautada na consciência ecológica e humanitária, envolvendo todos os atores do indivíduo aos donos de capital.

Nesse sentido, a gestão social atua como o que Habermas denomina de “cidadania deliberativa”. Nesta visão, a política deixa de ser apenas um espaço de reivindicação dos interesses privados dos cidadãos perante o Estado, e passar a ser vista como um espaço de discussão e construção das demandas, não apenas individuais, mas que trazem ganhos à coletividade, a qual lhes dá forças de defesa de suas reivindicações, não de maneira apenas egoísta, mas visando o bem comum (Tenório, 1998). Tenório chama ainda a atenção para o imperativo de que, para que a gestão social se efetive é necessário:

que os governos institucionalizem modos de elaboração de políticas públicas que não se refiram ao cidadão como “alvo”, “meta”, “cliente” de suas ações ou, quando muito, avaliador de resultados, mas sim como participante ativo no processo de elaboração dessas políticas. Este processo deve ocorrer desde a identificação do problema, o planejamento de sua solução e o acompanhamento da execução até a avaliação do impacto social efetivamente alcançado. (TENÓRIO, 1998 p. 22).

Assim, o desafio é criar espaços de participação dos cidadãos como sujeitos na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas que tenham o objetivo de atender às necessidades coletivas e não apenas maximizar os resultados das políticas públicas de acordo com um imperativo instrumental.

Outro desafio diz respeito à representação política, na qual o social e o econômico são tratados como aspectos antagônicos, sendo o social tutelado e dependente do Estado enquanto o Econômico gerador de divisas para nação. Porém, o social também é formado por sujeitos que possuem seu projeto de autonomia. Reconhecê-los como tais implica o reconhecimento da autonomia e legitimidade de novos atores sociais e na renovação das formas de representação política, que conduzem a mudanças das práticas de parceria:

da tutela à negociação, da regulação à contratualidade, da gestão de programas à lógica de projetos elaborados e geridos conjuntamente. Tais mudanças dariam, incontestavelmente, um novo sentido ao processo de elaboração de políticas públicas”. Dessa forma, com novos espaços de representação, o cidadão poderia passar de uma cidadania passiva a uma cidadania ativa, deixando de buscar seus direitos individuais para realizar uma ação “coletiva, comunitária e solidária, reforçando a coesão social ameaçada pela gravidade da crise atual. (SERVA, 1997 p.48).

A forma de gestão também merece destaque quando se discute o desenvolvimento, sobretudo para grupos marginalizados que carecem de atenção do Estado, uma vez este é gerido por meio de práticas burocráticas e utilitaristas. Outro aspecto diz respeito ao tempo que apresenta divergências para realização de ações conjuntas, visto que os prazos estabelecidos pela gestão pública para a apresentação de resultados são, muitas vezes, limitados, incondizentes com o tempo de desenvolvimento de projetos comunitários, que se dá no tempo social, de acordo com as modalidades de socialização, mais do que com “a produção pura e simples de resultados quantificáveis”.

Serva (1997) chama a atenção para o aspecto setorial das políticas públicas, segmentadas, diferentemente da totalidade da vida social. Isso faz com que a gestão por programas setoriais seja estranha à realidade social, a qual responde muito mais eficientemente à lógica de projetos, em que a iniciativa organizada da sociedade pode levar a negociações e parcerias mais abertas aos agentes sociais. Esses aspectos são bastante interessantes para o estudo da

gestão social nesse contexto em que se busca uma maior participação dos indivíduos nos rumos das políticas públicas.

Se um dos caminhos que vêm sendo delineados para isso tem sido a participação via organizações, como associações, cooperativas, centros de assessoria etc., que se encaixam no universo das organizações não governamentais que, como observa Scherer-Warren (1995), fazem parte de um universo amplo de iniciativas, que possuem também uma amplitude de atores, com objetivos e orientações distintos, é de grande interesse saber como se dará o relacionamento entre essas duas lógicas distintas de ação e como ficará a gestão social nesse relacionamento, que pode ser de intercâmbio ou cooptação.

A gestão social realizada unicamente pelo poder público estatal se modificou e na atualidade sugere a necessidade de interação entre diversos atores que passam a ser mediados por objetivos organizacionais que privilegiam o coletivo, e não os interesses do poder. Operando no mesmo sentido, as organizações se articulam em redes para inovar e criar, de maneira dinâmica, a realidade social cada vez mais complexa. Isto posto, é necessário compreender a sociedade em suas diversas dimensões (geográficas, políticas e estratégicas), a fim de construir um saber local coletivo. Nesse sentido, a formação de Redes Sociais desempenha um papel essencial na articulação do poder e na busca pelo acordo com as mudanças necessárias (descentralização do poder) para alterar práticas e integrar ações que defendam a inclusão social e a qualidade de vida dos atores.

Acredita-se, dessa forma, que por meio da organização e gestão das redes sociais é possível orientar uma direção adequada para trabalhar a questão da gestão social. Nesse sentido é compreensível pensar as redes sociais como instrumento capaz de operacionalizar a gestão social nas unidades produtivas. Para Junqueira,

[...] nas redes os objetivos definidos coletivamente, articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro. Daí a importância de que cada organização pública, seja estatal ou privada, desenvolva seu saber para colocá-lo de maneira integrada a serviço do interesse coletivo (JUNQUEIRA, 2000, p. 39).

Muitos atores podem se articular em rede, se partilharem de visões e objetivos comuns para transformar situações. As redes têm capacidade de envolver uma diversidade de indivíduos, com suas condutas particulares, construir laços de confiança e reciprocidade e, assim, realizarem ações em parceria, compartilhando saberes, experiências e poderes, os quais tornam o coletivo mais adequado para lidar com a complexidade dos problemas apresentados à gestão social (INOJOSA, JUNQUEIRA, 2008).

Embora as Redes Sociais possam ser percebidas como uma forma de gestão para as organizações complexas. Não devem ser consideradas como a única ou a melhor forma para enfrentar os problemas sociais. A partir desta pesquisa se pode inferir que para a gestão em rede ser eficaz, além dos elementos inerentes à sua gestão, é necessário considerar principalmente como são pautadas as relações de poder.

2.3.2 Teoria Ator - Rede

Reconhecer as mudanças pelas quais a sociedade contemporânea passou com a modernidade requer uma compreensão de que todas as mudanças sofridas conduziram a uma nova dinâmica econômica, social e política que afetou e afeta a realidade dos indivíduos e, portanto, necessita ser analisada, pensada sob diferentes abordagens, a fim de que se possa conhecer e compreender como essa dinâmica interfere e influencia as práticas sociais.

Estabelecer direitos nos espaços de vivência representa um grande desafio nesse contexto, considerando a densidade das relações e práticas sociais. Representa a capacidade de interação entre Estado e Sociedade, no sentido de articular projetos conjuntos; para isso, é preciso mobilizar nesse espaço os princípios de igualdade, liberdade, solidariedade, participação e diversidade, aplicando-os àquilo que deve e pode ser universal como um exercício contínuo e pleno da cidadania ativa. Nessa perspectiva, o poder é distribuído e novos atores são incorporados, no processo de gestão pública que aproxima a sociedade das decisões políticas sociais que lhes cabem, de modo a vencer o controle burocrático que permeia todas as esferas do governo. Dentro desse novo contexto, o princípio do planejamento, formulação e implementação dos projetos se constrói em parceria

entre os indivíduos, o governo e a sociedade com vistas à mediação de interesses para consecução de um ideal coletivo de bem comum.

Nesse sentido, forma-se uma 'rede' de apoio entre os indivíduos, suas demandas e as diversas instituições dispostas a contribuir para que elas sejam atendidas. A rede, dessa forma, representa a conectividade, a ligação, a sincronia e a interdependência, que permite compreender a dinâmica e a complexidade de uma gestão que deve associar atores – estatais e não-estatais – na resolução de problemas comuns dentro do espaço público.

Junqueira (2004) também aborda as redes como um recurso no processo de gestão de políticas públicas das cidades, uma vez que elas se tornam auxiliares para compreender ações intersetoriais e a sua execução.

Essa perspectiva fortalece a ideia de que a rede deve ser compreendida mais como um processo de ordenação do que uma nova ordem, principalmente quando se quer entender a formação de políticas públicas pela associação de múltiplos atores que dispõem de diferentes estratégias e recursos para a realização de projetos. As redes seriam mecanismos de poder, uma vez que relações ordenam e dão forma a uma política pública, processando o interesse público por meio da inter-relação de atores estatais e não-estatais em diferentes escalas – local, regional, nacional e internacional – na busca por uma coordenação policêntrica que visa articular as mediações possíveis na definição da governabilidade, do desenvolvimento e da equidade social.

As redes, sua arquitetura e suas dinâmicas de inclusão/exclusão, estariam na base dos processos e funções predominantes em nossa sociedade, dando origem a uma nova morfologia do social (Castells, 1999, p. 498).

Nessa perspectiva a abordagem orientada ao ator (LONG, 2007), que considera a realidade social heterogênea, que a ação individual não é puramente centrada no ego, mas também nas relações, e que significados e interpretações se constroem, se aplicam e se reinterpretem de forma diferencial. Essa abordagem se destaca como um instrumento de análise precioso para compreensão dessa nova dinâmica social.

Para Long (2007), o benefício do trabalho com a abordagem centrada no ator é a possibilidade de perceber diferentes respostas em processos visivelmente homogêneos. Pois considera que os diferentes atores sociais não são passivos nas

interferências, e sim participantes ativos, com capacidade de criar estratégias por meio de suas interações sociais e institucionais. Assim, é possível o entendimento dos processos de construção dos projetos sociais de desenvolvimento e de como os diferentes atores agem nessa construção.

Nesse sentido, a teoria ator-rede nasce da necessidade de compreender os mecanismos de assimilação dos projetos de desenvolvimento com uma perspectiva orientada ao ator. Nessa perspectiva, o ator, por meio da sua agência, intervém nos processos de desenvolvimento, não sendo apenas um receptor de políticas públicas.

O ator social pode ser definido como toda entidade social que possui agência; ele existe sob várias formas (pessoas individuais, grupos informais, redes interpessoais, organizações, agrupamentos coletivos, ou os chamados macro atores, como os governos nacionais, a igreja, uma organização internacional) e possui capacidade de saber e de atuar, tenta resolver problemas, aprende a intervir no fluxo de eventos em seu entorno, e age por conta própria, mesmo limitado em termos de informação, incerteza e restrições físicas, normativas, políticas e econômicas.

Enquanto a agência é a capacidade de conhecer e atuar, de modo que as ações e as reflexões constituam práticas sociais que impactam ou influenciam nas ações e interpretações, tanto próprias como de outros, e se compõe de uma mescla de elementos sociais, culturais e materiais. Assim, pois, “a agência [...] está encarnada nas relações sociais, e só pode ser efetiva através delas” (LONG, 2007, p.50).

Long e Ploeg (2011) alertam que a agência acontece quando ações particulares alteram um estado de coisas e para isso ocasiona relações sociais e interações permanentes entre atores, podendo ser eficaz somente por meio de tais relações. Complementando o conceito de agência, Long (2007) afirma que ela depende do surgimento de uma rede de atores, que ao se envolverem com mundos e projetos outros, têm a possibilidade de absorver, mediar e construir ou reconstruir suas percepções, ideias e seus próprios projetos.

Pensando o desenvolvimento, os atores são indivíduos ou grupos sociais, são dotados de agência, e a compreensão desta é cara aos estudos sobre desenvolvimento.

Os atores, a partir dos seus domínios, constroem nas áreas específicas os seus projetos, como formas de articulação das práticas sociais. Dessa forma, os agricultores familiares, por meio de suas racionalidades diversas, representam atores que por meio de suas condutas exercem diferentes papéis na sua prática social, a fim de assegurar sua reprodução, seu modo de vida, que são feições de sua cultura, tradição e experiências de vida. Assim, sejam sozinhos ou por meio de suas instituições coletivas, eles buscam formar 'agências' para que, dessa forma, sejam capazes de concretizar seus projetos.

Os projetos construídos pelos diferentes atores nas arenas respectivas (organizações locais, organismos internacionais, instituições estatais) entram na luta por sua hegemonia. Segundo Long e Villareal (1993), Cotrim e Dal Soglio (2010), essa disputa entre projetos conduz a uma continua apropriação por práticas sociais de cada projeto, sendo um dos promotores da heterogeneidade no rural e, portanto, central na constituição de estilos heterogêneos de agricultura.

O enfoque orientado ao ator possibilita identificar e analisar a visão de desenvolvimento dos diferentes atores nos espaços específicos. Os diferentes atores atuam nas interfaces das arenas sociais, mobilizando os recursos disponíveis de forma a compreender e organizar suas práticas que acabam por influenciar a formulação e a implementação de políticas e projetos de desenvolvimento.

Toda essa mobilização e busca por parceria e cooperação, com vistas ao entendimento à proposição e realização de projetos, são elementos comuns à gestão social que se constrói em meio ao trabalho coletivo, ao diálogo e à tomada de decisões conjunta entre os envolvidos. Nesse sentido, as ligações que se estabelecem entre os atores (agricultores familiares) e suas agências (associações, cooperativas, sindicatos, entes do governo etc.) podem ser entendidas como atividades típicas da gestão social.

A abordagem centrada nos atores pode contribuir significativamente para analisar as heterogeneidades apresentadas no espaço rural, pois põe o foco em como os atores, a partir de seus recursos (naturais, políticas públicas, redes sociais, mercados, e de outras relações entre rural e urbano), definem e operacionalizam seus objetivos e práticas (LONG, 2001; 2007).

Para Long e Ploeg (2011), Long e Villareal (1993), os agricultores têm a capacidade de gerar propostas a outros projetos formulados de maneira externa, resultando em toda uma gama de práticas que se refletem na impressionante heterogeneidade da agricultura. Dessa forma, analisar os fatos sociais a partir dos atores permite compreender como as estruturas refletem a eles e de que forma eles mobilizam seus conhecimentos exercendo sua agência.

Ao se voltar para os estudos do desenvolvimento rural, Long e Ploeg (2011) indicam que, mesmo diante de restrições, os agricultores não são receptores passivos, tampouco vítimas de mudanças externas e planejadas. Os autores destacam que os agricultores procuram estabelecer ambientes nos quais sejam possíveis atender aos seus interesses e objetivos, e ainda, defender-se de intervenções externas.

Desse modo, os agricultores se articulam e se organizam socialmente para enfrentar os possíveis problemas, criar alternativas e desenvolver seus próprios projetos e interesses, os quais são geridos como respostas às situações criadas por outros, situações estas que os agricultores transformam, aceitam, contestam e/ou alteram.

Segundo Long e Ploeg (2011) é exatamente nesse momento, de elaborar, adaptar e reproduzir projetos que o poder se apresenta e se torna ainda mais notável, a partir das inter-relações que ocorrem ao unir ou distanciar seus projetos dos de outros. Para os autores, nessas inter-relações entre projetos é que a agência se manifesta, tornando efetivos os planos e criando, transformando ou reproduzindo variadas formas sociais.

Assim, a partir da necessidade de ultrapassar as limitações dessas abordagens estruturais surge a **perspectiva orientada ao ator**, buscando analisar como os atores sociais se enfrentam nas várias lutas por recursos, significados, controle e legitimidade institucional. Essa abordagem visualiza os indivíduos como participantes ativos dos processos, não como simples receptores de informações, e apresenta a agência humana como seu conceito central.

A partir da gestão social, que é um processo pelo qual ações coletivas podem ser implementadas e, dessa forma, objetivos alcançados. Esta construção se dá por meio das relações de troca e de poder de influência, em que as demandas passam por um processo de tomada de decisão coletivo e participativo no qual os

agricultores familiares devem participar ativamente; o envolvimento, por sua vez, fortalece-se à medida que esses atores percebem que são ouvidos e que suas necessidades são discutidas e fazem parte de um projeto real, do qual os próprios agricultores familiares devem estabelecer as prioridades, juntamente com as instituições de cooperação e apoio das quais fazem parte.

2.3.3 Agricultura Sustentável e a Sustentabilidade na Agricultura Familiar

A ideia de agricultura sustentável (AS) não aparece com o devido destaque, principalmente por contestar o modelo tecnológico de produção da atividade agrícola moderna. Essa nova ideia pensa a atividade agrícola por meio de tecnologias e recursos de produção de menor impacto ao meio ambiente, levanta suspeita sobre a capacidade de se desenvolver estruturas tecnológicas capazes de assegurar a produção e a produtividade e, ainda assim, preservar o meio ambiente. Porém, é fundamental que essa questão seja proposta, que seja foco da discussão acadêmica assim como da sociedade como um todo e, dessa forma, seja capaz de promover a pesquisa e conseqüente alternativas/modelos de AS, que possam ser incorporados alterando o modelo atual e assegurando a qualidade e segurança alimentar da produção agrícola.

O objetivo da agricultura sustentável, assim, é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos financeiro/econômicos adequados, que permitam diminuir a pobreza e atender as necessidades sociais da população (Altieri, 1993; Ehlers, 1994).

Segundo Gadotti (2008, p. 75 - 76), a sustentabilidade é “o sonho de bem viver. Sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes”. Para o autor, a sustentabilidade é maior que o desenvolvimento sustentável, pois “enquanto o modelo de desenvolvimento dominante hoje no planeta aponta para a insustentabilidade planetária, o conceito de desenvolvimento sustentável aponta para a sustentabilidade planetária”. Assim, a importância desse conceito está justamente no desafio de alterar a rota, buscando a sustentabilidade por uma outra forma de organização socioeconômica.

Para o professor José Eli da Veiga (1996) ainda se encontra muito embricada a noção de sustentabilidade na agricultura. Para ele, a transformação para um modelo agroambiental não irá acontecer de maneira tão rápida. O que o autor

chama de transição agroambiental deve acontecer mais lentamente, considerando que a biologia e a tecnologia demoraram anos para desenvolver as “mágicas” sementes e insumos que garantem a produtividade e a alta escala de produção que hoje se tem na agricultura moderna. Da mesma forma, há que se demorar um pouco mais para que esse despertar para a falência do modelo agrícola atual possa ser articulado a uma alternativa sustentável.

Há, no plano institucional, encaminhamentos para a constituição de uma agricultura sustentável, como se pode conferir pelo exposto na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei no. 12.188, de 11 de janeiro de 2010, dispõe no seu artigo 3º, entre os seus princípios:

I – Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

IV – Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

No artigo 4º, a referida Lei coloca entre os objetivos do PNATER: *I – promover o desenvolvimento rural sustentável.*

Embora haja regramento para balizar projetos de agricultura sustentável, sua prática tem se mostrado incipiente, considerando que até mesmo a Ater, muitas vezes, desencoraja alternativas de produção diferentes do modelo do agronegócio.

De acordo com ASSAD & ALMEIDA (2004), é preciso ultrapassar a discriminação que existe nos meios técnicos quanto à utilização de práticas de agricultura sustentável e tecnologias alternativas.

“Forçoso é reconhecer que as propostas de agricultura sustentável ainda são minoritárias e incipientes em certos contextos sociais da produção agrícola brasileira, até mesmo marginalizada (...). As tecnologias defendidas/propostas pelo movimento de agricultura sustentável supõem uma certa ruptura com as técnicas ditas convencionais ou “modernas” de produção agrícola, de gestão e de acesso às matérias e recursos primários”. A massificação/generalização dessa proposta passa por várias questões que ainda não estão sendo trabalhadas, e (...) fazem parte de um processo educativo e de uma ampla ação coletiva necessária à construção de um movimento social mais amplo (ASSAD & ALMEIDA, 2004).

Nesse sentido, a capacitação de técnicos e agricultores sobre pautas relativas à temática ambiental e à agricultura sustentável, representa um desafio a ser vencido para implantação de um modelo agrícola sustentável.

Veiga menciona o trabalho de Dockès-Rosier (2011), a abordagem dos pesquisadores contraria duas tendências muito comuns: a primeira em que aponta a tecnologia como elemento principal, enquanto os fatores sociais e políticos teriam um papel apenas secundário; e a segunda, à qual há quem apenas altere a ordem dos fatores, colocando no centro do debate os aspectos sociais e políticos, desligando-os das mudanças tecnológicas. Para Veiga “essa interpretação é equivocada pois tende a desqualificar o papel do movimento pela agricultura sustentável na criação de alternativas tecnológicas às práticas agrícolas da “segunda” revolução agrícola” (VEIGA,1996, p11).

De acordo com Assaf e Almeida (2004), embora a sustentabilidade da agricultura seja de desejo e interesse de diferentes setores produtivos e segmentos sociais, ela ainda parece utópica, pois, por mais que existam soluções para o manejo mais sustentável e redução de danos ambientais, a pressão de interesses econômicos distintos surge com entrave a essas propostas. Além do que, nem sempre os avanços tecnológicos para produção são acompanhados pela sustentabilidade social e, dessa forma, a sustentabilidade tem mais foco na dimensão ambiental do que na esfera social.

De acordo com GLIESSMAN, (2000, p. 53), para ser sustentável a agricultura deveria:

- ter efeitos negativos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, água superficial ou subterrânea;
- preservaria e recomporia a fertilidade, preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo;
- usaria água de maneira que permitisse a recarga dos depósitos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas;
- dependeria, principalmente, de recursos de dentro do agro ecossistemas, incluindo comunidades próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico;
- trabalharia para valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas;
- garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas.

Para sua realização a agricultura sustentável requer:

- uma combinação de cultivos mais diversificada, não de monoculturas, mas de lavouras com pecuária e pastagens, com plantação de feno e gramíneas com leguminosas combinadas, como o cultivo de aveia e cevada;
- uma redução, em todos os países, principalmente os países industrializados, dos subsídios das políticas públicas, hoje dirigidos a cultivos que têm impactos adversos ao meio ambiente, em benefício de cultivos que têm impacto benigno no meio ambiente;
- um redirecionamento dos incentivos ao uso de insumos predatórios, pois se há externalidades ou efeitos colaterais no seu uso, estas devem ser corrigidas com tributação (LOPES, 1994 p,98).

Para Assad e Almeida (2004), outros desafios são colocados na busca da *sustentabilidade da agricultura*. Esses desafios podem ser considerados a partir de cinco vertentes básicas:

- a) desafio ambiental – considerando que a agricultura é uma atividade que causa impactos ambientais (...), o desafio consiste em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente, de tal forma que a dependência de insumos externos e de recursos naturais não-renováveis seja mínima;
- b) desafio econômico – consiste em: (...) adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios, que apresentem produtividade compatível com os investimentos feitos, e em estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade do produto agrícola no mercado interno e/ou externo, garantindo a economicidade da cadeia produtiva e a qualidade do produto;
- c) desafio social – o desafio social se resume a: (...) construir novos padrões de organização social da produção agrícola por meio da implantação de reforma agrária compatível com as necessidades locais e da gestão de novas formas de estruturas produtivas;
- d) desafio territorial – (...) consiste em buscar a viabilização de uma efetiva integração agrícola com o espaço rural;
- e) desafio tecnológico – considerando que a agricultura é fortemente dependente de tecnologias para o aumento da produção e da produtividade, e que muitas das tecnologias, sobretudo aquelas intensivas em capital, são causadoras de impactos ao ambiente, urge que se desenvolvam novos processos produtivos nos quais as

tecnologias sejam menos agressivas ambientalmente, mantendo uma adequada relação produção/produktividade.

Ainda em meio a tantos desafios, Dorea (2011) adverte que mudanças de sistemas de produção exigem esforços de recursos financeiros, técnicos e administrativos, além de um bom planejamento. Afirma ainda que, mesmo com todos os benefícios da agroecologia para a agricultura e sua sustentabilidade socioambiental, sua implantação pode gerar necessidade de recursos, o que provavelmente não dependerá apenas de uma tomada de decisão do agricultor, mas também de uma política adequada para este fim (DOREA 2011, p.20).

Sob a ótica da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal.

A agricultura familiar, dessa forma, assume protagonismo, pois traz em sua definição os elementos essenciais para a constituição de um novo jeito de fazer agricultura, como diversidade produtiva, o trabalho da família, a pluriatividade, a gestão e produção interligadas. Vale ressaltar que a agricultura familiar brasileira contempla uma grande diversidade cultural, social e econômica, podendo variar desde o campesinato tradicional até a pequena produção mecanizada, cuja diferenciação está associada à própria formação dos grupos sociais ao longo da história (PEREIRA, SILVA, 2015).

Nesse sentido, a agricultura familiar é capaz de promover sistemas sustentáveis de produção de alimentos tanto do ponto de vista ambiental (proteção dos recursos naturais existentes) como também do social (valorização do trabalho e do conhecimento local de agricultores familiares).

Para Costabeber e Caporal (2003, p.03) o desenvolvimento rural sustentável deve se dar de modo gradativo, consolidando processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental.

Portanto, é necessário o entendimento sobre as estratégias que possibilitem o alcance da sustentabilidade. Costabeber e Caporal (2003) esclarecem a

importância de cada dimensão (econômica, social, política, ambiental e ética) para estratégias do desenvolvimento rural sustentável, considerando que cada uma delas irá fornecer o devido suporte à outra, e assim, será possível conquistar o tão desejado desenvolvimento.

Costabeber e Caporal (2003) apresentam três estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, sendo: (i) opção pela agricultura familiar; (ii) busca de novas formas de comercialização; e (iii) dimensão local do desenvolvimento. Para os autores, a agricultura familiar apresenta vantagens econômicas, sociais e ambientais comparativamente com as outras formas de exploração, pois conta com diversidade de cultivos, eficiência produtiva e energética, proteção da biodiversidade e dos recursos naturais não renováveis, manejo cuidadoso e atividades de baixo impacto ambiental e com grande relevância social. Quanto à comercialização, Costabeber e Caporal (2003) destacam que as ações devem incorporar o fato de a agricultura familiar ter uso mais intensivo de mão de obra, mas com estilo mais poupador de insumos e menos agressivo ao ambiente. Assim, deve-se estabelecer redes de confiança com o mercado consumidor que demanda produtos com essas características; focar os circuitos curtos de mercadorias com venda no mercado local e ainda apostar no consumo institucional. A terceira estratégia para o desenvolvimento rural sustentável é pensar a sustentabilidade a partir do local, onde o protagonismo seja desempenhado pelos agricultores. Desse modo, os planos de desenvolvimento são elaborados de baixo para cima e para definir as estratégias municipais ou regionais de realização, considerando-se as particularidades de cada comunidade dentro do contexto macro.

O Brasil é um país marcado por sua heterogeneidade, um país de dimensões continentais que apresenta grande diversidade entre regiões, principalmente no que se refere ao meio rural e suas especificidades, que provocam o desenvolvimento de disparidades que se refletem em desigualdades, sejam econômicas ou sociais, entre as regiões do país (NUNES et. al., 2015). Sob esta perspectiva, o enfoque territorial surge como uma estratégia importante no âmbito das políticas públicas, trazendo mais do que simplesmente delimitações geográficas; o estabelecimento do território considera as identidades culturais, aspectos sociais e econômicos, configurando-se uma importante ferramenta com o

objetivo de reduzir as desigualdades sociais regionais e promover o desenvolvimento dessas localidades (JESUS e FERNANDES, 2015).

Para Bourdieu (1989), o conceito de região parte de uma validade que é, em primeiro lugar, uma representação, capaz de expressar a identidade das pessoas e do lugar onde vivem. Essas representações se manifestam em elementos mentais como a língua, o sotaque etc., e “representações objetais” em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias etc.) ou mais proximamente à noção que temos de território: vestes, artesanatos e alimentos típicos.

Os agentes investem ainda suas ações, visando determinar a forma com que os outros perceberão, através de suas representações mentais, estas propriedades ou os seus portadores (Bourdieu, 1989, p.112).

De acordo com Bourdieu (1989) não há um critério natural para classificar as regiões, pois para ele tais critérios devem estar alinhados à realidade e sua proximidade com os elementos mentais e objetais, analisados segundo a semelhança entre eles. As demarcações regionais nunca se encaixam perfeitamente, uma vez que a realidade é social, nada tem de natural e a demarcação é fruto de uma determinação eventual que é, ao mesmo tempo, produto e agricultora de diferenças culturais (Bourdieu, 1989). Por isso, para que a ciência construa critérios bem alicerçados na realidade, deve ter em mente que a demarcação é fruto do “estado da luta das classificações”, ou seja, do estado da relação de forças materiais e simbólicas entre os que desejam um ou outro modo de classificação (Bourdieu, 1989 p.115).

Para Bourdieu, ao defender a ideia regionalista se pretende legitimar a região de modo a promover seu conhecimento e reconhecimento. Contudo, para que essa ideia ganhe espaço, é necessário que seus representantes tenham autoridade/influência para propor uma nova ordenação, além é claro do reconhecimento, pelos membros deste grupo formado, em relação à ideia de identidade e das propriedades econômicas e culturais que eles têm em comum.

Bianchini (2005) coloca que o desenvolvimento rural sustentável deveria: (i) no campo ecológico, ter efeitos negativos mínimos no meio ambiente, preservar a fertilidade do solo, manter a estabilidade das reservas de água, valorizar e conservar a diversidade biológica; (ii) no campo social, valorizar o saber local e o potencial endógeno da comunidade, ter equidade no acesso a tecnologias; e (iii) no

campo econômico, garantir a reprodução das populações locais, a qualidade de vida e um sistema agroalimentar sustentável em todos os níveis.

Os autores destacam a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural, haja vista sua capacidade de alcançar a soberania e segurança alimentar, já que grande parte do que é produzido permanece nas comunidades rurais como forma de autoconsumo, além da multifuncionalidade e poli cultivos; eficiência produtiva e eficiência energética e/ou ecológica; conservação dos recursos naturais não renováveis; proteção da biodiversidade e sustentabilidade futura; manejo (COSTABEBER E CAPORAL, 2003).

Portanto, o desenvolvimento rural sustentável deve ter como objetivo principal ações que visem promover o bem-estar social, a preservação ambiental e o crescimento econômico, a partir da mudança de concepção de desenvolvimento que se tem atualmente para que o foco deixe de estar apenas nos aspectos econômicos, e que passem a envolver também as particularidades de cada território, em respeito à diversidade e heterogeneidade de cada unidade de produção, diferentemente da homogeneização de técnicas e modelos econômicos que se tem sido difundida pela agricultura moderna.

2.3.4 Indicadores de Sustentabilidade para Agricultura Familiar

Indicadores de sustentabilidade para agricultura familiar devem se orientar em múltiplas dimensões e variáveis como se propõe o emprego dessa ferramenta de análise, mas também deve se constituir em um instrumento capaz de abarcar todas as particularidades do contexto de vida e trabalho dos agricultores e de suas unidades de produção.

Um indicador de sustentabilidade para Furtado (2009, p. 123), seria:

[...] uma unidade de medida, um elemento informativo de natureza física, química, biológica, econômica, social e institucional - representado por um termo ou expressão que possa ser medido, ao longo de determinado tempo; a fim de caracterizar ou expressar os efeitos e tendências e avaliar as interrelações entre os recursos naturais, saúde humana e a qualidade ambiental (dos ecossistemas); estreitamente alinhado e harmonizado com o entendimento de aspectos econômicos, ambientais e sociais (FURTADO, 2009, p. 123).

Para Brasil (2014), os indicadores seriam informações quantitativas e de fácil compreensão, sendo usados para os processos de decisões da sociedade e para

avaliação de determinados fenômenos. Ainda, simplificariam as informações de uma dada realidade, podendo reduzir os investimentos no que se refere ao tempo e recursos financeiros.

Sachs (1993), ao trazer o conceito de sustentabilidade, adotou seis dimensões como base ecológica, econômica, social, espacial, cultural, psicológica, política, nacional e internacional; o desenvolvimento deve transcender o significado econômico.

Para Sachs, cada dimensão do desenvolvimento sustentável tem ligação com questões sociais, sobretudo no que diz respeito às questões políticas, arbitrárias e ambientais. Estes são considerados pilares principais do conceito de sustentabilidade. Ao apresentar essas dimensões, o autor reforça a importância social de cada item ao que se refere às questões sustentáveis para o desenvolvimento. Entender as transformações pelas quais o mundo tem passado em todos os aspectos, que até mesmo são ligadas às questões populacionais, demográficas e de limitação de recursos naturais é o primeiro passo para se compreender o desenvolvimento sustentável enquanto política internacional. Na descrição de Sachs (1993), (2002), as dimensões por ele apresentadas devem ser analisadas considerando os seguintes aspectos:

A Dimensão Econômica é realizada pela alocação e gestão mais efetivas dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado nos quais a eficiência econômica deve ser avaliada com o objetivo de diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos.

A Dimensão Social era utilizada para encobrir o interesse sobre a sustentabilidade ecológica no sentido de que a pobreza seria a causadora da agressão à natureza, devido à falta de recursos em adquirir técnicas preservacionistas.

A dimensão social tem por objetivo precípua a igualdade de condições, de acesso a bens, da boa qualidade dos serviços necessários para uma vida digna. Para que tal fim seja atingido, é necessário o fim da pobreza, da tirania, da carência de oportunidades econômicas e o fim da negligência dos serviços públicos, da intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.18).

A dimensão Ecológica é caracterizada pela compreensão e respeito às dinâmicas do meio ambiente. Exige a reflexão de que o ser humano não é dono do meio ambiente.

A dimensão cultural, por sua vez, é a promoção, preservação e divulgação da história, das tradições e dos valores regionais, bem como acompanhamento de suas transformações. Para que essa dimensão seja atingida, é mister valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais.

A dimensão psicológica engloba a sensação de felicidade que transcende o aspecto social, pois a emoção é um atributo que faz parte do inconsciente de cada pessoa.

A sensação é intrínseca a cada indivíduo e inerente a ele permitindo a cada um tomar conhecimento da realidade que o cerca, por meio das diferentes experiências, expectativas, motivações e emoções individuais (SILLAMY, 1998).

A dimensão política é dividida em nacional e internacional. A primeira está inserida na participação democrática das tomadas de decisões. Sensibilizar, motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas, favorecer o acesso às informações permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades, superar as práticas e políticas de exclusão e buscar o consenso nas decisões coletivas são elementos que compõem esta dimensão (JACOBI, 2003).

Cumprido salientar que a sustentabilidade política deve ter contribuição não só da comunidade local, mas é preciso mobilizar a sociedade como um todo englobando o papel do governo das instituições e do empresariado e abrangendo o que muitos autores chamam de sustentabilidade institucional nesta dimensão (SACHS, 1993).

É premente a necessidade de democracia e sustentabilidade nas estratégias políticas e administrativas que devem se adequar para superar os entraves relacionados ao controle pelo cidadão e a participação ativa dele na gestão pública.

O modelo de desenvolvimento sustentável se baseia na concepção da parceria e da colaboração efetiva entre os setores público, privado, voluntário e comunitário. Neste contexto, exige-se um mínimo de consenso e de solidariedade entre os membros da sociedade que transcendem aos interesses particulares e que

só podem ser produzidos em um processo dialógico e interativo de troca de argumentos e posições. Torna-se, portanto, imprescindível que os governos adequem atitudes e estratégias em prol do bem comum.

Considerando o ponto de vista de Veiga (1993), Sachs (1993), Caporal e Costabeber (2003), é preciso ampliar o horizonte de análise ao se construir indicadores, para outros focos que não somente o econômico, considerando as características da agricultura familiar, seria equivocado não envolver a dimensão, social, institucional e ambiental em sua análise. Outros autores também adotam essas dimensões em suas construções, como se nota.

Lira (2008) sugere que os indicadores podem ser divididos em três categorias principais, sendo elas: 1. Indicadores da pressão ambiental, responsáveis por descrever quanti e qualitativamente as atividades humanas sobre a natureza; 2. Indicadores das condições ambientais ou estado são os que irão analisar a qualidade e quantidade tanto do ambiente quanto dos recursos naturais. Estes indicadores serão os responsáveis por demonstrar como o sistema se encontrava e a evolução dele ao longo do tempo; 3. Indicadores das respostas sociais, correspondem às respostas da população em relação às mudanças a fim de alcançar a sustentabilidade.

A análise da sustentabilidade, de acordo com CHAMBERS e CONWAY (1992), pode ser dividida em dois grupos: o social e o ambiental. A sustentabilidade ambiental estaria ligada, de acordo com o pensamento tradicional, à preservação ou aprimoramento da base de recursos produtiva, principalmente para as gerações futuras. A Sustentabilidade social se refere não somente ao que o ser humano pode ganhar, mas à maneira como pode ser mantida decentemente sua qualidade de vida. Isto gera duas dimensões: uma negativa e outra positiva. A dimensão negativa é reativa como resultado de conflitos, e a dimensão positiva é construtiva, aumentando e fortalecendo capacidades, gerando mudanças e assegurando sua continuidade.

Assim, a sustentabilidade pode estar vinculada à capacidade dos agricultores familiares conservarem ou aumentarem sua qualidade de vida mantendo e garantindo recursos para as próximas gerações.

Ao analisar os sistemas agrícolas e a sustentabilidade ou a não-sustentabilidade desses sistemas, em dada área, constata-se que existe relação

direta entre o conceito de sustentabilidade com o enfoque sistêmico. Na passagem do sistema agrícola atualmente dominante para o sistema sustentável, a “pesquisa agropecuária deve ser direcionada para o enfoque sistêmico, de maneira a integrar os diversos componentes de um agro ecossistema” (EHLERS, 1998).

Diante da diversidade de condutas dos agricultores familiares, conforme destacam Lamarche (1993), Baiardi (1995) e Basso (2013), os indicadores precisam ser ajustados e/ou criados para permitirem o levantamento e a análise dos dados diante de cada contexto específico que será estudado, devendo ser escolhido o indicador mais adequado para cada realidade. O que possibilita uma melhor visão do conjunto dos elementos, além de um enfoque integrador entre as dimensões sociais, ambientais e econômicas.

Verona (2008) enfatiza que os indicadores devem ser construídos de acordo com cada agro ecossistema e, dessa forma não cabe aplicar um método padrão, único engessado visto que se trata de sistemas heterogêneos. O autor destaca que, no uso dos indicadores, as questões que envolvem percepções individuais, uma leitura particular da realidade, tendo como base fatores culturais, sentimentais, ideologias, são parte do processo e não devem ser esquecidas, tão pouco renegadas a segundo plano. Para Kemerich, Ritter e Borba (2014), um dos maiores desafios para elaborar a metodologia dos indicadores está em apropriar essas realidades locais, regionais e nacionais, já que existem diferentes características e peculiaridades em cada uma delas.

CAPÍTULO III – MATERIAL E MÉTODOS

Para a presente pesquisa se utilizou como base a abordagem qualitativa, buscando “descrever, compreender e explicar comportamentos, discursos e situações” (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p. 85), analisando o contexto do problema em profundidade, permitindo entender as particularidades dos indivíduos pesquisados (DIEHL, 2004). Este estudo é de cunho exploratório, que para Richardson *et al* (1999), implica em conhecer de forma mais ampla um assunto para poder propor ações de melhorias e ampliar futuras pesquisas de aprofundamento. O corte transversal em (2020/2021).

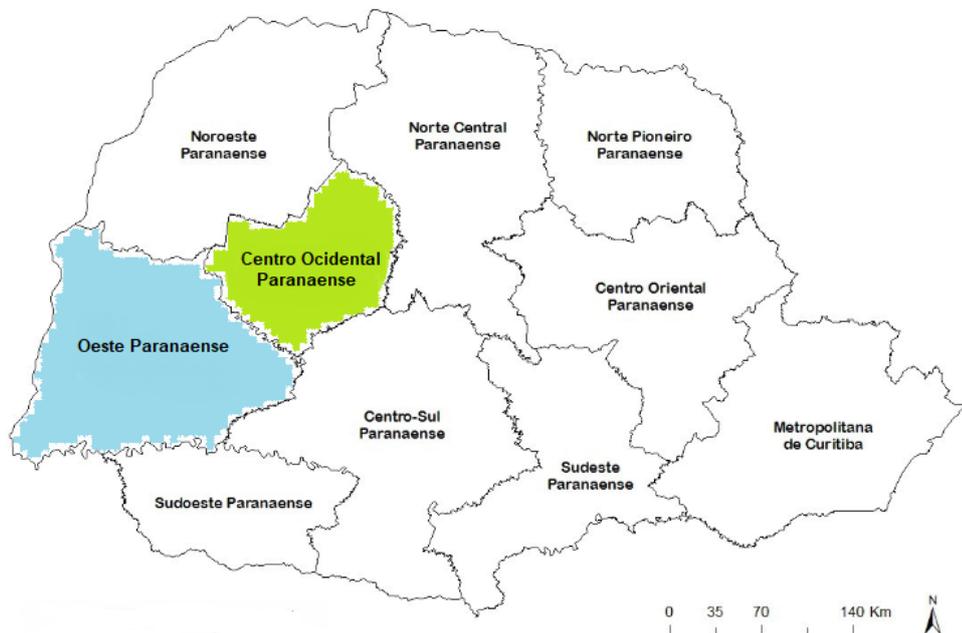
Os dados de fonte primária, de opinião, foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, na visão de Richardson *et. al.* (1999, p. 208) “o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas”, mas, seguindo um rigor metodológico e científico; por conta da Pandemia por Covid-19, as entrevistas foram realizadas por telefone, onde oito delas foram autorrespondidas por meio do *google forms*. Richardson (1999, p. 207) salienta ainda que a entrevista “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas”, ou seja, destaca-se novamente a interação entre entrevistado e entrevistador, a criação de um contato próximo e estimulador.

Os dados secundários, já registados, foram coletados em bibliografia científica e sites oficiais.

O universo da pesquisa foram os agricultores familiares das regiões Oeste e Centro Ocidental Paranaense em 18 municípios.

Atualmente, o estado do Paraná possui dez mesorregiões, das quais fazem parte a: Mesorregião Centro Ocidental que é composta por duas microrregiões: Campo Mourão e Goioerê que totalizam 25 municípios e a Mesorregião Oeste que é composta por três microrregiões: Toledo; Cascavel e Foz do Iguaçu juntas reúnem 50 municípios. Conforme mostra o Mapa abaixo.

Figura 3 - Mapa Mesorregiões do Estado do Paraná



Fonte: Base Cartográfica do IBGE;
Configurado pela autora, 2022.

Segundo IPARDES, a mesorregião Ocidental paranaense possui área total de 11.942,051 km², população estimada de 362.363 habitantes e densidade populacional de 27,33 hab./km². Seu Produto Interno Bruto –PIB Per Capita (R\$ 1,00) ⁽⁴⁾ - 35.478. Com relação ao Trabalho são cerca de 9.272, Estabelecimentos (RAIS) ; A População Economicamente Ativa segundo IBGE (2010), é de 171.209 pessoas, e a população Ocupada 161.793 pessoas. O setor de Agropecuária apresenta Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (VBP) (R\$ 1,00) de R\$ 13.946.934.749,37.

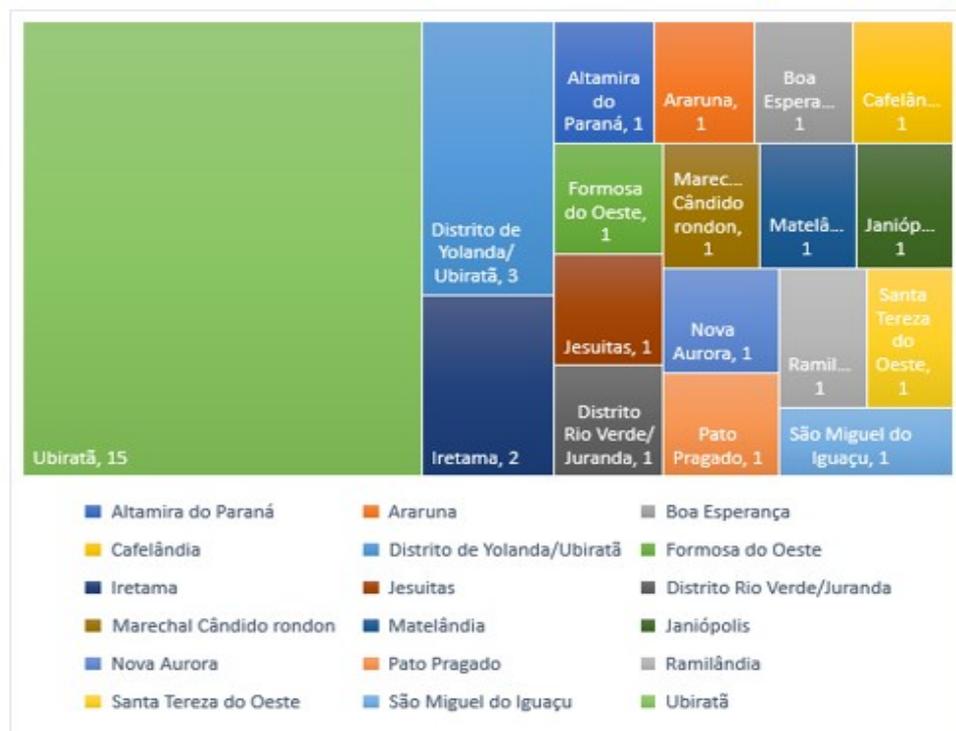
Enquanto a mesorregião do Oeste paranaense de acordo com o IPARDES, tem área de 22.859,66 Km² , população estimada em 1.330.154 habitantes e densidade populacional de 58,19 hab./km². Seu Produto Interno Bruto –PIB Per Capita (R\$ 1,00) ⁽⁴⁾ - 44.427. Com relação ao Trabalho são cerca de 40.579, Estabelecimentos (RAIS) ; A População Economicamente Ativa segundo IBGE (2010), é de 675.789 pessoas, e a população Ocupada 642.388 pessoas. O setor de Agropecuária apresenta Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (VBP) (R\$ 1,00) de R\$ 41.190.910.292,75.

Ambas as mesorregiões possuem forte tendência ao cooperativismo sendo elas marcadas por forte atuação dessas organizações em seus territórios, das quais destacam-se, Coamo no Centro Ocidental Paranaense e Copacol, Frimesa, Cresol no Oeste, o que demonstra a importância do setor agrícola para essas Meso / Microrregiões.

A agricultura familiar manifesta-se no território agrário paranaense de diversas formas. Na mesorregião Centro Ocidental Paranaense, embora sejam tratados pelas políticas oficiais como agricultores familiares, eles também se denominam “sitiantes”. A população localizada nas agrovilas recebe o nome de “vileiros”. Nas mesorregiões Oeste também são conhecidos por “colonos”; (RAFFESTIN, 1993).

Considerando dados do IBGE/IPARDE (2010; 2019/2021) em todas as mesorregiões geográficas do Paraná existem propriedades exploradas pela agricultura familiar; no entanto, elas se concentram mais em algumas mesorregiões geográficas que coincidem com quadros físicos naturais menos adequados à exploração agrícola realizado pela grande propriedade.

Figura 4 - Quantidade de Agricultores Familiares por Município pesquisado



Fonte: dados da pesquisa, 2021

Os agricultores foram selecionados por uma amostragem não probabilística, por conveniência, não-estatística, foram realizadas 35 entrevistas em unidades familiares diferentes, observando o ponto de saturação das racionalidades.

O levantamento de dados inicial foi realizado por meio dos registros de dados fornecidos pelas instituições de apoio assistência técnica e extensão rural como: Instituto Paranaense de Extensão Rural -Emater/Ubiratã-PR; Cooperativa da Agricultura Familiar de Ubiratã-Pr Canpar; e Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná – Biolabore/Santa Helena/PR), que intermediaram o contato inicial com os agricultores e repassaram a lista de contatos para realização da pesquisa.

Para classificação dos agricultores nas racionalidades, como método foi utilizada a tipificação elaborada por Basso (2013) a qual apresenta três tipos sendo eles: (Convencional; em transição e não convencional); como se pode observar no quadro 4.

Quadro 4 - Variáveis e tipos de racionalidades modernas dos agricultores familiares estudadas por Basso (2013)

Variáveis de análise	RACIONALIDADES		
	Convencional	Em transição	Não convencional
Sistemas produtivos	Estratégias ligadas à escala de produção; especialização produtiva; à lógica da produtividade. Uso intensivos de capital.	Em conversão com diminuição e/ou substituição de cultivos; O fator terra e trabalho são medianamente otimizados; Estratégias direcionadas a diversificação.	Sistema complexos e orientados para preservar e ampliar a biodiversidade. O fator terra e trabalho são fortemente otimizados.
Mecanismos de comercialização	A distância (mercado de commodities)	Atuam em dois ou mais mecanismos: o a distância, de proximidade e o institucional.	Atuam nos mecanismos de proximidade, institucional e de nicho.
Produtos comercializados	Os cereais mais rentáveis (milho, soja, trigo); Na pecuária: aves, suínos e leite.	Os cereais (milho, soja); Fumo; Leite; hortifrutigranjeiros; e, industrializados de origem vegetal e animal (formal e informal).	Hortifrutigranjeiros; e, industrializados de origem vegetal (formal e informal).
Máquinas, equipamentos e instalações	Acompanham as inovações tecnológicas do setor; Automatização dos processos produtivos.	Compram serviços para realizar cultivos (parcial ou total); Reaproveitamento de instalações para produção de leite; Pequenas unidades agroindústrias (até 150 m ²).	Equipamentos para uso com tração animal e/ou de pequeno porte e compram alguns serviços para realizar cultivos de cereais; Pequenas unidades agroindústrias.
Práticas agrônômicas	Uso intensivo de fertilizantes de origem industrial; Sementes de alta resposta aos insumos; Uso de agrotóxicos para controle de ervas daninhas, pragas e doenças.	Uso semi-intensivo de fertilizantes de origem industrial; Sementes de média a alta resposta aos insumos; Uso de agrotóxicos para controle de ervas daninhas, pragas e doenças.	Fertilizantes orgânicos e naturais; Sementes crioulas e de variedades; Controle de pragas e doenças com produtos naturais /ou orgânicos.

Fonte: Basso (2013, p.229)

A identificação dos agricultores familiares em cada uma das racionalidades foi realizada a partir da entrevista, que resultou na distribuição da população pesquisada ora apresentada no quadro 5.

Quadro 5 - População Pesquisada

RACIONALIDADE PRODUTIVA	Nº. AGRICULTORES
Convencional	10
Transição	13
Não convencional	12
Total	35

Fonte: dados do estudo, 2021

A classificação das categorias e indicadores analíticos foram as mesmas utilizadas por Basso (2013) agora inserida em dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável; conforme quadro 6.

Quadro 6 - Dimensões, Variáveis e Indicadores do Roteiro de Entrevistas

Continua...

Dimensões	Variáveis	Indicadores
Perfil	Idade Escolaridade Quantidade de filhos Escolaridade dos filhos	Anos Educação básica/ensino fundamental; medio/superior Número
Caracterização da unidade produtiva	Uso da terra Tamanho do lote Produção para fins de comercialização	Própria/arrendada/cedida Há/HE Tipos de produtos
Comércio	Mecanismos de comercialização	Mecanismo(s) utilizado (s): Proximidade Institucional (governamental) Nicho (orgânico) Virtual (à distância)
	Produtos comerciais (agrícola e não-agrícola)	Características do sistema produtivo Produtos comercializados Produtos agrícolas com valor agregado Produtos não-agrícolas Venda de trabalho Venda de horas máquinas
	Produção para consumo	Produção de subsistência Produção para obter valor comercial
Tecnologias	Equipamentos, máquinas e instalações	Bens Condição de uso Demanda de capital financeiro Nível de automatização
	Genética animal e vegetal	Tipos de sementes utilizadas Raça predominante dos animais
	Práticas agrônômicas	Insumos utilizados na produção Formas de controle de pragas e doenças (vegetal e animal) Formas de plantio dos cultivos Práticas de conservação do solo Estratégias de manutenção da fertilidade do solo Alimentação animal leiteiros Formação do rebanho leiteiro

Continuação Quadro 7 - Dimensões, Variáveis e Indicadores do Roteiro de Entrevistas

Sociabilidade/ Gestão social	Qualificação profissional	Orientada para produção em escala Orientada em bases agroecologias Orientado por um modelo de diversificação com agregação de valor
	Participação em eventos	Palestras Cursos Dias de campo Feiras Natureza da participação (ativa: das ideias, comparece as reuniões, propõem soluções; discute contesta; sente-se ouvido) Passiva: ouvinte, não faz proposições, escolhe entre as alternativas propostas pelos gestores)
	Organizações políticas, econômicas e social.	Comunidade da Igreja Grupos/associações Cooperativas Sindicato
	Futuro dos filhos	Escolaridade Formação profissional Local de trabalho
Sociabilidade/ Gestão social	Acesso ao Crédito	Custeio investimento
	Orientação da Produção	Pacote tecnológico Própria Experiência Troca de experiência Híbrida
Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS	Padrão de qualidade dos produtos de comercialização	Baseado: Convencional Híbrido Agroecológico
	Composição da Renda familiar	Cadeias longas Cadeias curtas Venda de serviço Aposentadorias/benefícios Mercado Institucional
	Sistema de Cultivo	Especializado em Cereais; Especializado em Pecuária; Especializado mais com Integração de cereais e produção animal
	Ocupação dos membros da família	Todos trabalham na unidade de produção Um ou mais membros trabalham na unidade Dentro da unidade de produção com agroindustrialização
	Adequação da Mão de obra Ocupada	Adequada Tem o que necessita Falta
	Objetivo da gestão do empreendimento	Lucro Reduzir riscos Questões socioambientais
	Renda líquida nos últimos anos	Valor/ média
	Sucessão	Participação dos filhos na tomada de decisão
	Significado do trabalho para família e comunidade	Satisfação Desafio Alimentos saudáveis Respeito etc.

Fonte: Adaptado do modelo de Basso, 2013.

Para a discussão dos dados realizada a análise de conteúdo. Conforme Richardson *et.al.* (1999), a análise de conteúdo tenta descrever o texto segundo a sua forma, isto é, os símbolos empregados, palavras, temas, expressões, frases e

quanto ao seu fundo, que tenta verificar as tendências dos textos e a adequação do conteúdo. Além de buscar identificar as tendências dos textos (BARDIN, 2004), o método de análise de conteúdo foi empregado visando organizar os dados e analisar os resultados obtidos, a partir de categorias identificadas por meio do referencial teórico coletado e da pesquisa realizada. A partir das explicações de Bardin (2004), o presente estudo constituiu-se de três etapas básicas:

1) Pré-análise: em que foram definidos o tema, o referencial teórico, os objetivos, a metodologia, bem como a coleta dos dados secundários;

2) Análise descritiva: organização e descrição dos dados coletados, envolvendo a codificação por meio da classificação (intensidade e direção de ideias) e categorização (definição de categorias a serem trabalhadas; no caso da pesquisa as categorias, comercio, tecnologia, gestão social e desenvolvimento rural sustentável;

3) Interpretação inferencial: compreensão dos fenômenos a partir dos materiais teóricos e empíricos, busca de respostas às questões de pesquisa levantadas, verificação de contradições e, por fim, realização das conclusões.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

Das 35 entrevistas realizadas todas foram respondidas totalizando 100% de retorno validando o estudo.

Ao se propor analisar como os agricultores familiares realizam a gestão social de seus empreendimentos, tendo como plano de fundo as diversas condutas que inspiram e motivam suas ações, portas se abrem para que esses atores possam ser realmente ‘enxergados’ por outros ‘óculos’, a partir de seus valores e dentro de suas especificidades;

Esse capítulo procura retratar de que maneira eles pensam sua produção, se relacionam com os diferentes mercados, com quais entidades se vinculam e o porquê; quais tecnologias empregam, qual tipo de sistema produtivo operam e por que razões, qual o significado de sua prática produtiva para si próprio, para a família e para a comunidade onde se inserem, dentre tantas outras variáveis pertinentes e que compõem esse estudo.

Antes, porém, de partir para a análise propriamente dita, convém familiarizar os leitores sobre algumas particularidades e características dos agricultores pesquisados e de suas unidades de produção, a fim de dar destaque a seu contexto social de vida e trabalho.

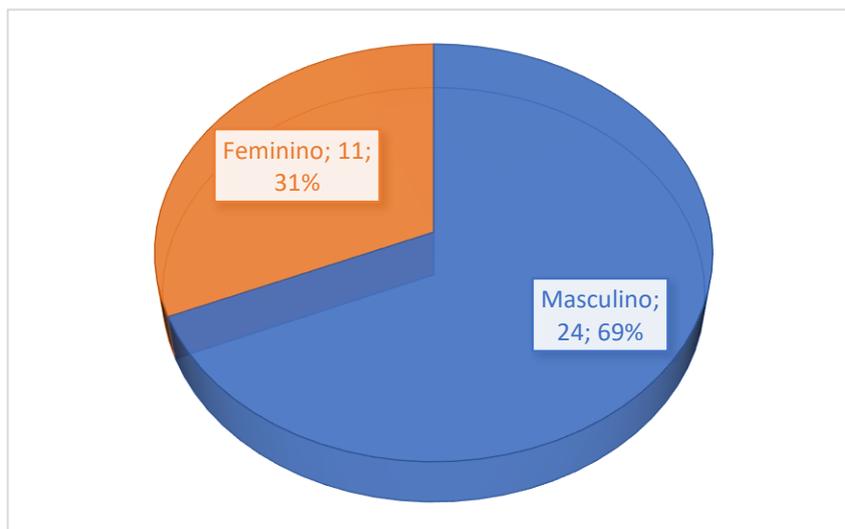
4.1 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS

Ao traçar o perfil dos pesquisados (idade; gênero; escolaridade; número de filhos) e caracterizar sua unidade de produção (posse da terra; bloco produtor; produtos comercializados), aproxima-se de sua realidade para conhecer aspectos que, de alguma forma, podem colaborar para o entendimento de sua conduta e explicar suas ações no que se refere à condução de seu empreendimento.

Dessa forma se objetiva aprofundar o entendimento sobre as características pessoais e profissionais desses atores a fim, de apresentar um retrato fidedigno de cada tipo de produtor nessa pesquisa classificados como produtor tipo convencional, em transição e não convencional.

Os dados do perfil estão apresentados em gráficos de variável única e de múltiplas variáveis a fim de evidenciar pontos de convergência e de divergências entre os tipos conforme a especificidade dos dados pesquisados.

Gráfico 1 - Participação do gênero dos agricultores familiares entrevistados



Fonte: dados da pesquisa, 2021

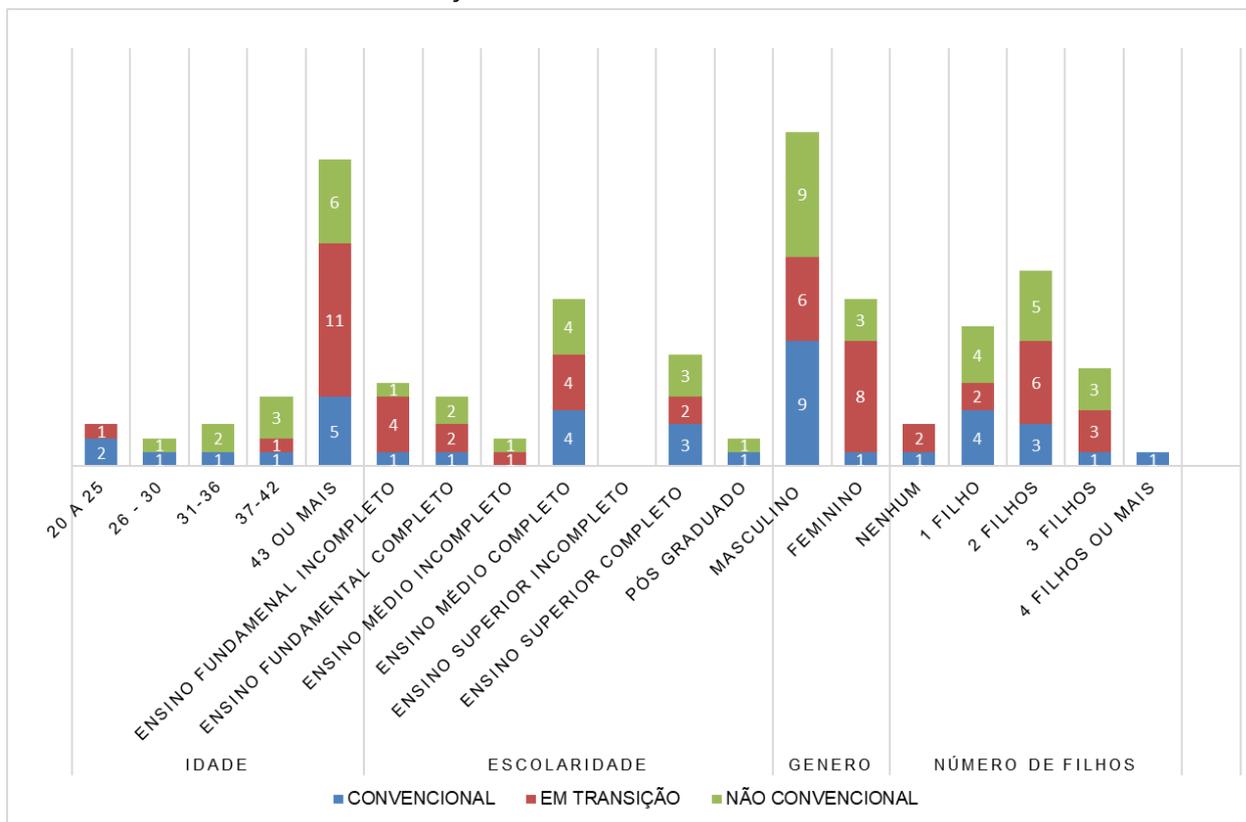
Dentre os entrevistados, as mulheres aparecem em menor número como responsáveis dos empreendimentos rurais.

Observou-se que dentro da amostra do estudo, as mulheres, quando titulares do empreendimento, embora algumas fossem casadas, contavam apenas com os filhos para o trabalho, e a ajuda dos companheiros se dava de maneira esporádica. Isso porque há casos em que o empreendimento foi herdado, e em outros, se tratava de uma atividade secundária para complemento de renda.

Este dado se confirma a partir do Censo Agropecuário de 2017. O IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões. Do total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%.

Já os homens, por sua vez, quando estão à frente do empreendimento, contam com auxílio da esposa e filhos, ou seja, de toda família quando disponível. E o empreendimento respondia como atividade principal.

Gráfico 2 – Idade; Escolaridade; Gênero e Número de Filhos de acordo por Tipo de agricultor Familiar: Convencional, em Transição e não convencional



Fonte: dados da pesquisa, 2021

Dos entrevistados, as mulheres estão presentes em todos os tipos, mais fundamentalmente nas racionalidades em transição e não convencional.

Estratificando as idades por racionalidade, a maioria do público mais jovem entre 20 e 29 anos está no tipo convencional. O tipo não convencional, por sua vez, envolve em sua ampla maioria o público entre 40 e 49 anos, e o tipo em transição o público mais maduro. Embora os jovens tenham na atualidade mais acesso e recursos para informação, não foi possível identificar entre eles interesse em conhecer ou praticar novas formas de manejo na unidade de produção, que não a convencional; a alegação comum se pautou nos resultados, embora tenha sido ignorada pelos pesquisados desse grupo, que a atividade ora em desenvolvimento não ocupa todos os membros da família, o que, no futuro, pode gerar impasses para continuidade do empreendimento, considerando o volume de terra e a quantidade de filhos que irão dividir essa propriedade e conseqüentemente seu(s) negócio(s).

Quanto à escolaridade, os entrevistados com ensino superior e pós-graduados estão divididos, em maior parte, entre as racionalidades não convencional e convencional; o tipo em transição apontou indivíduos com ensino superior, porém em menor número, mas é a racionalidade com maior número de pessoas no ensino fundamental completo e incompleto. Com ensino médio há pessoas em todas as racionalidades.

A escolaridade é um importante indicador de capacidade dos indivíduos que contribui na recepção e interpretação das informações e contextos que os cercam. Presume-se que quanto maior a escolaridade tanto maior os recursos conceituais e técnicos que podem ser acessados por esses atores e disponibilizados em sua prática diária. Esta análise não pretende de forma alguma negar o saber tradicional e cultural dos agricultores familiares, mas sim reforçar que a despeito das condições vividas, aqueles que puderam usufruir de maior tempo na escola têm maiores condições de se adaptarem às mudanças e responderem ao contexto em que estiverem inseridos, considerando todas as transformações que o meio rural tem passado, sobretudo, nas últimas décadas.

Quanto ao número de filhos, no gráfico se observa que a maioria dos entrevistados tem apenas dois filhos, o que, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), está coerente com o censo de 2010 que apontou que as mulheres têm em média 1,9 filho no Brasil.

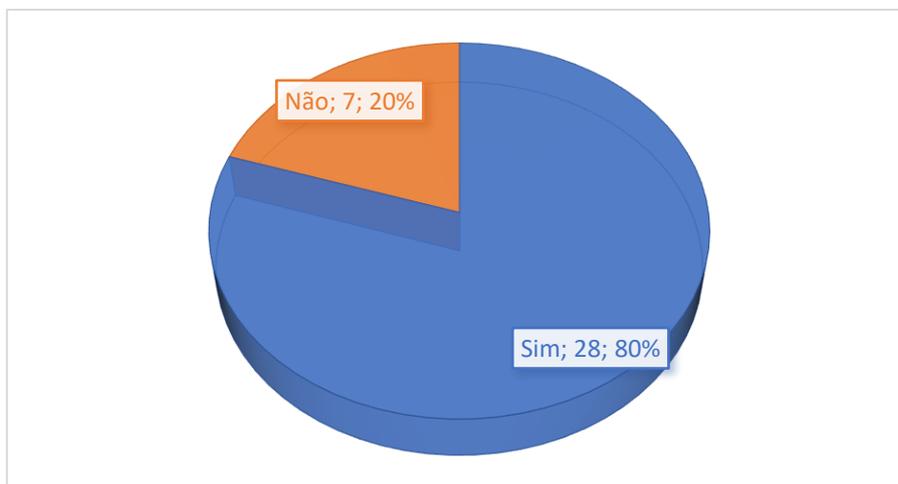
A racionalidade que proporcionalmente apresentou o maior número de filhos na pesquisa foi o tipo em transição; e a com menor número o tipo convencional.

De acordo com Antônio Carlos Florido, gerente técnico do Censo Agropecuário 2017, após dez anos, a configuração dos agricultores mudou. Aumentou o número de estabelecimentos em que o agricultor está buscando trabalho fora e, conseqüentemente, diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas.

Segundo Valter Bianchini (2013), (...) falta lazer, renda, projetos de incentivos e políticas públicas, para atrair os jovens na agricultura familiar. Jovens que permanecem no meio rural são principalmente de famílias com condições econômicas melhores, propriedades próximas a cidades e com infraestrutura melhores. Porém, existem várias formas desse problema diminuir, com incentivos

governamentais, incentivos dos próprios familiares e melhora na qualidade de vida desses jovens, sobretudo, com relação à conectividade.

Gráfico 3 -Quantidade de Agricultores Familiares com Posse da Terra



Fonte: dados da pesquisa, 2021

A propriedade da terra rural é um fator de substancial importância para o agricultor familiar, pois é por meio dela que ele desenvolve seu trabalho, adquire sua renda e consegue dar melhores condições de vida a sua família.

Outro fator de destaque é o acesso ao crédito, que é facilitado quando o agricultor tem a posse da terra e, dessa forma, pode utilizá-la como garantia de pagamento.

A propósito, uma das principais atuações das políticas de crédito rural está na redução das desigualdades de acesso. Agricultores familiares que possuem propriedades menores, e menor poder econômico, teriam acesso bastante limitado ao mercado de crédito sem a oferta promovida por tais políticas.

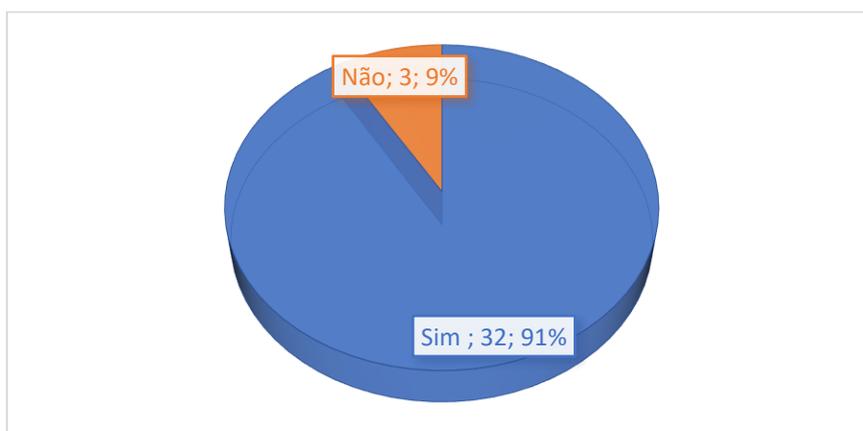
Embora possuam uma área menor (23%) e um maior número de estabelecimentos (77%), a produção desses atores continua sendo significativa de acordo com o Censo do IBGE, 2017.

Considerando-se os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, os estabelecimentos de agricultura familiar têm participação significativa. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção

da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Toda essa diversidade e quantidade de produção poderia ser ainda maior, se a posse da terra fosse mais acessível aos agricultores familiares e não estivesse tão concentrada no Brasil.

Gráfico 4 - Quantidade de Agricultores Familiares que possui bloco de Agricultor Rural

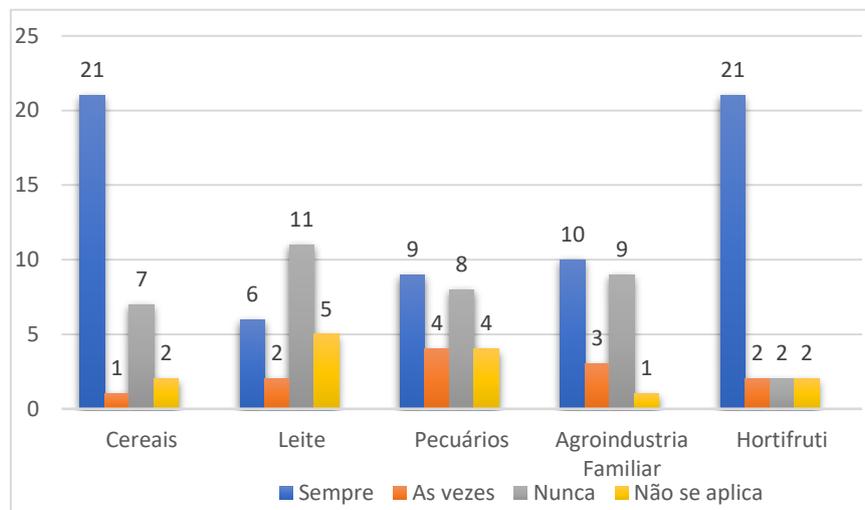


Fonte: dados da pesquisa, 2021

O Bloco de Agricultor Rural é um documento obrigatório para acompanhar a produção agropecuária nas operações efetuadas pelo agricultor, seja na comercialização ou transporte. Também serve para comprovar a atividade rural junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social); trata-se de um documento necessário para assegurar também o acesso a direitos sociais, previdenciários (aposentadoria e benefícios) e de crédito para toda a sua família.

Ao emitir notas, o agricultor contribui para o aumento da arrecadação do Município no qual vive/trabalha e, com isso, tem força política para pleitear maiores e melhores investimentos nas políticas públicas.

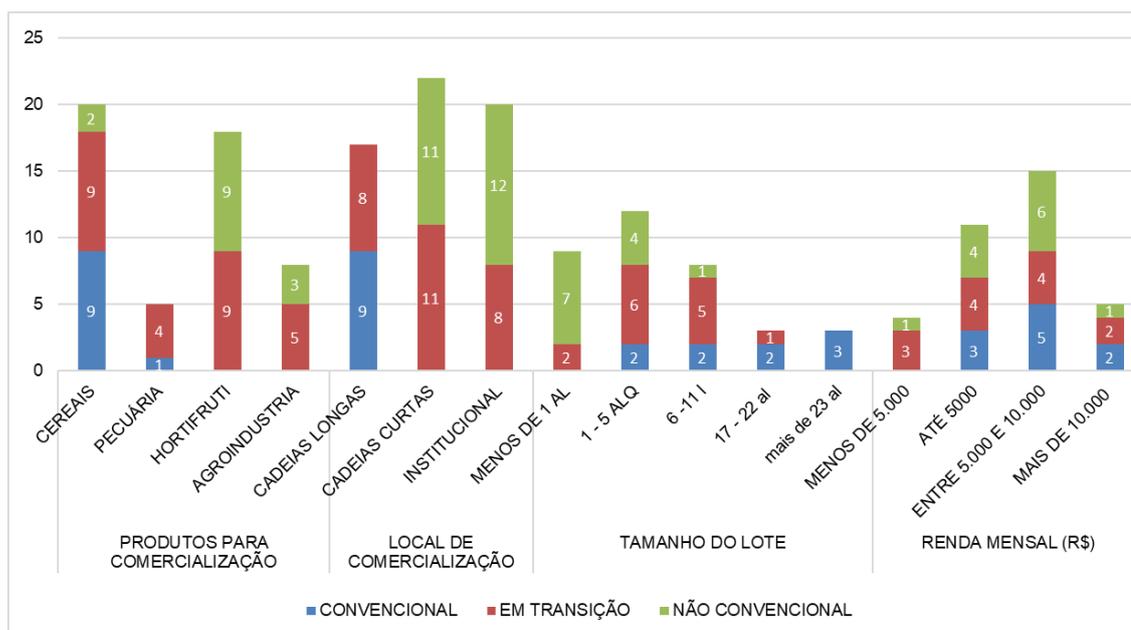
Gráfico 5 - Produtos Comercializados pelas Unidades produtivas pesquisadas



Fonte: dados da pesquisa, 2021

A diversificação da produção dentro da amostra pesquisada, além de apresentar benefícios econômicos e sociais, também possibilita outras formas de diversificação de renda; apresenta, ainda, importantes benefícios ambientais, que são fundamentais quando se pensa na sustentabilidade do desenvolvimento rural a longo prazo.

Gráfico 6 - Produtos para Comercialização; Local de Comercialização; Tamanho do Lote e Renda Mensal em R\$, por Tipo de agricultor Familiar: Convencional, em Transição e não convencional



Fonte: dados da pesquisa, 2021

Os fatores que podem direcionar os agricultores a se especializar têm a ver com o ganho de economia de escala com a especialização, junto à política de seguro agrícola, por diminuir o risco associado à produção.

Dentre os agricultores familiares observa-se determinadas tendências que se estabelecem a partir da natureza do cultivo, do mercado para onde se destina a produção e a dimensão da área de produção. Como é o caso dos agricultores do tipo convencional que na amostra pesquisada se voltam quase que exclusivamente para o cultivo de cereais como Soja, milho e trigo, sendo que para esses cultivos se faz necessário uma extensa área para plantio e por conseguinte a comercialização das commodities se dá por meio das cadeias longas de comercialização, intermediadas pelas cooperativas agroindustriais. Considerando o valor desses cultivos para o mercado embora o custo de produção seja alto a renda também é, como se observa no grupo de produtores do tipo convencional que em sua maioria tem renda mensal entre R\$ 5.000,00 e 20.000,00 reais.

Por um lado, vale lembrar que a diversidade produtiva tem um papel importante de prover segurança alimentar aos agricultores. Quanto menor é a renda, mais importante é esse papel, principalmente para as famílias mais pobres. A diversificação, além de alternativa para sustento da família, é também uma forma de enfrentamento das crises associadas aos riscos próprios da produção.

Nessa perspectiva agricultores dos tipos em Transição e não convencionais lançam mão de suas experiências e conhecimentos na agricultura para explorar de maneira dinâmica diferentes tipos de cultivo e alternativas para melhorar sua qualidade de vida.

Na amostra pesquisada os agricultores do tipo em transição se dedicam a cultivos variados desde os cereais soja e milho aos hortifrutis e a agroindustrialização familiar de doces geleias, panificados, embutidos e temperos. O tamanho do lote ocupado por esse tipo de agricultor é intermediário entre os demais tipos de agricultores classificados. O mercado para comercialização dessa produção variada também varia entre cadeias longas e cadeias curtas (mercados locais/institucional) a diversidade na produção para esse tipo de produtor garante o melhor uso do seu espaço de vida e trabalho e dessa forma diversifica também sua fonte de renda. Os agricultores desse tipo pesquisados em sua maioria afirmaram ter renda mensal não superior a R\$ 5.000,00 por mês.

A renda dos agricultores, na maioria das vezes, não é composta apenas pelo valor da venda da produção agropecuária, e as estratégias de diversificação da renda podem incluir, além da produção de subsistência, as atividades realizadas fora da unidade produtiva e outras fontes de renda.

Os produtores do tipo não convencional pesquisados apresentam diversificação na produção baseado em um modelo agroecológico, dedicam-se ao cultivo de cereais como arroz, feijão e trigo, tem na horticultura uma forte exploração sendo muitas dessas hortas certificadas como produtoras de orgânicos, portanto, livre de agrotóxicos. Também praticam a agroindustrialização o que aumenta a participação da família ocupada no estabelecimento.

Os mercados ocupados pelos agricultores do tipo não convencional são as cadeias curtas, os chamados mercados locais e o mercado institucional por meio das políticas públicas para aquisição de alimentos e merenda escolar PAA E PNAE.

O tamanho dos lotes é relativamente pequeno em sua maioria se comparado com os demais tipos pesquisados. Contudo, embora ocupem uma extensão de terra menor, usufruem de seu potencial com grande dinamismo o que reflete em sua renda atrativa, dentre os pesquisados a grande maioria declarou possuir renda mensal entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00.

Os dados apresentados nesses perfis destacam as diferentes racionalidades que coexistem no ambiente da agricultura familiar o que reflete a existência de grande heterogeneidade nesse meio, desde tipos de agricultores à diferentes estilos de gestão, sejam elas administrativa e ou social. Pois cada contexto apresenta diferentes cenários, em que atores diferentes se reúnem para estabelecer vínculos, relações e ações para que seu modo de vida seja preservado com dignidade.

4.2 ANÁLISE DA GESTÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS RACIONALIDADES: CONVENCIONAL – EM TRANSIÇÃO E NÃO CONVENCIONAL

Apesar do meio rural brasileiro estar repleto de diversidade, a análise da gestão normalmente se dá pela ótica empresarial, embasada na instrumentalidade dos cálculos, do resultado e do lucro; contudo, existem características e situações em que outras perspectivas se fazem observar, nos valores centrados na família, na reciprocidade e até nas relações com o mercado que ensejam outras

racionalidades, como a racionalidade substantiva, mesmo que os agricultores tenham de estar em constante adaptação aos contextos sociais, culturais e econômicos em que estão envolvidos.

De tal modo, manifesta-se como uma forma de oposição à exclusividade da racionalidade capitalista no meio rural. O encontro dessas diferentes racionalidades (substantiva, comunicativa) deve influir na orientação da gestão dos estabelecimentos familiares. Nesse sentido, para melhor compreender a racionalidade da agricultura familiar na gestão de seus estabelecimentos, procura-se demonstrar o modo como esses agricultores organizam suas produções, trabalhos e objetivos. A partir do entendimento desse modo de organização é possível extrair elementos teóricos que ajudam a compreender as racionalidades deles na gestão de seus estabelecimentos e, dessa forma, contribuir com projetos e políticas públicas específicas para cada racionalidade, cada tipo de agricultor.

4.2.1 Caracterização da Gestão Social na Racionalidade Convencional

Os agricultores familiares pesquisados no tipo convencional promovem a gestão social com foco nas demandas do mercado, produzem para fins de comercialização basicamente cereais, aqueles mais aceitos e mais bem comercializados na bolsa de commodities como soja, milho e trigo. Dentre os pesquisados, em menor número, alguns também desenvolvem outras atividades paralelas como produção leiteira e avicultura, mais de natureza fortemente especializada.

Para esses agricultores, a gestão sobre o sistema produtivo a ser desenvolvido nas propriedades leva em conta a constituição dos preços diante do mercado global. Para Girardi (2008, p. 74), esse modelo está focado nas “regras de como e o que produzir para exportar” compondo “o conjunto de questões estruturais que barram outro modelo de desenvolvimento para o país” (GIRARDI, 2008, p.74). Para o autor, embora esse modelo se destaque economicamente, não é algo que seja para ‘todos’.

Por essa perspectiva, a modernização no meio rural brasileiro promoveu uma economia de mercado hierárquica, na qual o ambiente institucional impede as relações de emprego de longo prazo, a organização de classes gera poucos

investimentos em qualificação profissional e uma grande distância de poder entre os trabalhadores e suas representações. Somam-se a essas características o alto nível de informalidade, a alta rotatividade e a alta taxa de desemprego aberto; ou seja, se por um lado a modernização no meio rural tenha sido capaz de viabilizar a inserção global nos mercados, aumento da produtividade e competitividade econômica por meio do agronegócio, por outro, impediu a resolução de problemas crônicos como as desigualdades sociais de acesso à terra, a insegurança alimentar, a insuficiência de serviços públicos no campo, a deficiência de infraestrutura física em áreas mais pobres, a baixa captação de crédito por agricultores familiares, conduzindo, em última análise, para um processo inveterado de concentração de riquezas, em que o acesso se dá inclusive pela extensão de terra explorada.

Dentre os pesquisados do tipo convencional, observou-se que eles possuem uma área normalmente maior que 10 alqueires. Suas áreas são maiores do que as áreas dos produtores dos outros tipos, condição essa, importante para esse tipo de racionalidade, que não se sustenta em áreas muito pequenas. Portanto, há indícios de que o tamanho dos estabelecimentos seja importante para definir as escolhas dos agricultores com respeito à tecnologia, produção e renda. No entanto, ressaltam Souza Filho *et al.* (2004), o papel exercido pelo tamanho da propriedade na adoção tecnológica depende de aspectos técnicos, econômicos e institucionais, sendo difícil analisar isoladamente a importância desse efeito.

Quanto a gestão dos equipamentos e maquinários, os agricultores declaram possuir tecnologias de médio e até grande porte, que os possibilita explorar outras terras além das suas por meio de arrendamento e vender serviços esporadicamente. Mas, por promover uma gestão que valoriza a mecanização dos processos produtivos, necessita de pouca mão de obra, que no momento se mostra suficiente, não sendo necessário contratar serviços de terceiros.

Quanto a gestão das práticas agronômicas, as sementes e defensivos bem como os fertilizantes utilizados pelo agricultor tipo convencional são de natureza química, adquiridos nas cooperativas de agronegócios e cerealistas onde esse tipo de agricultor costuma se associar, essas redes sociais onde os agricultores estão inseridos compartilham dos mesmos significados. Conforme a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, o processo produtivo agrícola brasileiro está cada vez mais dependente dos agrotóxicos. Os resíduos tóxicos estão presentes em muitos

produtos alimentícios, principalmente nos alimentos processados que têm como ingredientes os derivados de trigo, milho e soja, provocando o aumento da insegurança alimentar para o mercado consumidor (Abrasco, 2012; Consea, 2012). Este fator interfere diretamente na sustentabilidade ambiental apresentada por Leff (2001), quando o autor explica o impacto que o uso de substâncias dessa natureza causa ao meio ambiente e às pessoas, confirmando o risco à segurança alimentar e à vida das pessoas que consomem esse tipo de produção.

O manejo de solo é feito por meio do plantio direto, e o solo é coberto intercalando culturas de verão e inverno. A praticidade e qualidade dos produtos químicos quanto ao nascimento e retenção das pragas é o elemento principal para escolha desse tipo de insumo, de acordo com os agricultores; para eles, esse tipo de manejo facilita e agiliza os processos, diminuindo intensamente o labor no trabalho. Quando questionados sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente, a maioria diz não ter o que fazer, dadas as condições do mercado e a falta de opção de outros cultivos igualmente rentáveis.

Além das implicações discutidas, a natureza da produção acaba por determinar algumas características e mudanças que afetam em diferentes graus o modo de vida do agricultor, como no caso da produção para o autoconsumo. Nessa situação, Gazolla (2004) explica:

A mercantilização da produção para autoconsumo configura uma situação em que o agricultor familiar deixa de produzir os seus alimentos no seu estabelecimento e passa a adquiri-los nos mercados. Assim entendida, a mercantilização é um processo pelo qual muitas famílias adquirem os alimentos para consumo fora das unidades de produção (GAZOLLA, 2004 p. 85).

Dentre os entrevistados do tipo convencional esse fato foi observado, pois com relação ao autoconsumo havia pouco ou nenhum produto para consumo advindo do interior da propriedade, pois em sua maioria estão sendo adquiridos fora do estabelecimento. Na produção agrícola, as lógicas culturais trazidas pela industrialização esvaziaram o simbolismo da vida simples do campo, fazendo desse tipo de produção uma forma de acumulação mediada por mecanismos de mercado, em detrimento de um modo de vida.

A fim de se manter na dinâmica dos mercados, os agricultores convencionais entrevistados, em sua maioria, acionam o crédito de custeio e, em alguns poucos

casos, de investimento para intensificar o desempenho de suas atividades. Para eles, esse tipo de crédito garante mais segurança à prática agrícola, uma vez que assegura o financiamento da produção e a aquisição de tecnologias e equipamentos necessários para produção; contudo, dão muita 'dor de cabeça', pois não há como assegurar boas condições climáticas e de preços para sustentar os compromissos assumidos.

Em relação à assistência técnica, segundo os agricultores convencionais, há boa frequência e qualidade em rapidez e sugestões apresentadas. Os agentes de ater são das cooperativas e cerealistas, onde os agricultores são associados e clientes. Além das cooperativas, a maioria mantém vínculos também com cooperativas de crédito e sindicato patronal, e dos trabalhadores rurais. Quando questionados sobre a orientação profissional, destacaram a produtividade como sendo o principal fator. Para isso, participam de dias de campos das cooperativas, e em razão da pandemia não participaram de eventos em 2020.

O que se percebe é que as mudanças causadas pelos mercados influenciaram o que se consome e o que se produz, refletindo no meio rural, na agricultura familiar e em sua estrutura produtiva. Assim, a produção da agricultura familiar não tem se restringido à própria subsistência ou ao abastecimento local. Dessa forma, a integração aos mercados por parte das unidades produtivas familiares agricultoras de commodities faz com que políticas de crédito como PRONAF instiguem a preferência pelos insumos e sementes industrializados, em detrimento daqueles produzidos na propriedade. Essa inserção na sociedade de consumo modifica diversas dimensões da família e do sistema produtivo, introduzindo novos valores e formas de representação e aumentando a vulnerabilidade das famílias.

Para os agricultores do tipo convencional o espaço de comercialização se dá por meio do que se denomina circuitos longos de comercialização, que se caracterizam pela existência de diversos agentes (intermediários) ao longo da cadeia conforme explica Wilkinson, 1998. Os agentes dos canais contribuem para o fluxo de produtos, serviços e informações e, além disso, para a previsão dos riscos envolvidos e para as negociações de pedidos e de financiamentos.

A escolha do agricultor familiar para o agronegócio implica numa dependência do mercado, que foge de sua práxis de vida e de trabalho e o obriga,

portanto, a transacionar em circuitos demasiadamente técnicos cuja demanda por informação e qualificação técnica e profissional são muito grandes e, nesses casos, questões como conectividade e escolaridade são preponderantes, na medida em que a interpretação de cenários e o diálogo político mercadológico são elementos constantes e demasiadamente dinâmicos. Paralelo a esses fatores, as exigências desse segmento por produtividade e altas tecnologias implica em altos investimentos para o agricultor familiar que, muitas vezes, vê sacrificado seus rendimentos por um modo de produção que realmente não o representa.

Quanto às atividades paralelas desenvolvidas pelos agricultores convencionais entrevistados, como leite e avicultura, essas demandam tempo e investimentos. Alguns agricultores pesam em descontinuá-las, pois nem todos os membros da família acreditam mais nesse tipo de atividade complementar. O preço do leite e a integração nos laticínios e cooperativas avícolas também não tem animado os agricultores. No caso dos aviários, os preços e as tecnologias investidas para construção são muito altos e os agricultores não têm muitas garantias para oferecerem a fim de conseguirem um bom financiamento, e ainda assim, quando conseguem, ficam amarrados por um longo período, em que as necessidades por manutenção e reestruturação do aviário já se fazem presentes.

Embora a multifuncionalidade de acordo com Schneider (2011) seja uma característica marcante da agricultura familiar, ela nem sempre está presente, é o caso do agricultor convencional. Pois, quando a racionalidade predominante se volta para o lucro e para a praticidade e tranquilidade do labor, como é o caso dos agricultores convencionais. Nesses casos, as atividades paralelas tendem a ser comparadas com a atividade agrícola em termos de retorno e tempo investidos; comparativamente, por maior e melhor que estejam as tecnologias para o manejo do leite e dos aviários, para o pequeno agricultor se adequar e poder investir nesse tipo de atividade, nesses moldes, há que se deter muitos recursos financeiros e técnicos, coisa que normalmente ele não possui, e com tecnologias rústicas para manejo o interesse em se manter na atividade é comprometido e reduzido significativamente.

Contudo, quando o assunto é sucessão, os agricultores do tipo convencional entrevistados se mostraram otimistas, mesmo quando se trata de filhas mulheres na sucessão direta, fator que chamou atenção. Como se pode perceber, na fala do

agricultor nº 22, *“espero que minha filha permaneça cuidando das lavouras, vou preparar ela para isso, não há problema em ser mulher e agricultora hoje em dia, quem pensa diferente disso são os mais antigos”*. Para esse produtor a filha, tem tantas condições de levar o empreendimento adiante quanto se fosse um filho homem. Isso demonstra uma mudança de conduta quanto ao lugar da mulher nos empreendimentos rurais familiares, com perspectivas de visualizar e encorajar as filhas a dirigir o empreendimento familiar, ocupando assim, um papel de liderança.

Por fim, ao questionar os entrevistados sobre o que eles acham do significado do seu trabalho para a família, para comunidade e para sociedade, as respostas convergem para a importância da agricultura para a região, extremamente agrícola por sinal. Dessa forma, é uma fonte geradora de empregos e aquece a economia local, de acordo com o agricultor nº 11: *“o povo da cidade tem que torcer para agricultura ir bem, pois se for mal tudo vai mal”*. No que se refere à família, apontam para o sustento, melhores condições de vida, saúde e educação para os filhos, que hoje têm mais oportunidades que os pais tiveram.

Para a sociedade, dada grande divulgação dos agronegócios, os agricultores entrevistados acreditam serem valorizados e produzem alimentos de qualidade. Embora tenham destacado a qualidade dos alimentos, durante as entrevistas foi possível observar que se tratava da qualidade no sentido da aparência e da produtividade; a questão do impacto ambiental foi tratada como um mal necessário para esse tipo de produção.

As referências nesta pesquisa sobre a opção do agricultor familiar para o agronegócio se propõem a discutir questões centrais como insegurança alimentar e desigualdades, por se tratar de um modelo, por tudo que foi exposto, claramente segregador, do qual nem todos os agricultores podem participar, e em se tratando de segurança alimentar, nem devem, pois se todos partirem para monocultura, como iremos nos alimentar no futuro?

O agricultor familiar necessita de incentivos e políticas públicas para o bom desempenho de suas atividades, muitas vezes é empurrado para modelos em virtude dos benefícios e programas que favorecem determinado tipo de prática em detrimento de outras. De acordo com o Banco Central (2016), desde 2010 o Pronaf tem sido acionado em maior quantidade, principalmente para custear o projeto de agronegócio na agricultura familiar. Com esse fomento, e a dificuldade técnica,

tecnológica e financeira de operar em outras lógicas, o agricultor se vê seduzido a se direcionar para esse tipo de conduta agrícola.

Dessa forma, o agricultor do tipo convencional é aquele que procura se aproveitar das oportunidades do mercado, primando por sua qualidade de vida e dos seus valores como reciprocidade, e a mais valia do trabalho acaba perdendo forças face às outras benesses advindas desse modo de vida. Não significa que ele se esquece totalmente de outras dimensões, como o meio ambiente e a sociedade, apenas há uma relativização desses aspectos para esse tipo de racionalidade.

A lógica produtivista acaba por construir uma rede de significados ligados à produção agrícola, como: maximização dos ganhos, avanços na utilização de produtos químicos, monocultura, desenvolvimento tecnológico e mecanização. Estes significados, por sua vez, são negociados e orientam as atividades dentro da comunidade de agricultores, influenciando suas práticas e a formação de identidade socioprofissional enquanto agricultor.

4.2.2 Caracterização da Gestão Social na Racionalidade em transição

A gestão social do agricultor familiar do tipo em transição apresenta um caráter híbrido que se mescla nas outras racionalidades (convencional – não convencional). Desse modo, circula em ambos os espaços, ora em um ora no outro, e ao mesmo tempo constrói uma conduta própria particular, sempre buscando pelas melhores soluções que se apresentam para sua prática agrícola. Assim, em sua práxis costuma desenvolver atividades, cultivos e processos que pertencem a esses dois mundos, o que dificulta interpretar com clareza sua racionalidade, mas, que permite admitir que se trata de outra racionalidade, visto que sua conduta não se estabelece com predomínio de nenhuma outra racionalidade descrita.

O que se percebe é que o contexto vivido é um fator preponderante para a definição do comportamento que irá predominar, principalmente para o agricultor do tipo em transição; assim, em momentos em que o agricultor não sofre impactos dos eventos nem pressões na hora de decidir, sua conduta será racional; no entanto, quando eventos ou pessoas forem capazes de gerar tensões ou ansiedade sua conduta irá se guiar pela emoção, conforme explicou (CHIAVENATO, 2009).

Dessa forma, a situação do estabelecimento é determinante no processo de tomada de decisão do agricultor familiar em transição, pois é com base nela e em sua experiência que ele irá buscar por caminhos, alternativas para orientar sua conduta na unidade de produção. Desse modo, o tipo de cultivo, ou atividade, seja ela agrícola ou não agrícola, será implementada em resposta ao entendimento do agricultor no contexto em que esteja vivenciando. São estratégias dos agricultores em transição, a verticalização da produção, a pluriatividade, dentre outras.

Para a produção agrícola familiar, a verticalização pode colaborar para melhorar vários perfis socioeconômicos do meio rural, sendo algum destes: geração de emprego e renda, agregação de valor às matérias-primas, estabilidade da oferta de produtos, diversificação do sistema de produção, oferta contínua de produtos ao longo do tempo e redução de perda no produto. Desse modo, para a agricultura familiar, a verticalização representa uma estratégia produtiva e comercial que permite maior qualidade e durabilidade dos produtos, uma vez que muitos destes são vendidos *in natura* e são alvos de reclamações por conta de sua aparência por parte do consumidor.

Já a pluriatividade representa uma associação de diversas atividades agrícolas e não agrícolas, à qual os indivíduos de uma mesma família podem se dedicar a diversas atividades econômicas e produtivas que não precisam estar definitivamente relacionadas ao cultivo da terra. Exemplos dessas atividades podem ser observados no turismo rural, prestação de serviço, industrialização familiar (SCHNEIDER, 2003).

Dentre os agricultores pesquisados, a agroindustrialização de pequeno porte é um elemento marcante, e a principal fonte de renda de algumas famílias. Por isso ao desenvolver o seu processo produtivo, as famílias têm visto em suas agroindústrias uma oportunidade de renda e de liberdade produtiva, que lhes tem permitido atuar num ramo diferente e assim experimentar novos desafios, Experiências estas que contribuem para gerar novas identidades socioprofissionais no meio rural. Além disso, as agroindústrias familiares também representam uma forma de reapropriação de tarefas que haviam sido transferidas do rural para grandes indústrias, e por estarem desenvolvendo essa atividade no interior da unidade de produção, intensificam a ocupação de maior número de familiares nas

tarefas do empreendimento rural, ampliando a sustentabilidade social a partir da geração de emprego e renda.

Os agricultores em transição entrevistados destacaram em sua prática agrícola cultivar cereais (soja, milho, trigo), horticultura, e industrialização familiar de panificados, temperos, apicultura, doces e geleias. É possível observar no meio rural, dentre os agricultores familiares em transição, uma racionalidade mais substantiva, que divide espaço com a racionalidade instrumental enquanto direcionadora de suas ações sociais. Ao mesmo tempo em que dialogam com os grandes mercados por meio do cultivo de cereais, ainda que, de acordo com os entrevistados, devido a áreas pequenas de cultivos e rendas baixas pois necessitam comprar os serviços ligados aos cultivos; também se relacionam com a comunidade e com os mercados locais e institucionais por meio da industrialização familiar, da reciprocidade na troca de serviços e da horticultura.

Dentre os entrevistados, muitos têm na agregação de valor familiar a principal fonte de renda, cuja exploração permitiu que os filhos cursassem nível superior. Nesse sentido, mais que uma fonte de renda, a agroindustrialização familiar representa para os agricultores familiares, de uma maneira geral, uma atividade comercial elementar, principalmente quando se domina a dinâmica dos mercados. Prova disso é o que o agricultor nº. 35 fala sobre a gestão da produção, estoque e finanças. Segundo ele:

“sempre fui da roça, aprendi com meu pai que é importante economizar para garantir a produção, não ficar devendo para não ser obrigado a vender quando os preços estão ruins, e dessa forma, se houver produtos guardados é possível escolher o melhor momento para venda, garantindo um lucro melhor; foi assim que consegui estudar três filhos na faculdade”.

Disse o agricultor com orgulho. O que se observa é uma experiência de vida atrelada a domínios de mercado que permite que agricultores com essa expertise consigam driblar as intemperes do mesmo e sobreviver com dignidade; esse agricultor em especial sempre viveu da agroindustrialização familiar, são pelo menos 35 anos somente nessa atividade.

Outra agroindústria de destaque entre os entrevistados é a de panificados, principalmente pelo papel decisivo das ‘mulheres agricultoras’. Todas as agroindústrias desse tipo são administradas por mulheres. Embora o campo seja

ainda um espaço machista, essas agricultoras encontraram na agroindustrialização uma forma de desenvolver autonomia, que se estabelece a partir da renda, mas que se consolida no empoderamento dessas mulheres quando se sentem úteis e valorizadas pelo papel que assumem economicamente junto das famílias. Infelizmente, nas sociedades capitalistas, o ter é indicativo de 'capacidades' que suplantam o ser. Mesmo assim, esse grupo de mulheres participa de forma ativa nas decisões familiares, são capazes de assumir compromissos financeiros além de contribuir com as outras atividades na propriedade e cuidar da casa e dos filhos. Conforme exemplifica o relato de uma das entrevistadas *"com o pão consegui conquistar meu próprio dinheiro, e posso comprar minhas coisas e para meus filhos, ainda trabalho duro em casa mais pelo menos agora tenho um dinheiro meu"* (Nº 14).

Esta fala além de mostrar a longa jornada de trabalho ainda vivida pelas mulheres, destaca a importância de atividades dessa natureza para o meio rural, sobretudo para as mulheres que têm nelas uma forma de contribuir e ao mesmo tempo provar seu valor.

A agroindustrialização, segundo a maioria dos entrevistados, representou um divisor de águas em suas vidas, concedeu autonomia, melhorou a renda, gerou empregos, agregou valor aos produtos, permitiu melhor qualidade de vida, condição estas fundamentais para garantir o desenvolvimento rural sustentável, conforme comenta (Veiga 2000), (Schneider, 2003), (Wanderley, 2009).

O que se nota, é que o agricultor rural na busca e/ou pela necessidade de aumentar a renda familiar, descobre formas de explorar seus conhecimentos e aptidões e/ou adquiri-las, para se incluir na oportunidade aberta no mercado, e o que antes era produzido apenas para o sustento da família, passa a ter valor de comercialização e, dessa forma, esses agricultores se inserem em diversos mercados locais, regionais, nacionais, institucionais, e assim, asseguram seu modo de vida.

Segundo Schneider (2009), as estratégias podem ser definidas como o resultado das decisões e escolhas dos agricultores decorrentes das pressões externas ou internas à família, que podem ser sociais, culturais, econômicas, espaciais, entre outras. As agroindústrias rurais familiares estão entre estas estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar (GAZOLLA;

PELEGRINI, 2008). Elas têm contribuído para a geração de emprego e renda, servindo de estímulo à permanência das famílias no campo, principalmente, de jovens e mulheres, atribuindo maior qualidade de vida aos agricultores e auxiliando na redução do êxodo rural WAQUIL, 2011;

Pelo menos em um segmento destacado por um entrevistado, a agroindustrialização se consolidou com base no associativismo. A partir do associativismo é possível a realização de projetos e alcançar espaços que individualmente seriam muito difíceis, bem como possibilitar a melhoria das condições econômicas dos envolvidos. O associativismo cria um ambiente flexível pela interação de distintos atores, que resulta num produto harmônico alinhado aos interesses coletivos.

Mas a participação e o envolvimento de todos se fazem necessário para garantir e sustentar o associativismo em toda sua função de promover a educação, a formação e a informação de seus associados, além, são claro, da cooperação na compra compartilhada, que possibilita que os agricultores alcancem alguma economia de escala, na ajuda mútua e na compra de maquinários, equipamentos de embalagens e rótulos para seus produtos. De acordo com o agricultor, no início havia muitos associados e algum apoio de políticos do Município, contudo, com o passar do tempo as coisas foram esfriando e o ideal se perdendo; hoje restam pouquíssimos associados.

Para os agricultores familiares, o envolvimento dos agentes políticos, das instituições de apoio e da sociedade civil é muito importante para que esses atores consigam efetivar seus projetos, devido à baixa escolaridade e principalmente à dificuldade de acessar determinados canais de apoio, principalmente os governamentais.

Assim, o que se observa é que há falta de diálogo e gestão social nesses espaços para que se constitua uma representatividade efetiva, e que de fato haja envolvimento real humano, político e institucional para fortalecer esse tipo de organização coletiva. Conforme explica Tenório (2003) não basta constituir representantes, é preciso assegurar lugar de fala e respeito às demandas das minorias. Uma participação efetiva se consegue com base na democracia, no exercício da cidadania e no capital social, conforme teoriza Ostrom (2005); é preciso dar lugar à reciprocidade, gerar confiança, aguardar tempos mais longos, a

fim de que a confiança se instaure de fato e se consolide nesses espaços, e dessa forma, permita trocas seguras e objetivos coletivos duradouros.

Nesta perspectiva é possível perceber os chamados centros de poder descritos por Bobbio (2000), nos quais o envolvimento, seja ele político, civil e institucional, se dá à medida em que os atores possuem alguma influência (poder) para se fazer ver e ouvir e, dessa forma, são capazes de obter respostas a suas demandas.

É difícil constituir qualquer tipo de organização coletiva, ou mesmo desenvolver uma atividade individual sem apoio de agentes e entidades correlatas, nas ideias e estruturações necessárias para que o projeto se configure. Quanto mais frágeis, intelectual, social, cultural e economicamente forem os participantes, tanto maior será a necessidade de apoio.

Infelizmente, os agricultores familiares possuem um grande gargalo na gestão, seja de seus empreendimentos individuais ou coletivos; dessa forma, acabam por ter forte dependência de atores externos, que nem sempre estão em plena sintonia com a proposta e com os valores (significados) dos envolvidos. Como ocorre com a ater na oferta de alternativas e soluções aos agricultores, como se pode comprovar na fala de um dos entrevistados, nº 35:

“até houve interesse em conhecer e praticar horticultura orgânica, porém, o próprio agente de assistência técnica desencorajou a gente, dizendo que era muito difícil um lugar pequeno, longe dos grandes mercados conseguir se firmar nessa área, assim o grupo foi se desfazendo e apenas 2 seguiram com essa iniciativa, e estão sentindo a dificuldade a falta de apoio, então para que mudar, se nem a ater dá apoio”.

O que se pode inferir com essa fala é uma falta de consonância entre as pretensões dos agricultores familiares e a perspectiva da ater para com a atividade orgânica, parece que até mesmo a ater demonstra preferência pelo modelo de agricultura moderna e, dessa forma, impede o desenvolvimento de alternativas.

Até por isso as práticas agronômicas dos agricultores familiares em transição têm demonstrado esse caráter. Dentre os entrevistados, a maioria aponta utilizar insumos químicos e orgânicos sem especificar a periodicidade, mas confirmam a concomitância entre os dois tipos de insumo. As sementes e mudas também obedecem ao mesmo critério: em alguns períodos são orgânicas, em outros da indústria e híbridas. Com relação à questão ambiental, o argumento é de que o uso

dos insumos e fertilizantes químicos não é frequente, justamente por conta desse fator, mas que quando a produção emperra em razão de algumas pragas não tem jeito, é preciso o uso de produtos químicos para combatê-las. A falta de orientação da ater também justifica essa postura.

Quanto ao porte e atualidade dos equipamentos e máquinas, tem-se uma dualidade: na agroindústrias os equipamentos são modernos e na produção agrícola os tratores, pulverizadores e plantadeiras são do tipo tradicional, são de pequeno, às vezes de médio porte, e nenhum agricultor dessa conduta declarou ter todos os equipamentos de que necessita para o cultivo agrícola, o que faz com que eles tenham necessidade de comprar serviços de terceiros, principalmente na colheita, pois esses são os equipamentos mais caros.

Com base nesses dados convém lembrar a perspectiva de Abramovay (2012) quando descreve o agricultor familiar como “ornitorrinco social”, dada a diversidade de papéis que ele assume na gestão de seu estabelecimento: por vezes é empregado, por outras empregador, com vínculos e estratégias econômicas diferentes em cada contexto de sua atuação, mas que deixa clara a existência de diversas racionalidades dentre esses atores.

Dessa forma, como acredita Polanyi, nenhuma estrutura deveria ser estudada exclusivamente pelo viés econômico, a fim de que não lhes faltem condutas e posturas sem significados; é importante uma análise enquanto dimensão social, de modo que seja possível abarcar, senão todas, ao menos a maioria de suas variáveis.

A partir da entrada das propriedades de agricultura familiar no processo de comercialização de produtos agrícolas, como soja, milho e trigo (commodities), a natureza da produção e escolha do cultivo com vistas à comercialização foi modificada, ampliando a prática da monocultura e conseqüentemente diminuindo a produção de alimentos para autoconsumo; no entanto, essa metodologia não foi totalmente abandonada e demonstra estar enraizada nos costumes e técnicas, nas propriedades rurais dos agricultores familiares em transição, ainda que em menor volume. Esses agricultores reconhecem a importância de produzir o próprio alimento e, dessa forma, reservam um pequeno espaço, para que de forma modesta tenham alguma produção natural do seu próprio estabelecimento. Dentre os entrevistados, destacam a produção de hortaliças e leguminosas, e em poucos

casos isolados a produção animal de suínos e aves somente para o consumo próprio genuinamente.

Assegurando a qualificação profissional, os agricultores em transição entrevistados se dividem entre os temas para qualificação. Enquanto uns se voltam para cursos e treinamentos voltados à prática da agricultura moderna, por meio de dias de campo e demonstração de insumos químicos, outros se dedicam à diversificação e cursos para aprimorar o manejo e a produção, envolvendo inclusive práticas agroecológicas.

Dentre os pesquisados, os agricultores das agroindústrias são os mais empolgados e os mais atuantes no que se refere à qualificação, têm o maior índice de participação em cursos presenciais e online, seja de boas práticas de fabricação, ou envolvendo novas receitas e formas de preparo e acondicionamento dos produtos.

Confirmando essa colocação, segue o relato de um dos entrevistados, nº 14: *“adoro cursos, são muito importantes e motivam a continuar a jornada apesar das dificuldades, acabo de fazer um curso ótimo pelo sindicato patronal se pudesse faria toda semana”*. Existe empenho e força de vontade dos agricultores, principalmente quando lhes é disponibilizado esse tipo de conhecimento de experiência.

Quanto aos vínculos comunitários, os agricultores em transição participam dos sindicatos patronal e de trabalhadores rurais de associações e cooperativas, tanto do agronegócio como da agricultura familiar, como evidenciado em algumas falas ao longo desta discussão. A participação nessas instituições lhes permite receber um conjunto de informações e orientações fundamentais para o desempenho de suas atividades, principalmente para participar do mercado institucional, já que toda documentação, segundo a maioria dos entrevistados, é organizada por meio desses coletivos, principalmente do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Contudo, cada instituição carrega em si um conjunto de valores e crenças próprias que dão significado à sua dinâmica de atuação. Dessa forma, a participação nessas instituições influencia o agricultor de formas diferentes e conflitantes, pois, embora tenham em comum o meio rural, divergem na perspectiva de atuação: enquanto umas se voltam para o mercantilismo e lucro em primeiro

lugar, outras se baseiam na reciprocidade, na cooperação sem a qual inclusive não conseguiriam existir.

Embora o agricultor em transição desempenhe atividades pertencentes a essas duas dinâmicas, essa situação contribui para que ele seja a racionalidade mais incógnita, de certa forma sem argumento lógico, já que se apropria de práticas e costumes divergentes.

Desse modo, como os agricultores em transição se fazem presentes em múltiplos cenários, é normal que participem de diferentes mercados. Como coloca Schneider (2003) e Ploeg (2008), é impossível um agricultor, ainda que familiar, coexistir sem participar do mercado na contemporaneidade. Assim, dentre os entrevistados, há aqueles que participam dos circuitos longos, por meio da comercialização na bolsa de valores das commodities; também dos canais curtos de comercialização, por meio dos mercados locais, da venda direta e finalmente do mercado institucional por meio das políticas públicas do PNAE e do PAA.

Conforme coloca Schneider (2003), as diferentes práticas simbolizam a ligação entre as unidades de produção familiar e o ambiente externo. Por mais diversa e complexa que se apresente, essa ligação às estratégias também é dependente de fatores sociais, culturais e espaciais, de modo que as decisões e motivações se materializam por meio das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos.

Ploeg (2008), no entanto, chama atenção para a perda de autonomia do agricultor familiar, à medida que este intensifica suas relações com o mercado, pois, quão fortes forem esses lanços tanto maior a dependência. Considerando que o agricultor familiar não detém todas as características necessárias para atuar nesse espaço, ele se torna um elo frágil. Assim, os modos de gestão da agricultura familiar relacionam dinamicamente aspectos da gestão camponesa com aspectos da gestão empresarial propagada, e, muitas vezes, imposta pela racionalidade instrumental dominante.

Com relação à sucessão, os agricultores em transição não acreditam que os filhos, hoje em grande parte atuando na cidade, irão se interessar pelo negócio da família.

Apontaram a penosidade do trabalho, a renda pequena como fatores limitantes para o interesse dos filhos, visto que os resultados financeiros alcançados seriam insuficientes para o sustento de novas famílias.

A sucessão se dá pela transferência de conhecimentos, valores socioculturais, costumes e práticas, além, evidentemente, do patrimônio material como a posse da terra. Essa composição sempre esteve presente na agricultura familiar, mas na atualidade se percebe uma ruptura no processo.

Para os jovens rurais, principalmente para as mulheres, a falta de autonomia e de oportunidade de renda tem sido o limite que os induz a seguirem para a cidade tentar a vida. As escolhas desses jovens afetam diretamente a reprodução social desses estabelecimentos.

Trata-se de escolhas sociais que acabam por definir o desenvolvimento dessas unidades de produção. Nesse sentido, quando o desenvolvimento rural se dá pela vertente mercantilista que tem se demonstrado incapaz de absorver toda mão de obra disponível pelas famílias, acaba por determinar a expulsão nesses espaços da mão de obra excedente e diminuindo, assim, consideravelmente o número de pessoas que ali vivem promovendo o esvaziamento do campo.

Assim, é fundamental o fortalecimento da agricultura familiar por meio da renovação das funções demandadas pela sociedade às famílias rurais – entre as quais a produção de alimentos de qualidade; a preservação dos recursos ambientais e do patrimônio histórico e cultural rural; a agroindustrialização em unidades familiares; o turismo rural etc. – podem se constituir em alicerces para o fortalecimento das comunidades, contrapondo-se à tendência de masculinização e envelhecimento da população rural verificada em muitas localidades.

Os agricultores do tipo em transição assumem condutas com objetivo de ampliar as condições de seu bem-estar e sua continuidade na agricultura. Para tal, incorporam diferentes estratégias produtivas para alcançar os objetivos, com diversas tecnologias, envolvendo, dessa forma, diferentes tipos de racionalidade na construção de sua conduta particular.

Assim, em algumas situações se guiam para a diversificação, para a redução de riscos e ao aumento da renda familiar, com a intenção de atender às necessidades básicas do núcleo familiar por meio do processo produtivo, e com essa perspectiva se aproximam pela racionalidade convencional, num

caráter mais mercantilista, visando a maximização dos resultados econômicos que os distanciam dos ideais de reprodução social com base na reciprocidade e observância das dimensões socioambientais.

Dessa maneira, conforme explica Basso (2013), os agricultores com racionalidade em transição também se colocam num ambiente de teste em seus sistemas para realizarem seus projetos produtivos. Com maior amplitude entre os agricultores que se desafiam a ajustar os sistemas de produção com intuito de aprofundar o processo de diversificação.

Para Guerreiro Ramos Guerreiro Ramos (1989), o homem é “um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso crítico” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 52); deste modo, os sentimentos e conflitos que o encontro das duas racionalidades manifesta são sentidos por aqueles que estão diretamente envolvidos.

4.2.3 Caracterização da Gestão Social na Racionalidade não convencional

Em que pese para os agricultores familiares a permanência no campo, para o agricultor familiar não-convencional, essa decisão assume outros contornos, pois se trata de uma decisão de grande relevância que envolve principalmente razões afetivas e culturais. Na gestão social do produtor não convencional, as razões econômicas não chegam a ser determinantes para esse tipo de ator: como ele possui uma relação profunda com a terra, dedicando tempo e esforço físico à sua unidade de produção, sem os limites estabelecidos pelos calendários ou pelo clima.

Contempla dessa forma particularidades especiais como a integração com a natureza, valorização de alimentos com qualidade diferenciada (limpos/agroecológicos), valoriza os membros familiares, mercados de proximidades, tecnologias que valorizam os princípios agroecológicos, sua capacidade de se diferenciar e se converter em empresa, sua autossuficiência, entre outros, são alguns pontos a serem analisados, fazendo jus a noção de substancialidade de Polanyi (1980) que carrega em si todos esses valores.

Há também muito viva na conduta desse ator uma forte relação com a natureza, em respeito, inclusive, à continuidade de sua atividade agrícola, que de acordo com Lamarche (1993) e Wanderley (1991) representa os laços desse tipo

de produtor com suas origens das quais não houve uma ruptura total com os ideais de reprodução e vida do passado.

A unidade familiar tem um nível elevado de suficiência e sua organização interna se orienta em função da produção, do consumo, da sociabilidade, dos valores, e manifesta vocação a cooperar e a promover a ajuda mútua. Neste sentido, a maior ou menor integração ao mercado é sempre uma possibilidade.

O agricultor não convencional adota uma conduta substantiva na gestão social de seus estabelecimentos e, dessa forma, embora também deseje e precise da renda financeira, este não se estabelece como fim último de seu trabalho. Para ele, a reprodução social, a família e o trabalho são, muitas vezes, centrais em suas ações (WANDERLEY, 2009; PLOEG, 2015).

Chayanov (1974) entende que o objetivo do camponês é a subsistência e, por isso, segundo ele só se pode falar de modo de produção camponês quando há apropriação total do trabalho por parte da família.

No contexto da sua racionalidade econômica, esses agentes produtivos fomentam a diversificação de lavouras para prover as necessidades da família, no tempo e no espaço.

Consideram-se resguardadas às devidas proporções que o agricultor familiar do tipo não-convencional é aquele que se aproxima do camponês, resguardadas certas diferenças. Sendo assim, ao refletir sobre a capacidade de adaptação, é indispensável recorrer à obra de Chayanov (1974), visto que ela aborda de modo singular a natureza, a índole, as características, a organização, enfim, o espírito da unidade econômica familiar na agricultura, por ele denominada “camponesa”.

Parte dos agricultores familiares demonstram uma tendência incomensurável para resiliência, pois tem sobrevivido e resistido a impactos e revoluções tecnológicas, planos de governo e situações econômicas adversas, que destacam a existência de uma racionalidade substantiva singular com envergadura suficiente para resistir a tantas intemperes.

Para Lamarche (1993), situações características e conjunturas econômicas desfavoráveis são reveladores da enorme capacidade de adaptação do objeto sociológico que é a exploração familiar. Segundo o autor, a heterogeneidade na agricultura familiar não era nada mais que expressões do mesmo objeto.

Em todas elas há traço cultural comum, uma capacidade de se adaptar superior e um desejo, nem sempre explícito, de dar continuidade às tradições. O autor indica que cada racionalidade pode estar mais aberta ou fechada aos desígnios do mercado e, dessa forma, mais exposta ou não à dependência.

Em meio aos pesquisados foi possível observar que eles se orientam a partir da diversificação, aproveitam ao máximo a mão de obra da família. Dentre os tipos de atividades praticadas, foram encontradas atividades agrícolas voltadas para o cultivo de cereais (arroz, feijão) e de horticultura com predomínio das leguminosas e hortaliças; nas atividades não agrícolas, a industrialização familiar de geleias, doces e panificados.

A busca pela autossuficiência e pela otimização dos processos produtivos tem levado muitos agricultores familiares a aproveitarem seus próprios recursos para a produção de adubos, silos e rações para o trato animal. Além do beneficiamento do solo decorrente do revezamento das culturas de plantio no próprio terreno, o acesso a equipamentos tem permitido que esses agricultores familiares fabriquem o alimento ou complemento alimentar necessário para o trato de seus animais.

Todos os projetos pesquisados estão baseados no modelo agroecológico e/ou orgânico, muitos deles certificados. Nesse sentido, trabalham a terra incorporando biomassa, compostagem e com o uso de fertilizantes e insumos naturais e/ou orgânicos de produção própria.

Dentre os pesquisados a maioria dos agricultores do tipo não convencional está na região oeste, e para esses, a presença da Universidade como a Unioeste, das organizações coletivas como Capa, Acempre, e das associações e cooperativas familiares e prestadores de serviço como a Biolabore, que são voltadas para as práticas agroecológica e/ou orgânicas, foi determinante para a inserção e continuidade na atividade nesse formato, de acordo com os entrevistados:

“os professores da Unioeste foram maravilhosos, eles criaram o projeto de horta agroecológica e nos deram todo apoio informação e assistência para começar e dar continuidade na horta. Na minha horta trabalho eu e meu filho, garantimos nosso sustento, tenho uma renda que dificilmente teria em outra atividade, e ainda cuido do meio ambiente oferecendo alimentos de qualidade livre de agrotóxico para sociedade, o que é motivo de alegria e orgulho para mim” (entrevistado nº. 3).

O que se percebe é que, por meio dessas instituições, criou-se uma rede de apoio atuando em diversas esferas, desde a assistência técnica, formação e qualificação técnica e profissional à gestão dos projetos, inclusive inserção nos mercados e abertura de outros novos por meio de leis municipais (Marechal Cândido Rondon) que faz com que os alimentos da merenda escolar sejam adquiridos da agricultura familiar, observando a soberania alimentar nas práticas agroecológicas e orgânicas.

Esse tipo de situação exemplifica aquilo que Tenório (1998), Cançado (2011), Teixeira (2011) e França (2003) denominam gestão social, por meio da criação de espaços de apoio e participação, que permitem que as demandas dos agricultores sejam ouvidas e de que eles possam participar da busca por alternativas e das propostas de solução para suas reivindicações. Nesse sentido, a mobilização e participação dos atores é significativamente maior, comparada a regiões que ainda não consolidaram esse nível de apoio institucional e político.

A presença de pesquisadores, da comunidade acadêmica, sociedade civil, gera o debate, cria agenda e dessa forma torna visível as desigualdades sociais, econômicas e ambientais existentes na agricultura nos dias de hoje. Para a proposição de novas alternativas para o desenvolvimento rural, com vistas à sustentabilidade, essa prerrogativa é fundamental, já que sem ela e sozinhos, dificilmente os agricultores familiares conseguirão espaços para exercer seus direitos.

Para Lima (2001), Wanderley (2009), Ploeg (2015), sobre a situação e o ambiente, os espaços ocupados pelos agricultores familiares como definidores e direcionadores de conduta para prática agrícola, também se observam nesse contexto.

Pois em localidades onde a agricultura moderna é predominante, como na região Centro Ocidental (Ubiratã, Boa Esperança, Janiópolis, Iretama etc.) as redes de apoio e assistência são mais insipientes e carecem de muito trabalho para se dotarem de capacidades em um nível institucional e político, capaz de formalizar agendas e propor alternativas e práticas produtivas diferentes do modelo dominante.

Ao contrário do que foi observado na região Oeste, onde esse tipo de institucionalização e ação política se consolidou num grau mais amplo, apesar das dificuldades sociais, políticas e econômicas ainda estarem presentes, os espaços de representatividade permitem que os agricultores familiares tenham lugar de fala e com isso se façam perceber, ver e ouvir, reduzindo a invisibilidade dos problemas do agricultor familiar.

Mobilizar as pessoas e a sociedade em torno de uma questão comum faz parte dos desafios da gestão social, pensando um lugar mais justo social, econômico e ambientalmente para se viver. Nesse sentido, a presença do capital social discutido por Ostrom (2003), que participa na construção da confiança e da reciprocidade é indispensável para que as ações, principalmente as coletivas, possam não apenas existir, como perdurar no tempo e nos espaços.

Os agricultores do tipo não-convencional mantêm fortes vínculos com a comunidade onde residem, participam das cooperativas e associações da agricultura familiar, como cooperativas de economia solidária por exemplo. Têm uma reciprocidade de alto nível, pois na falta de orientação técnica buscam nos vizinhos conhecimentos e informações que, aliados à sua própria experiência, lhes permite desempenhar suas atividades da melhor maneira.

Os agricultores do tipo não convencional pesquisados foram os que mais reclamaram da falta de assistência técnica e de apoio para a atividade orgânica. Alguns agricultores não recebem orientação há vários anos, em razão da Ater de o Estado não estar mais presente no Município. Outra situação relatada pelos agricultores é o número insignificante de agentes de ater para atender uma demanda muito grande de agricultores com igual diversidade produtiva, característica da agricultura familiar.

Essa situação destaca a falta de 'interesse' em outras racionalidades que não a mercantilista, por parte do Estado brasileiro. Conforme destaca Wanderley (2009) e Ploeg (2015), ao vender a ideia de modernidade por meio da mercantilização das práticas agrícolas, alternativas contrárias são menosprezadas e sequer recebem atenção, o que faz com que se perdem as desigualdades e amplie a insegurança alimentar promovida pelo modelo vigente.

Para contrapor esse tipo de movimento é fundamental uma gestão social que amplie os espaços de discussão e apresente alternativas para as diferentes

racionalidades que constituem o rural brasileiro, do qual a agricultura familiar é parte fundamental, por meio de soluções que contemplem não apenas a dimensão econômica para o desenvolvimento, mas as dimensões éticas, sociais e ambientais também.

No que se refere aos equipamentos e tecnologias empregados pelos agricultores do tipo não-convencional, eles responderam possuir equipamentos tradicionais e adaptados aos cultivos realizados, em geral de pequeno porte e, embora de baixo valor para o mercado, representam um grande investimento para esse tipo de agricultor.

Para a qualificação profissional, fazem cursos promovidos pelas associações, cooperativas e sindicatos voltados para agroecologia e manejo de culturas orgânicas. A agroecologia pode ser entendida como um pensamento alternativo, desse modo, “conceituar a agroecologia pressupõe, inicialmente, vincular seus interesses e suas pretensões no campo da agricultura e da sociedade” (CAPORAL; COSTABEBER, 2014). Diferentemente do que se observa na agricultura convencional, a agroecologia promove a troca de conhecimento entre os agricultores, de modo que possibilita a cooperação entre as comunidades agrícolas. Nesse sentido a agroecologia se apresenta como uma abordagem que tem o objetivo de formar e apoiar os movimentos de transição dos atuais modelos que desenvolvem a agricultura, visando transformar em sustentável a agricultura convencional.

Para fins de comercialização, os agricultores de tipo não convencional relataram utilizar a venda direta e os mercados locais e as feiras; há também a venda institucional, que representam as cadeias curtas de comercialização descritas por Wilkinson (2008).

Como os agricultores entrevistados se baseiam num modo de agricultura sustentável, e alguns possuem certificação, esse atributo é um indicativo de qualidade para o consumidor que tem maior aceitação por produtos dessa procedência.

O objetivo principal da agricultura orgânica é produzir alimentos de uma maneira ecologicamente correta, sem o uso de insumos químicos, substituindo-os por insumo naturais e tecnologias mais adaptadas aos agros ecossistemas, mas,

nem sempre com preocupação acerca de concentração de riquezas ou questões sociais e culturais.

Enquanto a agroecologia, além de incorporar o objetivo da agricultura orgânica, questiona os aspectos econômicos, sociais e a exploração da força de trabalho dos pequenos agricultores.

Nesse sentido, participar do mercado por meio dos canais curtos de produção, distribuição e consumo locais e regionais, é mais adequado a uma produção de baixa escala e diversificada, que dialoga com a racionalidade tradicional/camponesa, faz uso de baixo capital financeiro e com técnicas que estão orientadas a partir dos princípios da agroecologia.

Lamarche (1993) e Ploeg (2008) explicam que o menor envolvimento dos agricultores não convencionais com os mercados se constitui numa estratégia de resistência e sobrevivência, já que assim, negociando com a comunidade e em espaços onde mantêm reciprocidade, conseguem ter maior autonomia e, conseqüentemente, não se tornam reféns das estruturas de comercialização que possuem critérios definidos quanto à escala de produção e diversificação e que, por isso, alteram o modo de produção e de vida do agricultor familiar.

Ser capaz de manter a liberdade de escolha e de participação representa o que Guerreiro Ramos (1983) explica sobre a perspectiva da racionalidade substantiva, ela sendo intrínseca ao ser humano e, dessa forma, por meio dela eles se tornam capazes de conduzir sua vida para a autorrealização, com significados, valores e tradições que fundamentam o processo de desenvolvimento social mediante a suas escolhas.

Ao contrário da lógica instrumental, a racionalidade substantiva está voltada para a compreensão do ser humano individual e suas relações coletivas. Considera os valores éticos que permitem aos indivíduos julgar e mensurar determinados acontecimentos.

Compreender a lógica substantiva dos agricultores não convencionais não é uma tarefa fácil, principalmente considerando a perspectiva capitalista, que empodera os atores mediante ao montante de capital.

Desse modo, se deparar com atores que se orientam por outros valores, além do lucro, é algo que parece ser inimaginável. É preciso considerar que existem determinados princípios que são capazes de garantir conforto emocional e

psicológico, a partir de uma conduta produtiva e de vida, que se sustenta em ideais coletivos, de respeito, cooperação e fraternidade, capazes de refletir nesses espaços, o entendimento de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, no qual o Estado ainda se faz presente e capacita os indivíduos a participarem de forma conjunta e equitativa desse processo, que precisa ser democrático.

Assim, é importante lembrar que democracia inclui liberdades individuais, direitos humanos, desenvolvimento econômico e justiça social.

Dessa forma, é fundamental refletir sobre o papel do homem na sociedade contemporânea e na forma como esse tem se comportado como moeda, como engrenagem do sistema, ao invés de assumir uma postura dinâmica, distinta, como ser apto a tomar suas próprias decisões e de manter seus valores, a despeito de qualquer proposta homogeneizadora.

À medida que o homem for capaz de garantir suas 'liberdades', ele se torna capaz de aprimorar a si mesmo e, conseqüentemente, também melhora os espaços onde vive. Como explica Amartya Sen (2000), um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos, o que significa que eles têm capacidades crescentes de ser, e de fazer aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar.

São elementos a se valorizar por parte dos agricultores não convencionais, a independência de insumos externos, o fato da propriedade e da produção agrícola estar condicionada às necessidades do grupo familiar, ao nível de autossuficiência da unidade produtiva, ao fato de se orientarem para o bem-estar da família e da comunidade e não somente dos rendimentos, de se conectarem com a terra e com a natureza de maneira natural não predatória.

O desenvolvimento pode ser medido, então, pelo conjunto das capacidades dos indivíduos, de assegurar sua liberdade para levar determinado tipo de vida ou outro (SEN, 2000), o que remete à capacidade das pessoas de viverem de acordo com o que desejam e consideram importante. Sendo assim, os indivíduos e grupos sociais, suas experiências, valores e percepções ganham significados, sendo elementos fundamentais para se avaliar o desenvolvimento.

4.3 GESTÃO SOCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: AS EXPERIÊNCIAS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

A forma de gestão articulada por cada racionalidade de agricultores familiares (Convencionais, em Transição, não-convencionais) expressa, em suas condutas, o véis pelo qual esses atores ‘enxergam’ sua atividade profissional, sua forma de vida, e que define sua visão de mundo por meio de suas lutas, crenças, cultura, tradições e vivências.

Cada olhar está repleto de uma realidade própria e singular em que esses atores ressignificam suas vidas, seu trabalho, sua forma de se relacionar com as pessoas, instituições, meio ambiente e com os mercados, impactando diretamente o projeto de desenvolvimento rural assumido por eles, que se destaca principalmente pelos objetivos perseguidos por esses atores, seja pela busca por produtividade e resultados financeiros expressivos, pelo desenvolvimento de múltiplas atividades e/ou pela integração com a natureza e produção sustentável.

O conjunto de estratégias e ações desenvolvidas por cada tipo de agricultor tem muito a dizer sobre sua experiência de vida e seu olhar para o futuro, suas necessidades e suas ambições, que acabam por ser retratadas e consolidadas em seu processo decisório, em que se estabelece o tipo de produto a ser produzido, os mercados nos quais participarão, as instituições das quais irão fazer parte, a natureza dessa participação ativa ou passiva.

Dessa forma é possível compreender a influência da gestão no processo de trabalho dos agricultores familiares e, por conseguinte, no desenvolvimento rural sustentável. Assim, quanto mais informações sobre projetos de desenvolvimento rural sustentável, maior envolvimento de grupos de apoio e fomento como associações, cooperativas, Universidades, instituições públicas e particulares e mais soluções e alternativas podem ser encontradas e consolidadas, a fim de que o desenvolvimento rural seja possível e, sobretudo, sustentável.

4.3.1 A Gestão Social da racionalidade Convencional e sua Interface com o DRS

A gestão dos agricultores familiares do tipo convencional se baseia na lógica da ação capitalista, orientada pelas práticas que geram renda suficiente para manter os membros da família, repetidas a partir das práticas observadas em

grandes agricultores rurais; a racionalidade capitalista conduz a um pensar míope a respeito da sustentabilidade.

Esse olhar se baseia na lógica instrumental apresentada por Guerreiro Ramos (1983); Weber (1991) e Serva (1996), como aquela que se volta de forma mais contundente para os objetivos individuais e financeiros, fortemente ligados ao mercado e dependentes então, de suas conjunturas.

Os resultados da pesquisa indicam que a perspectiva desses agricultores, a respeito da sustentabilidade é limitada, pois esses sujeitos não consideram a adoção de práticas de produção que utilizem de forma coerente os recursos naturais e/ou que provoquem menor impacto ambiental possível.

Não foi percebida a compreensão da sustentabilidade rural em todas as suas dimensões, no decorrer das entrevistas; ao se mencionar o que entendiam sobre sustentabilidade foi muito citada a questão do retorno financeiro, com a prática da agricultura convencional, e o conjunto de bens materiais que conseguiram adquirir nesse tipo de cultivo como indicativo de qualidade de vida.

Conforme explicam Caporal e Costabeber (1996); Leff (2001) e Sachs (2005) ao agir de modo sustentável, a agricultura familiar pode oferecer a produção de alimentos saudáveis, a partir de técnicas que ajudam a preservar a biodiversidade e o meio ambiente, além de assegurar o consumo de produtos naturais saudáveis e de qualidade sem deixar de lado o crescimento econômico. Trata-se, portanto, de um olhar sobre a sustentabilidade que a percebe como um todo e não apenas pelo viés econômico como foi observado nos entrevistados do agricultor de racionalidade convencional.

Quando perguntados sobre outro modelo de produção, os agricultores justificaram a inoperância, citando a falta de mão de obra para a diversificação, a dificuldade de encontrar mercados para a produção por conta da escala produtiva.

Quanto à sustentabilidade ambiental, embora sabedores da problemática da poluição e da degradação pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e demais insumos externos, destacam a ausência de alternativas sustentáveis para esse tipo de agricultura: *“se não passar veneno para acabar com as pragas, e usar uma boa semente bem-preparada (transgênica) o resultado da produção não é boa, se tivesse outros produtos que garantissem a mesma produtividade eu usaria, mas não tem, o que podemos fazer”* (agricultor nº. 19).

No que se refere à mão de obra familiar, é pouco empregada, pois a natureza desse tipo de atividade se baseia no uso de equipamentos e insumos que acabam por substituir a necessidade de mão de obra, que, segundo esse tipo de agricultor, com o uso da tecnologia de produção está adequada às suas necessidades.

Embora a justificativa para a mecanização da agricultura seja agilidade à produção, ela diminui muito a necessidade de mão de obra fator que repercute diretamente no desemprego e na reprodução e permanência do agricultor familiar no meio rural. Isto porque, o sistema de produção do tipo convencional intensifica sobremaneira o aumento do desemprego estrutural na produção agropecuária, desencadeando a substituição gradual dos trabalhadores do campo pelos grandes maquinários. Esse processo, aliado à acentuada concentração de terras existente, intensifica o êxodo rural - a migração em massa da população rural para as cidades o que contribui para o crescimento das grandes cidades por meio da expansão das periferias nas metrópoles (BUAINAIN, A. M. et al, 2007); Ploeg (2015).

Ruckert (2003, p. 59) afirma que “há no país uma tendência à diminuição absoluta da população economicamente ativa na agricultura”, que se deve ao processo de ‘expulsão’ do campo de famílias rurais que não conseguem mais se desenvolver em razão da expansão das relações capitalistas de produção.

Para o autor esses produtores rurais acabam (2003, p. 61) “a trabalhar em lavouras capitalistas, em cooperativas agrícolas, em madeireiras ou mesmo como diaristas nos empreendimentos capitalistas onde, alguns se tornam assalariados permanentes”.

Desse modo, a modernização da agricultura é o processo em que se apresenta o uso da técnica na lavoura, no qual a agricultura tradicional fica de fora para a entrada da agricultura moderna, influenciando de maneira drástica a reprodução e a permanência do agricultor familiar em sua atividade profissional como agricultor e sua permanência no meio rural.

Por tudo isso, o olhar sobre a sustentabilidade deve ser dinâmico e pormenorizado considerando que todas as dimensões do desenvolvimento são importantes para a constituição de uma sustentabilidade genuína (econômica, social, política, ética e ambiental). Desse modo, para considerar uma unidade produtiva como sustentável, é necessário que todas essas dimensões estejam contempladas, ou seja, que sejam perceptíveis dentro do projeto de cada agricultor

em sua unidade de produção econômico (CAPORAL E COSTABEBER 2003; LEFF ,2001 E SACHS 2005).

Porém, considerando a trajetória dos agricultores familiares do tipo convencional, aspectos como meio ambiente e justiça social acabam sendo sublimados pelo imperativo econômico e financeiro. Isso se dá devido ao fato de que as estruturas e instituições que se formam no entorno desse modo de fazer agricultura favorecem esse tipo de gestão com foco nos resultados financeiros como sendo prioridade, principalmente por enfatizar as benesses da produtividade e da lucratividade. Aliado ao reforço da mídia sobre as vantagens dos agronegócios, no qual os aspectos negativos nem são mencionados, esse modelo de agricultura se fortalece. “Agro é pop, agro a indústria da riqueza do Brasil”.

As cooperativas agroindustriais de agronegócios são organizações em que sua atividade se fortalece a partir do mercado e articulando em torno de si os agricultores familiares convencionais.

Nesse sentido, valores como aumento da produção, redução dos tempos de plantio e colheita são ações estimuladas por essas instituições.

De acordo com a pesquisa, os agricultores do tipo convencionais integram redes que apoiam de modo intenso os agronegócios, como cooperativas de agronegócios, cooperativas agroindustriais e de crédito, além do sindicato patronal.

Nesse tipo de organização o foco se direciona para fortalecer a produção de commodities, no qual os agricultores familiares convencionais participam e comungam da mesma estratégia.

Trata-se de grandes corporações na revenda e tratamento de sementes e insumos, implementos e tecnologias agrícolas, recebimento e industrialização das commodities *in natura*, que por seu tamanho e capital exercem forte influência diretamente no mercado, podendo inclusive interferir nos preços dos produtos (MORAES, 2009).

Nesses casos, o empoderamento nessas instituições depende do volume de negócios de cada agricultor, ou seja, quanto maior o volume da produção, e conseqüentemente os lucros, mais importante e respeitado é o agricultor.

Ao ingressarem nessas grandes cadeias de suprimentos e de corporações para comercialização e maximização de resultados os agricultores familiares adotam uma gestão estratégica Corporativa como explica Ploeg (2008), em que o

empreendimento familiar é entendido como um complexo produtivo, e dessa forma a que se otimizar recursos na obtenção de melhores resultados financeiros.

Figura 5 - Representação das Instituições que compõe a Rede dos Agricultores Familiares do tipo convencional : Representação das Instituições que Compõe a Rede dos Agricultores Familiares do Tipo Convencional



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Nessa rede há presença de cooperativas do agronegócio e de cerealistas que fornecem os insumos e a assistência técnica aos agricultores; as instituições financeiras oferecem suporte para investimento e ou custeio da produção; O sindicato patronal oferta cursos assim como as cooperativas e cerealistas e informações; Em grande parte dos Municípios pesquisados, os agricultores são representados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Verifica-se que essa rede é formada por instituições e organizações altamente estruturadas técnica, tecnológica, humana e financeiramente para atender aos agricultores, o que se observa nessa rede é um alto grau de integração entre os setores, trocas de informações e articulação na prestação dos serviços que são profissionalizados e hierarquicamente distribuído em cargos e funções e por

consequente por um grande número de profissionais que atuam em diferentes áreas (comercial/finanças/logística/produção/humanas) para atuar em diferentes frentes ao mesmo tempo. Trata-se de estruturas que atendem a lógica de funcionamento neoliberal onde a especialização e o Mercado são o foco.

Nesse contexto, o agricultor familiar do tipo convencional ao fazer parte dessa rede social tem pouca ou quase nenhuma autonomia em seu empreendimento, a produção de commodities, no qual os agricultores familiares convencionais participam e comungam da mesma estratégia, fundamentada em ações que visam a maximização dos resultados financeiros, que no extremo pode ocorrer a exclusão de agricultores familiares dessa rede social baseada na produção de commodities internacionais.

Não se pode dizer que essa gestão nem de longe se assemelha à ideia de gestão social proposta por Tenório (1998); Cançado e Teixeira (2011) discutida nesta pesquisa, visto que o agricultor familiar tem reduzida suas chances de discussão, debate e participação na direção dos projetos que devem ser implementados.

O que se pode perceber pela própria argumentação dos agricultores é que sua participação nessas instituições é de caráter passivo, como ouvintes. O agricultor convencional incorpora em sua gestão as estratégias da produção de commodities e vivência, com os riscos a ela presentes, a dinâmica dela.

Não se trata de dizer que os agricultores familiares não devem aderir aos agronegócios, longe disso, pois assim se estaria ferindo a liberdade de escolha dos indivíduos; a discussão se propõe a destacar o tipo de participação e o quanto valorizados eles são nesses espaços. Mas, se pode interpretar pelas respostas dos agricultores no decorrer das entrevistas que eles são membros marginalizados dentro dessa rede de produção de commodities pela monta de produção e capital investido, sendo, portanto, reduzidos a meros números e ignorados em suas demandas.

Desse modo, para desenvolver capacidade de agência nessas esferas é necessário possuir apoio político e institucional, e estes atributos são características apenas dos grandes agricultores que, ligados a uma lógica instrumental, conseguem ser 'enxergados' face à quantidade produzida e o valor de seu capital por grandes transações.

De acordo com o relato do agricultor nº 25, *“quando a gente que é pequeno, chega na cooperativa recebe um tratamento, que é bem diferente do agricultor grande, só faltam estender o tapete vermelho quando eles chegam, e a gente é colocado logo para escanteio”*. O que demonstra que o poder de influência para quem se integra mais fortemente está diretamente ligado ao montante de capital investido, ao tipo de tecnologia empregada e aos resultados econômicos auferidos.

Observando tais valores, o que se percebe é que o empoderamento se dá mediante a visibilidade e importância do agricultor nesse cenário, em que quanto maior a produção, maiores os resultados e tanto maior a importância do indivíduo. O chamado poder de influência. Com esse argumento, considerando o volume de produção do agricultor familiar para esse tipo de cultivo, segundo relato dos próprios agricultores, eles não recebem nenhuma deferência, muito pelo contrário, parecem estar invadindo um espaço que não é seu (Marshall, 2001).

No que se refere à qualidade dos produtos, para os agricultores do tipo convencional, ela é determinada pelos atores dominantes das cadeias de produção, como as grandes cooperativas de agronegócios e agroindustriais. E essas estruturas estimulam esse modelo de produção baseado em alta tecnologia nas sementes, equipamentos e maquinários e defensivos químicos potencialmente. Para eles a qualidade tem mais a ver com peso, quantidade produzida, aparência, do que com o próprio sabor do alimento em si, e a toxidade do que é produzido.

A facilidade do manejo por meio do plantio direto também é apontada como um ganho para a diminuição do labor por esses agricultores. *“O plantio direto, reduz demais a necessidade de certos implementos e o preparo do solo fica mais fácil, agora não precisa mais subsolador, tombador, gradear a roça, só passar os insumos certinho e plantar por cima”*, agricultor nº 14.

Essa prática quando realizada de forma adequada, contribui com a questão ambiental do desenvolvimento rural. Percebe-se o desejo de um processo de trabalho menos penoso, do qual esse tipo de agricultor não pretende abrir mão. Trata-se de uma perspectiva de trabalho e de vida, na qual os benefícios alcançados embora tenham um alto custo para as gerações futuras, parecem superiores ao bem-estar coletivo, haja vista que não há alternativas que pareçam viáveis para esse tipo de agricultor, que diante do preço dos produtos e da estrutura

de apoio ao agronegócio não pretende se voltar para outro tipo de sistema produtivo.

A renda auferida por meio desse tipo de produção especializada em cereais tem sido significativamente alta nos últimos anos. De acordo com o Banco Central (BC) (2022), os dados do Índice de Commodities Brasil (IC -Br) revelaram um aumento no preço das commodities no ano passado, chegando a uma alta de 50,72%.

Fato esse que estimula os agricultores a permanecerem nesse modelo, de forma que todos os agricultores que dispõem de um lote que possibilite esse cultivo acabam adotando-o, em razão do retorno financeiro alcançado nesse sistema.

O modelo de agricultura moderna (agronegócio), não é propriamente desenhado para o agricultor familiar, este é que se apropria desse modelo na medida de suas possibilidades e, dessa forma, nem sempre consegue contar com todas as vantagens em financiamentos que os médios e grandes agricultores usufruem, sem contar que, muitas vezes, necessitam pagar por serviços por não disporem de todos os maquinários necessários para o trabalho no plantio e na colheita, o que interfere no resultado final e nos custos de sua produção.

Cabe deixar claro que a lucratividade é sim um fator importante, isso é indiscutível. Porém, o que se discute é o impacto e influências desse modelo de agricultura para o meio ambiente e, por conseguinte, na distribuição de renda e justiça social e por que, mesmo diante de questões tão importantes e discutidas principalmente no meio acadêmico, não há um investimento tão significativo num projeto de agricultura sustentável, conforme salienta Almeida (2005)?

Esse aspecto retrata a influência dos centros de poder destacados por Bobbio (2000), em que o poder de determinados grupos e organizações acaba por determinar o modelo e a estrutura de produção que deverá ser empregada, a despeito de quaisquer outros valores, cultura e tradições que possam existir.

De acordo com entrevistados do grupo de agricultores familiares convencionais, em determinados Municípios (territórios), as instituições (agências) das quais fazem parte não apresentam outro modelo, sequer acreditam em outros projetos, como exemplo a agroecologia, conforme citado pelo agricultor nº 12, que ouviu falar desse sistema na internet, e quando perguntou ao agente de ater, este disse que não era fácil e nem cabia na região. A depender do predomínio do modelo

agrícola da região, se nota a existência ou não de projetos diferenciados, que se voltam para diversificação, agroindustrialização familiar, agricultura orgânica ou agroecologia. Parece não haver resistência por parte dos agricultores e das instituições que os representam, face às imposições do modelo dos agronegócios.

A gestão da comercialização, nesse tipo de produção, se dá por meio das cadeias longas, reunindo grande número de intermediários como cooperativas, cerealistas, e os preços são estabelecidos pela bolsa de valores. Nesse sistema, o agricultor tem pouca autonomia para decidir e fica à mercê das condições dos mercados. Mesmo que os preços tenham uma alta substancial, se houver contrato antecipado, os agricultores ficam submetidos aos valores contratados.

Por fim, o foco da gestão na unidade de produção familiar do tipo convencional está na busca pelo lucro, baseando-se na lógica instrumental discutida anteriormente por Weber (1991, 2001), Guerreiro Ramos (1983,1989) e Serva (1996); esses foram os fatores destacados pela maioria absoluta dos entrevistados.

A abordagem da sustentabilidade é vista por esses atores pelo viés da lucratividade e produtividade. Embora reconheçam os danos do uso intensivo de agrotóxicos, os benefícios financeiros destacados por esse sistema produtivo se sobressaem aos danos causados ao meio ambiente. A racionalidade ambiental dos argumentos de Leff (1991, 2001) é invisível aos olhos desse ator.

Quanto à renda líquida da produção, mensal foi superior a R\$ 20.000,00, de acordo com os entrevistados, o que os motiva, apesar de todos os contratemplos, a insistir nesse modelo.

No que se refere à sucessão e à continuidade dos negócios pelos filhos, é destacada como uma perspectiva possível e positiva, inclusive dentre as unidades em que a sucessão se dará por mulheres. De acordo com o agricultor nº. 22, *“a tecnologia e os novos implementos agrícolas facilitam o trabalho, não vejo problemas para minha filha dar continuidade ao trabalho no sítio, os tempos mudaram somente os mais antigos tratam com diferenças as mulheres”*.

Sobre o que o trabalho representa para a comunidade, a maioria respondeu que é uma atividade importante e desafiadora, principalmente pelas questões climáticas, no mais tudo vem sendo contornado, os preços estão bons, embora os custos de produção sejam sucessivamente majorados, lavoura após lavoura.

4.3.2 A Gestão Social da racionalidade em transição e sua Interface com o DRS

O agricultor em transição participa nos dois mundos (convencional/não convencional) absorvendo aquilo que considera mais adequado para sua família e para o seu Empreendimento econômico. Dessa forma, possui uma racionalidade mais complexa dentre as demais estudadas, e transita entre vários cenários, se apropriando de negócios e estratégias que beneficiem sua unidade de produção, seu modo de vida.

A gestão social do agricultor em transição envolve sustentabilidade do agricultor em transição envolve a multifuncionalidade tão característica nas unidades de produção familiares, com trabalhos realizados pelos membros da família dentro e fora da unidade de produção: a agroindustrialização familiar, a pecuária e o cultivo de hortaliças, no caso dos agricultores entrevistados, Conforme explica Schneider (2003; 2007; 2011) a multifuncionalidade favorece também a introdução de inovações que possibilitam a transição para um modelo de desenvolvimento mais coerente com o ideal de sustentabilidade, contribuindo diretamente para uma abordagem que objetive o desenvolvimento rural.

Como disse Graziano (1997), o rural em sua diversidade não pode ser explicado unicamente pela produção agrícola, mas também por todas as demais atividades e ações desenvolvidas por esses atores que caracterizam e manifestam sua cultura e suas tradições, promovendo um novo roteiro e/ou proposta para o desenvolvimento rural sustentável, como turismo rural, agroindustrialização, por exemplo.

Quanto mais variadas as atividades na unidade de produção, maior o número de pessoal ocupado; dessa forma, a família acaba sendo toda envolvida na rotina de trabalho, e em alguns casos no processo decisório. É no contexto mais recente de (re)valorização da ruralidade, do reconhecimento do papel das economias locais e do potencial das dinâmicas territoriais de desenvolvimento que o papel da agricultura familiar ganha força (SCHNEIDER, 2010; VEIGA, 2004).

As agroindústrias são um exemplo, e na pesquisa aparecem como uma fonte de renda importante para as famílias, principalmente nos panificados, em que a atividade é exercida por mulheres que afirmaram se sentir valorizadas e importantes ao conquistarem sua autonomia, embora muitas declarem prestar

conta dos rendimentos aos companheiros que participam das decisões sobre o destino dos recursos auferidos com a agroindustrialização.

Porém, a realidade retratada pelos agricultores integrados por conta da avicultura é diferente, pois nesses casos ele fica mais dependente, porque passa a dirigir seu trabalho a partir das diretrizes, prazos e regulamentos do abatedouro, reduzindo sua autonomia de modo significativo.

Esse tipo de agricultor demonstra em gestão o entendimento sobre sustentabilidade rural, porém não realiza plenamente em sua prática produtiva. Os agricultores justificam suas práticas pouco sustentáveis, destacando a falta de mão de obra e de retorno financeiro com a produção, mesmo argumento dos agricultores do tipo convencional. Outro argumento muito explorado por esses agricultores foi a falta de apoio do governo para os agricultores com menor área e escala de produção, para investimento e tecnologias adequadas a um labor menos penoso para adoção de práticas sustentáveis.

Pode-se entender que o agricultor familiar em transição possui um projeto distinto na gestão do trabalho, pois se apresenta com uma produção mais diversificada, valoriza atividades produtivas não agrícolas, a agroindustrialização, entre outras. Diante dessa maneira de fazer a gestão acaba construindo uma identidade socioprofissional própria e mais complexa frente as demais racionalidades estudadas.

A criação de condições socioambientais, que levam à transformação das práticas produtivas e das consciências, repercute na necessidade do trabalho em grupo. Isso sinaliza que o processo de transição necessita reforçar os vínculos de redes sociais de cooperação entre os agricultores familiares, suas entidades de representação e as instituições públicas e privadas imbuídas na construção de propostas de desenvolvimento sustentável (CAPORAL E COSTABEBER 2003).

Nos processos de transição com vistas a sustentabilidade, não se podem desconsiderar as motivações econômicas e melhoria da renda dos agricultores, contudo, novos valores de convivência social e ambiental devem integrar os processos de transição (CAPORAL E COSTABEBER 2003; LEFF, 2007).

A pesquisa apontou que o agricultor em transição participa de cooperativas dos agronegócios, cooperativas de crédito, sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores rurais, cooperativas familiares e feiras do agricultor. O que

exemplifica o perfil desse agricultor como pertencente a duas lógicas, tanto a instrumental, nas ações que se voltam para produtividade e mercado, como a lógica substantiva, considerando a diversidade, a agregação de valor aos produtos por meio das agroindústrias, ações voltadas para as tradições dos agricultores familiares.

Com uma gestão dividida entre esses dois mundos se pôde observar que esse agricultor familiar em transição tem dificuldade de consolidar laços e efetivar sua participação nas diversas instituições das quais faz parte.

Conforme explica Habermas (1992; 1998) na perspectiva do dialogo a que se entender os “mundos” dos quais os indivíduos fazem parte, seja o mundo da “vida” com suas, raízes ,tradições e valores e o mundo do “sistema” com os elementos da sociedade, mercado e práticas sociais.

Contudo conciliar perspectivas para mundos com propostas tão distintas como da agricultura convencional e da agricultura não convencional, é demasiadamente complexo, visto que se trata de olhares de gestão, produção e reprodução social totalmente diferentes por tudo que já foi exposto até aqui. Tão complexo quanto a construção de redes para a gestão social desses atores.

Figura 6 - Representação das Instituições que Compõe a Rede dos Agricultores Familiares do Tipo em Transição



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Na rede de agricultura convencional existem recursos humanos, técnicos e materiais para dar suporte e ao mesmo tempo pensar propostas para alavancar esse mercado; enquanto na rede da agricultura não convencional há carências, de pessoas em número e qualificação para auxiliar o desenvolvimento das associações e cooperativas familiares bem como de uma proposta de agricultura sustentável conforme explicam COSTA (2007); (ALMEIDA,2005) e PAVINATO (2018). Sem falar na falta de políticas públicas para esses atores, que dificulta sua inserção nos mercados da agricultura familiar e investimentos em tecnologias e custeio de sua produção (SHINEIDER, 2011); (SOUZA FILHO, 2008);) ;(LIMA, 2007).

Esses fatores representam grandes desafios para constituição dessas redes que representam de fato, o espaço no qual os agricultores familiares irão desenvolver sua gestão social, apresentar suas demandas, compartilhar suas dificuldades e pleitear por soluções junto a sociedade civil e ao Estado. É por meio desse coletivo de organizações e pessoas que se dá o processo de gestão social, que urge por engajamento e envolvimento dos atores e instituições parcerias para que a participação e ações em prol dos agricultores familiares aconteçam e para que haja representatividade de fato.

Como se pode observar é grande o número de instituições em que os entrevistados participam. Instituições voltadas aos agronegócios sua assistência e investimentos, e instituições características da agricultura familiar como feiras do produtor, cooperativas da agricultura familiar e associação de produtores. Ao se apropriar de modelos de produção tão distintos (convencional/não convencional) é difícil para o agricultor familiar em transição, ser capaz de incorporar e absorver todo conjunto de informações e principalmente de desafios que tais modelos representam .

A institucionalização por si só não empodera o agricultor, mas lhe fornece condições para conseguir articular melhor seus projetos e, com isso, alcançar sua autonomia e o empoderamento, que é importante para que ele possa reivindicar projetos e políticas públicas.

Nesse sentido conforme explica Costa (2007) por meio das instituições os agricultores familiares ocupam seu lugar de fala e/ou encontram representantes

para fazê-lo e dessa forma garantem que suas demandas sejam ouvidas e discutidas.

Contudo, os valores e crenças observados pelas instituições (cooperativas) são apresentados e vivenciados por esses atores que passam a reproduzir os conhecimentos e práticas por elas defendidos (COSTA,2007). Como os produtores em transição participam de diferentes tipos de instituições (convencional/ não convencional) tendem a receber influências de ambos os modelos, nesse sentido quanto mais sólidos e profundos forem os vínculos com a instituição maiores são as influências.

Na região Centro Ocidental os agricultores, como já destacado anteriormente, operam fortemente com os agronegócios os agricultores familiares que pensam em conhecer outra lógica mais substantiva acabam tendo que buscar praticamente sozinhos informações e alternativas para suas demandas, como comercialização e/ou novos tipos/modelos de produção, conforme explicação do agricultor nº 33.

Os empreendimentos cooperativos, comprometidos com a agricultura familiar, já são e podem se consolidar como meios de construção de uma economia e de uma sociedade sustentável, por exercerem importante papel na transmissão da responsabilidade social, bem como na conscientização para o uso eficiente dos recursos naturais às várias gerações.

Assim, a relevância do cooperativismo na agricultura familiar se justifica, pela sua capacidade de gerar oportunidades de trabalho e renda, pela produção de alimentos, pela manutenção das famílias no campo e pela construção de alternativas de desenvolvimento, com menores danos ambientais, impulsionando o crescimento socioeconômico local (SCHNEIDER, 2015); Pensando nesse papel dos empreendimentos cooperativos familiares, sua inexistência ou presença frágil na região pesquisada dificulta a consolidação de um movimento por agricultura sustentável nesses locais.

Dentre os municípios pesquisados na região Centro Ocidental considerado as falas dos entrevistados, foi possível observar uma rede de instituições fortes e consolidada no tipo convencional e uma rede mais frágil estruturalmente no tipo não convencional.

Como explica Buainain, et al (2007); Souza Filho (2011), as organizações coletivas familiares não dispõe de pessoas qualificadas para desempenhar atividades de gestão, sendo os próprios agricultores quem assumem essa função, o que implica numa dificuldade de articulação entre as demandas dos produtores e as atividades operacionais de comercialização, logística e finanças necessárias para o funcionamento adequado da organização coletiva, sendo que em alguns casos uma única pessoa desempenha todas essas atividades.

A falta de recursos financeiros é apontada por Costa (2007) e Lima (2011) como implicador para essa situação, até que a cooperativa familiar e ou associação tenha associados e recursos para arcar com despesas de contratação e manutenção predial leva algum tempo, é preciso apoio e paciência para usufruir dos resultados dessas ações.

Nesse sentido o gestor da Cooperativa da agricultura familiar entrevistado, apontou ser essa a grande dificuldade, poder contar com a paciência e persistência dos associados em aguardar os resultados do cooperativismo.

De acordo com grande parte dos entrevistados, instituições como prefeituras e Ater do Estado embora esboquem boa vontade, também não ofertam suporte suficientes para os agricultores familiares e tão pouco para suas organizações coletivas. Segundo eles, a falta de pessoal e de conhecimento do poder público sobre as suas demandas é o principal fator para o descaso.

O que indica uma urgência de gestão social efetiva, em que esses atores possam ser ouvidos e tenham oportunidade de contar com agentes nessas instituições para estudar e pensar alternativas para os diferentes tipos de produtores de forma a atender satisfatoriamente por meio de políticas públicas e ações da sociedade civil suas necessidades.

Como esclarece Bobbio (2000) e Ostrom (2005) não basta que existam instituições é preciso que elas sejam capazes técnica, financeira e humanamente de representar adequadamente os indivíduos que dela fazem parte.

Nesse sentido conforme afirma Long (2007) a capacidade de agência é exercida quando os envolvidos conhecem e participam ativamente dos projetos, ideais e demandas dos atores, para ter condições de representá-los adequadamente.

Vários agricultores se queixaram da assistência recebida e do fluxo de informações repassadas. Pelos relatos, é possível deduzir que, embora existam

instituições voltadas à agricultura familiar como Emater, Cooperativas da Agricultura familiar, sindicatos dos trabalhadores rurais, conselhos municipais de desenvolvimento rural - CMDRS, estes não dispõem de políticas públicas para atender tais agricultores familiares e as poucas que possuem (PAA/PNEA) são limitadas em seu alcance .

Os agricultores acabam agindo como ouvintes, nas reuniões e assembleias. De acordo com os entrevistados, por não perceberem alternativas e soluções que lhes ajude a atuar com melhores condições e chances de desenvolvimento e que eles acabam por não dar ideias e tão pouco participar das reuniões e assembleias.

Essa situação representa um fraco desempenho na gestão social dos atores e envolvidos nas instituições de suas redes, dado a desilusão dos produtores familiares com relação a real contribuição dessas instituições a suas demandas, sejam elas de comercialização e ou tecnológicas conforme descrito pelos entrevistados.

Apesar do desalento demonstrado por grande parte dos agricultores em transição entrevistados, observou-se com a pesquisa que muitas dessas instituições, foram criadas a partir de lutas dos agricultores para atender suas demandas de comercialização, principalmente, os quais acabaram por assumir a gestão dessas instituições mesmo em meio a limitações como, por exemplo, a baixa escolaridade e a necessidade de conciliar a gestão das instituições com suas atividades profissionais nas unidades de produção, das quais não puderam abrir mão pois é a partir delas que obtêm o sustento da família.

Conforme Lima et al (2011), Buainain, et al (2007) a gestão na agricultura familiar de fato representa um desafio considerando a necessidade de formação e conhecimentos técnicos sobre práticas administrativas, para lidar com situações além da gestão da produção, como variáveis de custeio e comercialização por exemplo.

Em meio a tantos desafios, o agricultor tem dificuldade para se articular junto aos demais agricultores familiares e em conjunto pensar ações que vá ao encontro de suas demandas, que nessa região diz respeito à comercialização, aos projetos para venda no mercado institucional e às normas de fabricação e rotulagem necessárias para participar dos certames.

Já na região Oeste, as instituições como cooperativas e associações de agricultores familiares têm em sua gestão membros da sociedade civil juntamente com os agricultores, o que possibilitou avanços na mobilização destes, tanto na organização da produção como nos processos de venda dos produtos em feiras, na própria associação e no mercado institucional, além da reivindicação de criação de políticas públicas, o que indica uma gestão social de fato acontecendo nessa região, onde atores, instituições e sociedade civil, participam por meio do diálogo, de ideias, projetos de lei e propostas para o fortalecimento da agricultura familiar, questões centrais para o desenvolvimento da gestão social como proposta dialógica e participativa conforme apontam TENÓRIO (2008), FRANÇA FILHO (2008) E CANÇADO (2011) .

É possível compreender com a pesquisa que existe diferenças pontuais nas regiões estudadas que embora as características de cada tipo de agricultor (Convencional/em transição/não convencional) permaneçam inalteradas nas duas regiões, o desempenho dos atores e de suas redes parecem bastante distintos considerando a representatividade, participação e capacidade de agência.

O que demonstra a importância da gestão social, visto que não basta que existam instituições e participantes, é preciso, sobretudo, que haja capacitação para esses atores para que eles desenvolvam autonomia e, no coletivo, sejam capazes de gerir suas instituições, além da criação de espaços genuínos para participação e tomada de decisões, pois do contrário não se pode desenvolver projetos válidos e que sejam, de fato, efetivados (FISHER, 2014).

Porém, para os agricultores do tipo em transição que participam de instituições com lógicas distintas, a participação deles nessas instituições se torna passiva, pois eles não conseguem atuar ativamente nos dois cenários; nesse sentido, conforme observado na pesquisa, é o ator que tem o menor envolvimento institucional, não dá ideias, pouco discute as propostas e também quase não frequenta as reuniões, o que acaba afetando diretamente em sua capacidade de agência, na construção de relacionamentos e vínculos fortes com demais agricultores e com as instituições.

A capacidade de agência como explicam Castells (1994); Long (2007); Long e Ploeg (2001), representa um fator muito importante, principalmente na articulação de mercados e as diferentes formas pelas quais os agricultores se organizam e criam seus espaços sociais, pois é na força desses vínculos de confiança e

reciprocidade que se constroem relações e se estabelecem bases para negociações.

A partir dos conceitos da perspectiva orientada ao ator é possível compreender por que algumas iniciativas dão certo e outras não, frente às mesmas características conjunturais. O sucesso ou insucesso dos projetos depende do olhar dos atores envolvidos, marcado pelas suas experiências de vida e pelas estruturas sociais nas quais habitam. Nesse sentido, quanto maior e mais significativo forem os vínculos, maiores são as chances dos projetos e demais ações obterem sucesso.

Assim, para que possa haver gestão social como processo coletivo observados por Tenório (1998), Fischer (2005) e França (2011) por meio do qual os atores desenvolvem suas agências e, dessa forma, transformam suas demandas em ações e, por vezes, em políticas públicas que lhes permitem assegurar sua independência e autonomia, é fundamental que os agricultores sejam atuantes em suas comunidades e nas instituições das quais participam. Pois, para consolidar o desenvolvimento rural sustentável de maneira justa e equitativa, embora se trate de um processo gradual e complexo, é fundamental que atores, sociedade e agentes políticos estejam, de maneira cooperativa e consensual, agindo para que esse desenvolvimento seja possível; tal ação se dá por meio de propostas e projetos que exigem discussão, diálogo e envolvimento, pois do contrário não se consegue avançar.

A gestão social, conforme explicado por Tenório (1993) e Cançado (2001), requer uma postura democrática na qual o diálogo e a participação consensual sejam a prioridade; assim, é importante que tanto os agricultores familiares como os indivíduos que estão à frente das instituições de apoio e fomento à agricultura familiar, estejam dispostos a fortalecer o diálogo e a participação democrática, por mais morosa e complexa que seja essa trajetória.

4.3.3 A Gestão Social da racionalidade não convencional e sua Interface com o DRS

A gestão desses agricultores familiares valoriza práticas sociais que possuem maior interface com o DRS, que envolve a diversificação, a multifuncionalidade, agregação de valor aos produtos, a pluriatividade e uma

relação como a natureza que valoriza os princípios da agroecologia ao meio ambiente.

Partindo dessa perspectiva, se pode inferir com base no que dizem os entrevistados, que o agricultor não convencional, dentre os três tipos destacados nesse estudo, é aquele que apresenta práticas sociais mais adequadas na perspectiva do DRS considerando todas as dimensões (econômica, ética, política, ambiental e social) pois, conforme as características e condições descritas e apresentadas por Caporal e Costabeber (2003) e Almeida (2004); Sachs (2005) e Leff (1998; 2001;) sobre sustentabilidade, esse agricultor é o tipo que melhor valoriza a mão de obra familiar que é ocupada em sua totalidade, são menos propensas a substituir a mão de obra humana por máquinas.

Isso tem impacto positivo no meio ambiente, já que o uso de combustíveis poluentes é menor e ainda mantém baixo as taxas de desemprego; faz o rodízio de plantio na terra. Essa dinâmica mantém mais fértil e diminui a necessidade do uso de agrotóxicos.

Nas unidades pesquisadas todos os membros da família fazem participam com o trabalho, isto é, conhecem e sabem desenvolver as atividades, fugindo do modelo de gestão tradicional de especialização de funções que acaba impedindo que esse tipo de saber seja compartilhado.

A mão de obra familiar ocupada no empreendimento, significa uma forma de fortalecimento da reprodução social, a partir da continuidade dos negócios que podem ser passados de geração em geração. Além da manutenção da qualidade de vida da família que, para poder estar toda envolvida com a unidade de produção, deve ser capaz de manter a todos social e economicamente.

Contudo, um grande desafio está no âmbito da redução da penosidade do trabalho. Para isso o acesso a tecnologias adequadas a estes agricultores familiares ainda se coloca como um obstáculo a sua reprodução.

Conforme argumenta o produtor nº 23 *“todos querem alimentos saudáveis sem agrotóxico, mas, pegar na inchada para limpar a horta, ficar agachado para plantar, limpar e colher ninguém quer”*. A penosidade no trabalho, principalmente nas práticas sustentáveis é um limite que precisa ser superado para que uma agricultura sustentável seja incorporada por um maior número de agricultores como explica Almeida (2004).

Embora esses agricultores recebam orientações técnicas eles também se valem da troca de experiências, para operar em seu empreendimento econômico o que demonstra a presença de uma solidariedade em termos de acesso aos conhecimentos repassado de geração em geração, tão característico das organizações camponesas, que como explicam Lamarche (1993) e Wanderley (1991). Para esses autores, a noção de agricultores familiares não implicou uma ruptura total com as tradições e valores do saber camponês do passado.

Dentre os pesquisados o sistema de cultivo praticado com destaque foi a horticultura (todos os entrevistados), e a agroindustrialização e produção de cereais em pequena escala e para venda ou consumo interno por parte de alguns desse grupo.

Trata-se de uma produção sustentável na perspectiva do DRS e não uma produção da produção, como argumentou Silva (1997), em que se percebe que o caminho para uma agricultura sustentável se dá pela compreensão, de que tão importante quanto produzir, é a forma pela qual se produz, quais e quantos são os impactos causados. É preciso conciliar a produção, o uso de tecnologia, as necessidades do indivíduo, a fim de que os recursos naturais tão importantes para seu modo de vida não cheguem à exaustão.

Há necessidade de repensar o padrão produtivo, de modo a estabelecer um modelo que seja mais racional no uso dos recursos naturais e mantenha a capacidade produtiva ao longo prazo (CAPORAL E COSTABEBER, 2003). Nesse contexto, para migrar a uma forma sustentável na agricultura familiar é necessária a participação e capacidade de integrar conhecimentos; produzir tecnologias adequadas para cada espaço (território), observando as características de cada meio ambiente (ALMEIDA, 2004; AQUINO, ALMEIDA, SENNA, DUTRA E MARTINS 2014).

O envolvimento das instituições e dos próprios agricultores para pensar esse movimento de transição é fundamental para se conquistar a sustentabilidade na agricultura familiar e o Desenvolvimento Sustentável. Assim, a sustentabilidade dos agricultores familiares está vinculada à capacidade destes em conservar ou aumentar a qualidade de vida, a fim de manter e garantir recursos para as próximas gerações no âmbito ambiental.

Pensando a racionalidade comunicativa de Habermas (1993; 2006) pela argumentação, socialização de conhecimentos sobre sustentabilidade de cultivo e manejo, no fortalecimento de valores e crenças pró- sustentabilidade se destaca o importante papel da Ater e as cooperativas e associações familiares para fortalecer e institucionalizar esses pensamentos e atitudes como práticas constantes para todos os produtores familiares.

Os agricultores não convencionais empregam em sua gestão a seleção de atividade e práticas que sejam compatíveis com as aptidões e capacidades de uso dos diversos tipos de solos, no objetivo de acatar e estender os ciclos naturais destes para atingir efeitos sustentáveis futuros. Para Schneider (2003) as estratégias representam a ligação entre as unidades de produção familiar e o ambiente externo.

Por mais conflitante e contrastante que seja essa ligação, as estratégias também são condicionadas por fatores sociais, culturais e espaciais. Neste contexto, as decisões e motivações se materializam por meio das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos.

Dos 12 agricultores não convencionais entrevistados, oito adotam práticas de agricultura sustentável por meio da produção orgânica e agroecológica, que consiste num sistema produtivo, mais integrado ao meio ambiente, com uso de insumos e sementes orgânicas e uso de equipamentos leves para o manejo do solo.

Esse tipo de produção tem despertado atenção dos consumidores, e como esclarece Cunha (2009): "(...) cada vez mais cresce a preocupação em buscar novos métodos de produção que possibilitem reduzir os impactos ambientais e oferecer alimentos livres de impurezas e elementos tóxicos". O que destaca a importância e a necessidade de se produzir de modo sustentável, fato que retrata, inclusive, uma tendência para o futuro próximo, dada a preocupação da população mundial com segurança alimentar e nutricional.

Os outros 3 estão com práticas que possuem interface com os princípios da agroecologia e uma agricultura tradicional.

Esse aspecto é retratado por Tardido e Falcão (2006), o aumento da obesidade pode ser imputado às mudanças na dieta, o maior consumo de produtos energéticos é associado ao sedentarismo do estilo de vida moderno. Neste quadro,

os indivíduos passaram a ingerir maior quantidade de alimentos ricos em lipídios e carboidratos simples, mais carnes, laticínios, açúcar e refrigerantes, e a reduzir a ingestão de carboidratos mais complexos, como leguminosas, olerícolas e frutas.

Este tipo de dieta está diretamente correlacionado a uma série de distúrbios da saúde, como diabetes, aumento nas taxas de colesterol e de triglicérides, hipertensão, doenças cardiovasculares e outros.

Esses dados permitem refletir sobre a “qualidade” do que vem sendo posto à mesa pela população em termos nutricionais. O que reforça a importância de investir e insistir num modo de produção saudável e sustentável.

A questão do território também merece ser discutida em cada tipologia, pois destaca aspectos pontuais que explicam a motivação para a adoção de cada modelo de agricultura. Dentre os agricultores não convencionais entrevistados, a maioria está na região Oeste do Paraná, e conta com instituições (Universidade, Ater, cooperativas etc.) voltadas à agricultura familiar, e principalmente proponentes do modelo de agricultura sustentável, conforme explica a agricultora nº 14:

Minha Horta agroecológica faz parte de um projeto da Unioeste, recebemos todo suporte e assistência, os profissionais são excelentes, e graças a ela, sustento meu filho, tenho uma vida boa, casa e carro próprio, sou muito grata a todos os envolvidos sem eles, nada disso seria possível.

Este relato demonstra a importância de institucionalidades que exercem seu papel verdadeiramente, desde a concepção até a assistência dos projetos, e que de fato fazem florescer o desenvolvimento rural sustentável.

Para Assad e Almeida (2004), é fundamental a formação de pessoal para iniciar qualquer programa dessa natureza, capacitando-os em conteúdo como utilização racional dos recursos naturais, planejamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, legislação ambiental, técnicas de produção agroecológicas, entre outros temas de grande importância para o novo modelo de agricultura proposto.

Nesse contexto, a gestão social baseada na solidariedade se apresenta como processo elementar para unir os atores em torno de um objetivo comum, e constituir alternativas que sejam coerentes com a realidade local, abarcando vocações e discutindo antagonismos, a fim de que soluções sejam apresentadas.

Principalmente para o envolvimento dos agricultores familiares tão necessitados de participação e poder de decisão, mesmo quando se trata de assuntos diretamente relacionados com demandas que são suas.

Dentre os desafios destacados pelos entrevistados, está a comercialização, a dificuldade de encontrar canais e constituir uma imagem positiva, já que, segundo eles, *“as pessoas escolhem os legumes e verduras pela aparência, não pela saúde, pela qualidade, e quem não utiliza defensivos químicos passa por essa dificuldade”* entrevistado nº 24.

A falta de apoio da ATER foi outro fator apontado, principalmente pelos agricultores no noroeste do Paraná: *“é difícil investir no produto orgânico, agroecológico quando nem mesmo a assistência técnica apoia essa prática”* (Entrevistado nº 30).

Trabalho com produtos orgânicos por um sonho, por acreditar que assim, estou oferecendo produtos de qualidade para as famílias, cheguei a ficar quase 10 anos sem assistência, e para o orgânico nunca recebi nada, pesquiso por conta, mais confesso que está muito difícil, nessa região essa prática não é apoiada, nem mesmo pela ater, no começo tinha um bom técnico que acreditava e tentava ajudar mais ficou somente um (1) ano e foi embora, então é muito sofrido lutar sozinha (entrevistada nº 32).

Estas falas retratam a necessidade e o desafio já mencionados de capacitar tanto agricultores quanto a ater, que irá atuar diretamente com eles. Sobretudo pôr em prática tudo aquilo que está no plano da PNATER. Dentre os desafios destacados pelos entrevistados, além dos já descritos, como acesso aos mercados e ao conhecimento, está também a falta de recursos financeiros para agilizar e organizar seus projetos.

O que se pôde perceber com as entrevistas é que nos locais onde existem alguma estrutura institucional minimamente organizada, seja na produção ou na comercialização de produtos sustentáveis, a atividade nos mercados é mais facilitada.

Ainda existe uma forte dependência dos agricultores junto a agentes (pessoas/instituições) de transformação e mudanças, embora haja agricultores que cavaram oportunidades e se estabeleceram por si só, na maioria dos casos a necessidade de apoio é elementar tanto no suporte quanto para viabilizar os projetos fora dos locais comuns de comércio dos agricultores.

Nesse sentido é muito importante equipar os agricultores de conhecimentos técnicos de gestão, para que eles sejam capazes de aproveitar oportunidades que

surjam, uma vez que terão condições de percebê-las, devido ao aporte de conhecimentos adquiridos.

Exemplo da importância desses conhecimentos está na implantação e gerenciamento das agroindústrias, que requer grande conhecimento em legislação, ambiental, fabricação, gestão comercial e financeira.

De acordo com o entrevistado nº. 35, *“é muito importante fazer cursos para se manter informado, atualizado e saber gerir seu negócio. Meus filhos foram criados com os produtos da agroindústria, saber investir e vender foi muito importante”*. Este agricultor em especial se uniu com outros agricultores e se organizaram em associação, compartilhando equipamentos e infraestrutura predial.

Esta forma organizativa foi possível graças às informações e aprendizados adquiridos sobre associativismo e cooperativismo, segundo ele. Hoje, embora tenha restado poucos associados, ainda é possível viver com a agroindústria. Ainda de acordo com o entrevistado, somente os mais atentos e informados se mantêm em atividade.

Os agricultores do tipo não convencional estão ligados a instituições criadas especialmente para atender suas demandas, seja na produção ou na comercialização de seus produtos. Essas instituições, em sua maioria cooperativas e associações da agricultura familiar, são fundamentais para esses agricultores, segundo seus relatos, pois é por meio delas que muitas conquistas são possíveis, como a articulação de novos canais para comercialização, capacitações, compra conjunta, elaboração de projetos para venda no mercado institucional, levantamento de dados para benefícios sociais etc.

Estas foram algumas das ações destacadas pelos agricultores. Como se pode perceber o nível de envolvimento desses atores com essas instituições muitas vezes excede o campo profissional, e se caracteriza por uma proximidade extrema, que para alguns gestores das instituições e servidores públicos beira à dependência.

Amparados pelo quinto princípio cooperativista, os associados recebem formação e educação cooperativa, são educados e motivados para não desperdiçar os recursos que lhes são disponíveis, não destruírem o potencial natural e produtivo do seu patrimônio, em atenção a si próprios e em prol das gerações futuras. Isso atende a perspectiva do conceito de desenvolvimento sustentável, quando este

estabelece que é preciso suprir às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades (SCHNEIDER, 2015).

Figura 7 - Representação das Instituições que Compõe a Rede dos Agricultores Familiares do Tipo Não Convencional



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A rede dos agricultores familiares não convencionais, se constitui de importantes instituições que conhecem, produzem conhecimento e fomentam a agricultura familiar como a Universidade Unioeste, a prestadora de serviços Biolabore, a Acempre centro de recebimento e distribuição e comercialização de produtos orgânicos de Marechal Candido Rondon e região , o Capa como centro de apoio e promoção da Agroecologia.

Contudo, é preciso compreender que, para que os agricultores se mobilizem e articulem tantas atividades por conta própria, seria necessária uma dedicação exclusiva, o que os afastaria de sua atividade na unidade de produção e afetaria diretamente o sustento de suas famílias.

Daí a importância da criação e manutenção de tais entidades, justamente para cumprir com certas atividades e processos como comercialização, legislação

e normas, por exemplo, que os agricultores sozinhos teriam dificuldades, aliás como qualquer tipo de empreendedor. Evidentemente que isso não descarta a necessidade do envolvimento do agricultor nas assembleias, reuniões e demais iniciativas das cooperativas e associações, visto que toda essa prática é que lhe assegura o empoderamento.

Um dos desafios para os agricultores é conseguir se organizar em organizações afins de sua racionalidade, o que fortalece objetivos e favorece a busca por demandas comuns. Porém, conseguir esse tipo de participação e depois fazer a manutenção dos envolvidos para permanecerem nas instituições ativamente é muito complicado. Nas entrevistas, dentre os pontos destacados pelos entrevistados, a falta de objetividade e resultados com as associações e cooperativas são aspectos que desanimam, para permanecer nesse tipo de instituição.

Para Long e Ploeg (2011), Long e Villareal (1993), os agricultores têm a capacidade de gerar propostas a outros projetos formulados de maneira externa, resultando em toda uma gama de práticas que se refletem na impressionante heterogeneidade da agricultura. Dessa forma, analisar os fatos sociais a partir dos atores permite compreender como as estruturas refletem a eles e de que forma eles mobilizam seus conhecimentos exercendo sua agência.

Pode-se perceber que existe conhecimento dos problemas e/ou necessidades locais por parte dos agricultores, e esse reconhecidamente é um elemento extremamente importante na proposta do desenvolvimento rural sustentável, porém a dificuldade enfrentada reside na capacidade de argumentação e proposição de ideias por parte dos agricultores que frequentam pouco as assembleias e reuniões, e se sentem incapazes e/ou injustiçados ao serem convidados a apresentar soluções.

A fala de um agricultor presidente de uma cooperativa familiar em uma das regiões do estudo, exprime bem essa ideia. Ele relatou que os agricultores familiares não têm paciência e desejam resultados rápidos, pouco se envolvem nos processos e projetos da cooperativa. Segundo ele, *“alguns agricultores esperam por milagres”*. Principalmente quando se lida com a comercialização dos produtos.

No mercado institucional, principalmente, é preciso estar adequado às demandas, e com a documentação em dia para participar dos certames, além da

paciência na repartição dos produtos para entregas e para os prazos de pagamentos.

No entanto, é possível observar que os gestores das organizações coletivas apresentam dificuldades em sistematizar e fazer com que suas discussões sejam mais precisas e estruturadas.

Nesse aspecto, as representações têm papel fundamental neste contexto, são os representantes responsáveis na realização dessa função de ouvir os interesses, problemas e anseios dos seus respectivos grupos e apresentá-los às instituições envolvidas (cooperativas, associações, sindicatos) e mediar essa comunicação. Os sindicatos rurais, por exemplo, têm essa função muito bem esclarecida, e têm espaço para apresentar e discutir em assembleia.

O enfraquecimento da credibilidade das instituições enquanto entidades capazes de assistir e apresentar soluções, traz dificuldades de mobilização, baixa participação nas reuniões e redução do número de associados. Quando isso ocorre, verifica-se claramente que as bases estão construídas sobre estruturas frágeis, decorrente dos processos concebidos anteriormente, das orientações e das práticas ineficazes, normalmente executadas pelas próprias instituições.

Os agricultores familiares do tipo não convencional usufruem de sua capacidade de agência para desenvolverem seus projetos, seja para receber informações e assistência, seja para pleitear políticas públicas.

A agência é a capacidade de conhecer e atuar, de modo que as ações e as reflexões constituam práticas sociais que impactam ou influenciam nas ações e interpretações, tanto próprias como de outros, e se compõe de uma mescla de elementos sociais, culturais e materiais.

Assim, a capacidade de agência se estabelece pelas relações sociais, e só pode ser efetiva através delas (LONG, 2007). Essa capacidade é fundamental para a continuidade de um modelo de agricultura sustentável que vem se desenhando na região pesquisada.

Merece destaque a condução das propostas, projetos e distribuição das ações nas cooperativas e associações, mas um dos grandes desafios é a formulação de estratégias e projetos para o fomento e desenvolvimento, visto que não existe efetivamente uma equipe para elaborá-las, impedindo algumas ações

de avançar; falta instrumentação e formação, fato que pode ser observado pela quantidade de agricultores com baixa escolaridade.

É preciso deixar claro que esse aspecto não é excludente e nem determinante, pois os valores locais, o conhecimento da realidade e a capacidade de articulação são características marcantes e muito evidentes no agricultor familiar não convencional.

A participação é importante e a realidade precisa ser entendida nessa linha de raciocínio, pois são os atores locais que têm esse riquíssimo conhecimento e fazem circular as informações.

Toda a experiência acumulada por esses atores permite evidenciar como cada contexto pode ser visualizado, enquanto forma de potencializar as ações mais próximas da realidade. Nesse sentido, estar atento às diversas racionalidades contribui para que os projetos a serem pensados levem em consideração a realidade e o contexto local e institucional dos agricultores familiares.

Embora as demandas sejam conhecidas pelos agricultores e pela maioria das instituições a que eles estão vinculados, nas reuniões são discutidas e as representações normalmente apresentam alternativas que possam atender as demandas apresentadas.

Quanto à fase de discussões e elaboração dos projetos (Comercialização/industrialização), os membros das instituições não têm muitas informações e conhecimento a respeito da viabilidade econômica das suas propostas.

Observa-se que os membros apresentam uma fragilidade no que diz respeito à presença de formação orientada para a elaboração dos projetos. Quanto à elaboração dos projetos, etapa fundamental para o seu sucesso futuro, tendo em vista o seu alcance às pessoas e comunidades que de fato tenham apresentado uma demanda, esse é um momento de muitos conflitos e de especial interesse de todos.

O processo de elaboração das propostas deve envolver não apenas a sua formulação, mas também deve buscar envolver os seus beneficiários.

Na perspectiva da gestão social o objetivo é evitar a repetição de situações em que as demandas não sejam atendidas ou que isso ocorra de forma parcial.

A dinâmica implementada pelos representantes dos agricultores é a discussão delas no seu processo de elaboração pelos membros das instituições, que por sua vez representam os interesses de grupos diversos da sociedade. Neste processo, não há um envolvimento direto de todos os possíveis beneficiários de uma determinada ação.

Em alguns casos, é possível que ocorra uma reunião em determinada comunidade em sua associação para discussão da proposta. Assim, a participação acontece por meio das representações e de acordo com o posicionamento dos membros agricultores, há participação dos beneficiários no processo de elaboração de projetos.

Outro fator interessante no processo de elaboração de projetos diz respeito à consulta e avaliação de indicadores sociais e econômicos dos municípios, que auxiliam no reconhecimento da dinâmica dos espaços, especialmente do espaço rural. Neste contexto pesquisado, os indicadores não são utilizados periodicamente, alguns membros de instituições e boa parte dos agricultores não têm conhecimento sobre este assunto, embora existam entidades como CMDRS, em grande parte dos municípios pesquisados.

Apesar de todas essas dificuldades, as instituições às quais os agricultores não convencionais estão vinculados são organizações comprometidas com o desenvolvimento local, como cooperativas e associações da agricultura familiar, que conhecem intimamente as necessidades e demandas dos agricultores, e com isso as representações realizadas por eles, bem como a participação dos agricultores familiares a elas ligados, estão mais próximas da gestão social apresentada por Tenório (1993) como processo dialógico e democrático com vistas a alcançar a autonomia e reivindicar lugar e espaço de fala para os atores.

Se pode perceber que a rede constituída pelos agricultores não convencionais em estudo, apesar de vivenciar desafios como a falta de recursos tecnológicos, humanos e materiais, esses, não se sobrepõem a energia e brilhantismo das ações desenvolvidas por essa rede. O que demonstra que quando o grupo consegue se organizar em torno de ideias, e a partir delas constituir organizações como as já citadas, por meio das organizações consolidar parcerias com a sociedade civil, Estado e organizações Privadas a gestão social se consolida, fortalece e aparece

por meio de ações coletivas, como o estabelecimento de leis e até abertura de mercados.

Por fim, em resposta à pergunta do estudo: **Quais são as razões e os significados observados na prática de gestão social entre os agricultores familiares que permitem a emergência da diversidade entre eles?**

Dentre os principais aspectos que explicam tamanha diversidade entre esses atores, está a forma com que cada agricultor 'enxerga' o trabalho em sua unidade de produção, bem como a natureza de suas relações com o mercado e com as instituições com quem mantém vínculos.

O agricultor do tipo convencional gerencia sua unidade produtiva na perspectiva do negócio – o cultivo mais vantajoso, menos penoso e que apresente menor risco e melhores resultados. Está fortemente ligado ao mercado, do qual depende totalmente em seu processo produtivo. Para isso, busca se vincular a instituições com os mesmos valores, como as cooperativas de agronegócios, grandes revendedores de insumos, por exemplo. Demonstrou tendência a uma forte racionalidade instrumental, descrita por Weber (2008), Guerreiro Ramos (1983, 1989) e Serva (1995).

O agricultor do tipo em transição gerencia sua unidade de produção de forma multifacetada, absorvendo práticas e estratégias dos outros tipos de agricultores. Esses agricultores operam com um portfólio mais amplo de estratégias na ocupação do trabalho e renda para viver na agricultura e no meio rural, dessa forma, participa tanto de instituições de grande integração com os mercados (cooperativas dos agronegócios/cadeias longas) como daquelas dedicadas a apoiar a agricultura familiar (associações, feiras do agricultor, cooperativas da agricultura familiar/cadeias curtas). É um tipo híbrido, que direciona suas ações conforme o cenário se apresenta, de modo a garantir a reprodução social e bem-estar da família. Demonstrou em sua gestão tanto condutas da racionalidade instrumental como da substantiva.

Já o tipo não convencional é aquele que gerencia sua unidade de produção como uma extensão de sua vida, na qual ele trabalha, constitui sua família, constrói laços de amizade e retira seu sustento, desenvolve parcerias com instituições de apoio e vizinhos. Os valores e as tradições, culturas do campo estão fortemente arraigadas nesse tipo de agricultor, a ligação com o meio ambiente também, já que

ele conserva em suas práticas de cultivo e manejo ações menos predatórias como diversificação de culturas e uso reduzido de fertilizantes químicos, isso quando não adota práticas totalmente agroecológicas sem uso desse tipo de insumo. Relaciona-se com o mercado institucional e local, de modo a escoar o excedente de sua produção e, desse modo, não é 'refém' do sistema, visto que busca formas variadas de destinar sua produção. Neste tipo de agricultor prevalece com maior intensidade a racionalidade substantiva descrita por Polanyi (1980; 2000).

O estudo demonstra que as racionalidades subsidiam e forjam as escolhas e ações desses atores na prática de gestão social por eles realizadas, e que envolvem muitas variáveis no processo de gestão social de sua atividade e de sua visão de mundo. E, elas são articuladas de forma interdisciplinar e não são fixas, mas, mutáveis frente ao contexto socioeconômico, político, cultural, ambiental, regional e individual.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Com a pesquisa foi possível observar a diversidade da natureza da gestão realizadas pelos agricultores familiares. A tipologia elaborada por Basso (2013) a racionalidade convencional, a racionalidade em transição e a racionalidade não convencional, mostrou-se adequada para o presente estudo.

Os agricultores do tipo convencional praticam uma gestão que se aproxima mais da gestão estratégica das empresas, baseada nas normas e regras, na especialização do trabalho e divisão das atividades, de modo a assegurar melhor e maiores resultados, o que destaca a presença da racionalidade instrumental. Os agricultores do tipo de transição, apresentaram traços de gestão social multifacetados no desempenho de suas atividades. Os agricultores do tipo não convencional por outro lado, apresentaram traços marcantes da racionalidade substantiva e ambiental no desempenho de suas atividades.

Os agricultores familiares também reconhecem seu papel e sua importância na produção de alimentos e como representantes de um grupo – Agricultores Familiares –, que junto a organizações coletivas e órgãos de classe buscam vencer desafios e limites impostos ao seu grupo, como a falta de recursos, a ausência de políticas públicas específicas a cada tipo de agricultor familiar, a falta de uma ater com quantidade e qualidade para dar o devido suporte e orientações para a agricultura familiar em uma perspectiva voltada à agricultura sustentável.

Foi possível perceber que as organizações que representam os agricultores, a despeito de todos os desafios que enfrentam, por meio da mobilização, procuram institucionalizar as demandas da agricultura familiar de forma que deixem de ser questões particulares e passem a coletivas e, portanto, dignas de merecimento e atenção. É o caso das cooperativas e associações, por exemplo.

Outro ponto de destaque é a participação dos agricultores familiares, nas instituições onde possuem vínculo (associações/cooperativas/sindicatos dentre outros) que pode e deve ser maior do que simples captação de demandas nas reuniões e assembleias. Pois, a experiência e conhecimentos adquiridos ao longo da vida na atividade agrícola lhes conferem plenos poderes e direitos de participarem de modo ativo ao que se denomina cidadania deliberativa participativa.

Contudo, o que se pôde observar foi que a capacidade de agência dos agricultores necessita ser construída e fortalecida continuamente. Com essa

perspectiva, pôde-se verificar que as agências e a construção do capital social entre os agricultores se constituem de uma construção realizada no dia a dia das atividades, pela participação e compartilhamento de objetivos comuns, como a busca de melhoria das condições de vida e de uma maior representatividade das demandas da agricultura familiar. Dessa forma, as organizações contribuem para o empoderamento dos agricultores familiares, e atuam com eles na construção desse processo.

A importância das redes para o agricultor familiar em transição e não convencional, foi percebida de diversas formas. Pôde-se verificar, por exemplo, a possibilidade de uma melhor inserção em mercados, a partir de produtos com melhor qualidade e da organização e assessoria para a venda em conjunto, realizada tanto pelas feiras do agricultor como pelas cooperativas e associações da agricultura familiar. Esta mudança da relação de poder em relação ao mercado, com melhores condições de negociação, traz um maior empoderamento dos agricultores.

Outra forma pôde ser verificada na mudança do relacionamento com o Estado, por parte dos agricultores familiares não convencionais, pela possibilidade de uma maior inserção em políticas públicas ainda que insuficientes até o presente momento, na participação em espaços de gestão social e, também, de uma maior expressão das demandas da agricultura familiar nesses espaços. Além disso, o empoderamento pôde ser notado no maior acesso pela agricultura familiar aos poderes e órgãos públicos locais, pela mediação e apoio de organizações, como da cooperativa de agricultores, seja para a consecução do transporte de materiais, seja no acesso ao crédito, nas parcerias para comercialização.

Isso demonstra que a gestão social, por meio de uma proposta dialógica, acaba sendo caminho adequado. No entanto, também é preciso ressaltar que esse diálogo só acontece quando os envolvidos possuem agência e poder de negociação. Do contrário, o grupo mais forte satisfaz seus interesses, sem se preocupar com as necessidades do outro. Sendo assim, para que ocorra o “equilíbrio” de forças é fundamental que a agricultura familiar esteja organizada e representada em instâncias maiores, seja por meio de suas instituições e/ou dos órgãos públicos responsáveis.

Nesse sentido, vale ressaltar que a natureza dos vínculos com organizações afins é muito importante. Nas regiões pesquisadas, em especial no Noroeste, esse fator demonstrou ser um problema visto que a predominância da agricultura moderna quase que torna invisível as demais racionalidades nessa região, mas um ponto positivo é que mesmo apesar de tudo isso existem iniciativas e instituições voltadas para a agricultura familiar sendo constituídas, o que demonstra a força e resistência desses atores.

Também foi observada a maior participação das mulheres em todos os espaços, como sindicatos, associações e cooperativas com um melhor posicionamento. Isso marca o aumento da cidadania feminina, com maior entendimento de seus direitos e menor submissão. A geração de renda e produção feminina vêm se fazendo notar, por exemplo, por meio dos produtos comercializados nos mercados locais e institucionais que, no caso do mercado da agricultura familiar das agroindústrias em particular, são fornecidos, em sua maioria, por mulheres. Todos esses exemplos manifestam o empoderamento feminino frente ao Estado, mercado e sociedade civil.

Ao refletir sobre a parceria entre poder público, sociedade civil e agricultores familiares para o desenvolvimento rural sustentável foi observado que no poder público há limitações e que, na maior parte das vezes, esse ente não procura se capacitar para buscar alternativas de desenvolvimento, principalmente para a agricultura não convencional. Por isso, a formatação dos projetos e demais ações tem partido, principalmente, das diversas institucionalidades dos agricultores que estão mais envolvidos, possuindo maior conhecimento da realidade e capacidade para propor. Esses representantes também mencionam a dificuldade que a maioria das prefeituras tem em construir um projeto de desenvolvimento eficaz. Isso contribui para a atuação mais efetiva de outras instituições na formulação de propostas de políticas públicas, como no caso citado pelos agricultores sobre a lei Municipal de Marechal Cândido Rondon, que direciona que a compra para merenda escolar venha da produção orgânica e agroecológica; o papel da Universidade Unioeste, juntamente com instituições locais dos agricultores familiares, teve papel decisivo para que o projeto de lei fosse aprovado. Isso demonstra a construção e importância das redes de que participam os agricultores que, por meio de fortes

laços e vínculos com as instituições e comunidade, conseguem maior espaço e visibilidade para suas causas, como a sustentabilidade ambiental, por exemplo.

Observou-se a existência, nas organizações das quais os agricultores em transição e não convencionais estão vinculados, de diversos elementos de destaque para a análise do desenvolvimento rural e da agricultura familiar. Um deles trata da importância da existência de organizações de apoio à agricultura familiar como as associações, feiras e cooperativas solidárias. Descobrir novas técnicas de produção, melhorar a qualidade de produtos e formas de comercialização, articular mercados, pesquisar formas de conservação e recuperação de recursos naturais, participar em espaços de representação política, redes e articulações diversas, adquirir conhecimentos e capacidades em variadas áreas etc., são tarefas difíceis de serem realizadas pelos agricultores no dia a dia, visto que demandam tempo, conhecimentos técnicos, recursos financeiros e materiais, entre tantos outros requisitos. Na carência de estruturas específicas para esse fim, tal tarefa se tornaria bastante difícil para agricultores familiares, que teriam que dedicar tempo e esforços para se capacitar, articular etc., e, em muitos casos, poderiam até ter que abandonar a condição de agricultor, comprometendo o sustento da família, para desenvolver tais atividades. As organizações de apoio auxiliam, assim, nesse processo. É importante destacar que isso não significa que os agricultores simplesmente deleguem essa responsabilidade às organizações de apoio, afastando-se do processo. No entanto, com o auxílio delas, podem ter uma participação de acordo com suas possibilidades, contribuindo e recebendo contribuições durante esse processo dialógico. Um exemplo diz respeito às políticas públicas. Se os agricultores não contassem com estruturas como organizações não-governamentais e sindicatos que os apoiassem nesse processo, dificilmente teriam condição de realizar a gestão e demais ações para consolidação da agricultura familiar por meio de uma associação, por exemplo. Para a operacionalização de ações, é necessário que haja pessoas com disponibilidade exclusiva e uma estrutura adequada, o que dificilmente seria o caso, e nem o papel de uma associação de agricultores. Mas, passado o desafio da fundação dessas organizações, elas ganham vida própria e passam a integrar espaços às vezes impensados pelos próprios agricultores, como redes de organizações afins, novos espaços de políticas públicas etc. O desafio está em continuar sendo expressão

dos interesses da agricultura familiar e não apenas de seus próprios interesses, garantindo a participação dos agricultores em seus destinos e ações.

Em relação às políticas públicas, percebe-se que, pela organização e representação da agricultura familiar, é possível catalisar demandas, articular ações e conformar projetos verdadeiramente integrados. Já no âmbito municipal, entretanto, o que se observa é a ausência de projetos e políticas formatadas com o objetivo específico de desenvolvimento da agricultura familiar, que busquem aproveitar o potencial dessas organizações. Muito embora a institucionalização contribua verdadeiramente para o aumento de ativos à disposição dos agricultores familiares, que influenciam tanto no acesso a outros ativos e atores como na forma como os agricultores irão compor sua estratégia de desenvolvimento. Mesmo em meio a tantos atributos, esse potencial não é aproveitado.

Tais aspectos destacados são temas de interesse de estudos futuros para aprofundar o entendimento sobre o tema.

Por fim, fica destacada a importância do agricultor familiar para o desenvolvimento rural sustentável, que por toda diversidade e heterogeneidade que apresenta, esse ator tem imensa capacidade de se reinventar ao longo do tempo e da história sobrevivendo e ressignificando sua identidade socioprofissional como agricultor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. 31p. (Textos para Discussão,702).

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, v.4, n.2, p.1-10, abr./jun. 2000a.

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Capital Social: Cinco proposições sobre desenvolvimento rural**. Mimeo, 2000.

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, p.5-31, jun.1998.

ARAÚJO, F. C. ; NASCIMENTO, E. P. O papel do Estado na promoção da sustentabilidade da agricultura. **Revista da UFG**, Vol.7, no. 1, junho 2004.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade : contexto, desafios, cenários. Artigo publicado em **Ciência & Ambiente**, n. 29, 2004, p. 15-30.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASSO, D. . GEHLEN, I. Agricultores Familiares Modernos e Diversos. **Revista Orbis Latina**, vol.5, nº2, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Janeiro-Dezembro de 2015. Disponível em <https://revistas.unila.edu.br/index.php>. Acesso: ago; 2020.

BASSO, D.; DELGADO, N.G.; SILVA NETO, B. O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.1, n.1, 24p, nov. 2002.

BASSO, D. **Racionalidades modernas e identidades socioprofissionais de agricultores familiares**. 238 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. Desenvolvimento rural sustentável e geografia agrária. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 8, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. (Tradução: Marco Aurélio Nogueira). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 84 p. (Coleção Primeiros Passos).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311p. (Memória e Sociedade).

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

BUAINAIN, A. M. et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: UNICAMP, 2007. 238p

CABONE, P.P. Fenômenos ligados ao Autoritarismo Organizacional: A Visão Crítica de Guerreiro Ramos. R.A.P. Rio de Janeiro, jul./set.:1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/8939/7846/19671>. Acesso: Out, 2020.

CANÇADO, A. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

Cançado, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. Lavras : UFLA, 2011. 246 p. : il. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2011.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. In: A diversidade da agricultura familiar. SCHNEIDER, S (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CARNEIRO, S. Práticas, discursos e arenas: Notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, 2 (4): 129–158, 2012.

CENSO AGROPECUÁRIO, 2017. Resultados definitivos. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Rio de Janeiro, 2019. v. 8, p.1-105. Acesso: ago. 2021.

CHAMBERS, Robert e CONWAY, Gordon R. **Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century**. Institute of development studies: Discussion Paper nº 296, 1992.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidade econômica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COSTA, D. da S. **Gestão social do desenvolvimento rural sustentável de um território: fatores determinantes para o fortalecimento e articulação horizontal e vertical de conselhos e fóruns participativo**. Recife: 2007. 275 folhas: fig. e tabela. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2007.

COSTABEBER, J.A. e CAPORAL, F.R. **Possibilidades alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. In: VELA, Hugo (Org.) et. al. Agricultura familiar. Santa Maria, UFSM. 2003.

DELGADO, N.G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesca: reflexões metodológicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.16, p.62-73, abr. 2001.

DELGADO, N.G. **Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo**. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A EXTENSÃO E O NOVO ESPAÇO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO, 2002, Recife. Anais...Recife: [s.n.]. 8p.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Fortaleza: UFC. 1987. 176 p.

DENARDI, Reni A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. EMATER/Paraná: Curitiba. 2000.

DÓREA, A.T.N. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade em Mutuípe-BA: Estudo propositivo sobre planejamento agroecológico de produção agrícola em comunidade rural**, Salvador,2011.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. São Paulo: Livraria e Editora Agropecuária, 1999. 157 p

EHLERS, Eduardo M. **O que se entende por agricultura sustentável?** In: VEIGA, José E. (org). *Ciência Ambiental; primeiros mestrados*. São Paulo: Annablume: FAPESP. 1998. p.81-102.

EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FARAH, M.F.S. **Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil**. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.4, n.31, p.126-156, jul./ago. 1997.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Problemática ambiental ou problemática socioambiental? a natureza na relação sociedade/meio ambiente**. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008.

FERREIRA. A. A.; REIS, A. C. F.; PEREIRA M.I. **Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias**. São Paulo: Pioneira, 1997.

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. *Poderes Locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Épocas de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Definido Gestão Social**. In: SILVA JR, Jeová Torres; MÂISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Unesp. 2008a.

GLIESSMAN, S. R. **Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2.ed. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2001.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GRAZIANO da SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996. 217p.

GRAZIANO da SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, maio 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. 18o edição. Editora Brasiliense, 1994.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014. INSTITUTO PARANANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – IPARDES. **PERFIL DAS REGIÕES**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-das-Regioes>. Acesso 13 Jul. 2022.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da Modernidade**. Lisboa: Don Quixote, 1990.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social**. Tomo I. Madrid: Taurus, 1987.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL : Brasil : 2015 / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 352p.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma visão acadêmica / Afonso Rodrigues de Aquino, Josimar Ribeiro de Almeida, Mary Lucia Gomes Silveira de Senna, Veruska Chemet Dutra, Tainá Pellegrino Martins. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Rede Sirius; OUERJ, 2014. 189 p.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mar. 2003. p. 189-205.

LAMARCHE, H. (Coord) **A Agricultura Familiar comparação Internacional**. Campinas: Unicamp, 1998. 335 p.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau : Editora da FURB, 2000.

LEFF, E . **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza** / Enrique Leff; tradugáo Luís Carlos Cabral. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, A. J. P. de. **A natureza da prática administrativa na produção familiar**: um estudo na comunidade de Santana, município de Tapejara (RS). Lavras, 1992. Dissertação (Mestrado) – ESAL.

LIMA, A.P. de. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 2ª ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001, 221 p.

LIMA, J.E. de S. **As racionalidades substantivas no debate socioambiental e na gestão das águas**: indagações epistemológicas. Curitiba, 2005. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR.

LONG, N. **Sociologia do desenvolvimento: perspectivas do ator**. Londres e Nova York: Routledge, 2001. 293 p.

LONG, N. **Sociologia do desenvolvimento: uma perspectiva centrada no ator**. México, Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social: El Colegio de San Luis. 2007. 504 p.

LONG, N.; LIU, J. A Centralidade de Atores e Interfaces na Compreensão das Novas Ruralidades: Um Estudo de Caso Chinês. **Journal of Current Chinese Affairs**, 38 (4): 63-84, 2009.

LONG, N.; PLOEG, JP **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura**. In: SCHNEIDER; S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas sociais teóricas e práticas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 21-48.

LONG, N.; VILLARREAL, M. **Explorando interfaces de desenvolvimento: da transferência de conhecimento à transformação de significado**. In: SCHUURMAN, F. (ed). Além do impasse: novas direções na teoria do desenvolvimento. Zed Press, Londres. 1993. pág. 140-168.

MARCH, James Gardner; SIMON, Herbert Alexander. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 2. ed. 1970, 353 p.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSCHALL, C. R. Motivações para o cooperativismo na pequena propriedade. **Organizações & Sociedade**, 16(49), 287–306, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/428/motivacoes-para-o-cooperativismo-na-pequena-propriedade>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MARTINS, Sergio Roberto. **Agricultura e sustentabilidade: seus limites para a America Latina**, EMATER, 2001.

MEIRELES, Manuel; SANCHES, Cida. ST-ODA: Strategic Trade-Off Decision Analysis – **Processo de tomada de decisões gerenciais multicritério subordinadas à vantagem competitiva**. São Paulo: FACCAMP, 2009, 154 p.

MORAES, F, D. **A Organização espacial de Mata/RS: reestruturação produtiva no seu espaço produtivo**. 2009.154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

NORTH, Douglass. **Entendendo o processo de mudança econômica**. Clássicos Liberais. Revista Banco de Ideias, n. 46. 2009, 18 p.

PAVINATO, J. M. S. **A Importância da Administração para Agroindustrialização Familiar e sua Influência no Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar) Unioeste, 2018.

PAVINATO, J.M. S. e BERTOLINI, G.R.F. A gestão na agricultura familiar: uma análise nas pesquisas da Web off Science e Scopus. **REGIT, Fatec-Itaquaquecetuba**, SP, v. 16, n. 2, p. 64-81, jul/dez 2021.

PEREIRA, M. J. L. de B.; FONSECA, J.G.M. **Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997. p. 275.

POLANYI, K. **L'économie en tant que procès institutionnalisé**. In: SERVA, M.R. de O. Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas. São Paulo: EAESP/FGV, 1996.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia. a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.97-132/173-194.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um Toque de Clássicos.** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GUERREIRO RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro. FGV, 1981.

GUERREIRO RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GUERREIRO RAMOS, A. G. **Administração e contexto brasileiro.** Elementos de uma sociologia especial da administração. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, métodos e técnicas.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RUCKERT, A. A. **Metamorfoses do Território: A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 223 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002. SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, C.E.S. **Agricultura familiar, marketing e inserção nos mercados: o sonho possível?** 1999. 87p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)- Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SCHNEIDER, S ;NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura.** In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS NETO, Austecínio Lopes de (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural.** Ruris, Campinas, v. 4, p. 88-131, 2010.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso.** In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V.(Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, p. 1-24, 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 205 p.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C. C. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul.** In: A diversidade da agricultura familiar. SCHNEIDER, S (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Traduzido por: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SEN, A. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das letras, 1999, 143 p.

SERVA, M. O estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.41-54, nov./dez. 1997.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.33, n.2, mar./abr.,1993, p.36-43.

SERVA, M. Roque. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 108-134, mar./abr. 1997.

SERVA, M. Roque. **Administração e contexto brasileiro:** esboço de uma teoria geral da administração. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983. 350p.

SERVA, M. R. O. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas.** 633 f. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: EAESP/FGV, 1996.

SILLAMY, N. **Dicionário de psicologia.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres (Coord.) **Gestão Social: Prática em Debate, Teoria em Construção.** Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – Universidade Federal do Ceará/Campus do Cariri. Juazeiro do Norte, 2008.

Disponível em: [Livro-1-](#)

[ColeçãoEnapegsV1_GestãoSocialPraticasDebatesTeoriasConstrução.pdf](#) (ufsc.br). Acesso: Jan. 2022.

SOUZA FILHO, H.M; BATALHA, M. O. (orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2011. 304 p.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 346 p. , 2006

STROPASOLAS, V.L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas (Impresso)**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 26-29, 2011.

TCHAYANOV. A. V. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

TENÓRIO, F.G. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v.32, n.5, p.7-23, set./out. 1998.

TENÓRIO, F.G.; ROZENBERG, E.R. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.101-125, jul./ago. 1997.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular , 2015.

TOLEDO, Víctor M. Modernidad y ecología. La nueva crisis planetaria. **Ecología Política**, 1992.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. V. **O modo de produção camponês revisitado**. A diversidade da agricultura familiar, p. 13-54. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Estudos Rurais), 2006.

VEIGA, J. E. da, **Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil**. In: XXI Encontro Anual da ANPOCS, 2001. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st01-2/5212-joseveiga-uma-estrategia/file>. Acesso, out.2020.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1991.

VOSS, Rita de Cássia Ribeiro. Cognição e valores: dois aspectos da educação. Ciências & Cognição (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 14, p. 255-264, 2009. Disponível em: http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_1/m318328.pdf. Acesso mar.2020.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, p. 23-56, 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. **Os estudos rurais no Brasil: as ciências sociais e as questões da sociedade**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

WANDERLEY, M.de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. UFRGS Editora, 2009.

WAQUIL, P.D.; MIELE, M. ; SHULTZ, G. **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo curso de graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, da SEAD/UFRGS.- Porto Alegre: Editora, UFRGS,2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56447/000784016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso: ago. 2020.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cutrix, 1968.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UnB. 2 vols. 1998.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

APÊNDICE ROTEIRO DA ENTREVISTA

PESQUISA - AGRICULTURA FAMILIAR

1. SR. (A) QUAL SEU NOME?

2. EM QUAL MUNICÍPIO RESIDE/TRABALHA?

3. QUAL SUA IDADE?

4. QUAL SUA ESCOLARIDADE?
 - Ensino Fundamental completo
 - Ensino Fundamental incompleto
 - Ensino Médio
 - Ensino Médio incompleto
 - Ensino Superior
 - Ensino Superior incompleto
 - Pós-graduado

5. QUANTOS FILHOS TÊM?
 - 1 FILHO (A)
 - 2 FILHOS (AS)
 - 3 FILHOS (AS)
 - 4 FILHOS (AS)
 - 5 FILHOS (AS)
 - Nenhum

6. QUAL A ESCOLARIDADE DE SEUS FILHOS (AS):

	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO SUPERIOR	ENSINO SUPERIOR INCOMPLET
FILHO (A) 01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FILHO (A) 02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FILHO (A) 03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FILHO (A) 04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FILHO (A) 05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
não tem filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

USO DA TERRA

7. É PROPRIETÁRIO DA TERRA?

Marcar apenas uma oval.

SIM

NÃO

8. QUAL O TAMANHO TOTAL DA PROPRIEDADE EM HECTARE? (ÁREA CULTIVADA)

9. POSSUI BLOCO DE PRODUTOR RURAL?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. O QUE SEU ESTABELECIMENTO PRODUZ PARA FINS DE COMERCIALIZAÇÃO:

Marque todas que se aplicam.

	sempre	as vezes	nunca	não se aplica
Cereais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
leite	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pecuários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processados Agroindustria Familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hortifruti	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. O QUE SEU ESTABELECIMENTO PRODUZ PARA FINS DE COMERCIALIZAÇÃO:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Totalmente Agronegócios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Totalmente Mercado Locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mista (duas anteriores)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mercados Institucionais (PAA/PNAE)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. COM RELAÇÃO A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO :

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Tem todas as maquinas/equipamentos que precisa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem parte das máquinas/equipamentos que precisa (compras outra parte dos serviços)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16. QUANTO A QUANTIDADE DE FERTILIZANTES UTILIZADOS NO ESTABELECIMENTO SEGUE:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Recomendações técnicas (Agrônomos/técnico agrícola)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De acordo com sua experiência e observando riscos da atividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. QUANTO AS SEMENTES GENÉTICA ANIMAL E VEGETAL UTILIZADAS SÃO:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Linha Crioulas/mestiças/adaptadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alta tecnologia (transgenicos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Média tecnologia (híbridas/convencionais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. QUANTO A ORIGEM DOS FERTILIZANTES /HERBICIDAS E INSETICIDAS OS UTILIZADOS NO ESTABELECIMENTO SÃO:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
De origem industrial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De origem orgânica / naturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Faz uso misto (de origem industrial e orgânico)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. QUANTO AO USO DO SOLO:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Coberto por culturas comerciais (inverno/verão) ano após ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Intercalando culturas comerciais e culturas para cobertura e recuperação do solo (adubos verdes/biomassa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. QUANTO AO AUTOCONSUMO DA FAMÍLIA VEM DA :

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Maior parte vem de dentro do estabelecimento familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maior parte vem de fora do estabelecimento familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

GESTÃO SOCIAL

19. QUANTO AO ACESSO AS POLÍTICAS DE CRÉDITO E ATER:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Crédito de investimento (diversas linhas existentes)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito de custeio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ATER Pública (ESTADO)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ATER Privada (fornecida por grandes empresas e cooperativas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ATER paga (parcial ou total)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ATER de ONG	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

20. COM RELAÇÃO A FREQUÊNCIA DAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS OCORRE:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Mensal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trimestral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Somente quando acionada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não recebe orientação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. ESTÁ ASSOCIADO OU MANTÉM VÍNCULOS COM:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Associação (formal/informal e local/Regional)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cooperativa de Agronegócios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empresas privadas (integrado/comercializa/serviços)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cooperativas Economia Solidária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cooperativa de crédito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sindicatos do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sindicato Patronal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Grupos de troca de trabalho entre si (informal)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ONGs (Orientadas pelos princípios da agroecologia e de apoio a inclusão social)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação de Comunitária (maq./ equip./ outros fins)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quanto a natureza da participação:

- a) Com que frequência participa de encontros e reuniões?
- b) Das ideias e discute alternativas?
- c) Sente-se ouvido e atendido em suas demandas?
- d) Os gestores das instituições estão abertos ao diálogo?
- e) qual a importância dessas instituições/organizações para seu trabalho?
- f) como vê o papel do Estado e da Prefeitura no seu trabalho?

22. QUANTO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Orientada para um modelo de produção de escala; alta produtividade, especializada e de maior renda ;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientada para um modelo de produção em bases agroecológicas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientada por um modelo de produção diversificado com agregação de valor aos produtos ;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. QUANTO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL :

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Dias de campo (agronegócios)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dias de campo (Agroecologia)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cursos de curta duração (até 40Hs)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cursos de média duração (mais de 40 hs a 200hs)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cursos de longa duração (mais de 200 hs)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Palestras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cursos online	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Exposições agropecuárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Festas temáticas (Ex.: Sementes Crioulas; Vinho e do Queijo; ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24. A PRODUÇÃO COMERCIAL DA SUA UNIDADE DE PRODUÇÃO É ORIENTADA A PARTIR:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Do pacote tecnológico (grandes empresas e cooperativas);	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A partir de sua própria experiência;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Da troca de experiência com consumidores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De forma híbrida pelo pacote tecnológico e pela experiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

25. QUANTO AO ACESSO AS INFORMAÇÕES GERAIS OCORREM VIA:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rádio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jornal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Por meio de amigos e vizinhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Por meio da ATER	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

26. Quanto aos Padrões de Qualidade dos produtos comercializados se baseiam no modelo:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Convencional (estabelecido pelos atores dominantes da CP)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Híbrida (resultante da convencional e da agroecológica)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agroecológica (estabelecido num acordo entre Prod./Consumo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27. A RENDA ANUAL DA UNIDADE FAMILIAR (TOTAL) É COMPOSTA POR:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Cadeias longas de produção (grandes mercados)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cadeias curtas de produção (comercio local e de porta em porta)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atividades não agrícolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Venda de serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aposentadoria e auxílios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mercados Institucional PAA PNAE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

28. COM RELAÇÃO AO SISTEMA DE CULTIVO CONSIDERA QUE:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Especializado em Cereais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especializado em Pecuária (aves, leite, suínos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especializados mas com integração de cereais e produção animal; diversificados, ou seja, integra três ou mais atividades comerciais de renda;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

29. COM RELAÇÃO AS OCUPAÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Todos os membros da família trabalham no interior do estabelecimento familiar?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um ou mais membros da família trabalha fora do estabelecimento familiar?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dentro da unidade familiar com agroindustrialização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

30. QUANTO A MÃO DE OBRA FAMILIAR ELA ESTÁ:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Adequada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem mais do que a necessidade do projeto em curso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

31. NA GESTÃO DE SEU ESTABELECIMENTO TEM COMO OBJETIVO:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Busca do lucro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir os riscos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Questões socioambientais....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

32. CONSIDERANDO A RENDA LÍQUIDA, DO ESTABELECIMENTO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS ELA ESTÁ EM TORNO DE:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Renda até R\$ 5000	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Renda entre R\$ 5001 e R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Renda entre R\$ 10.0001 e R\$ 15.000,00	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Renda entre R\$ 15.001 e R\$ 20.000,00	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mais de R\$ 20.001,00	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33. QUANTO A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES NO ESTABELECIMENTO RURAL COM RELAÇÃO AOS FILHOS/AS:

Marque todas que se aplicam.

	Sempre	As vezes	Nunca	Não se aplica
Os próprios filhos/as decidem seus projetos profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
São apoiados para se qualificarem objetivando permanecer na propriedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O projeto da família considera as oportunidades de renda dos filhos/as e sucessão familiar (eles estão inseridos nas decisões.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os filhos/as já assumem responsabilidades produtivas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os filhos/as estão conectados com o projeto dos pais (ou estão apenas para atingir vida adulta, ajudar os pais e sair depois)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. O QUE SEU TRABALHO REPRESENTA NA VIDA DA SUA FAMÍLIA E PARA COMUNIDADE ?

Marque todas que se aplicam.

- Respeito
- Prestígio social
- Exercer atividade importante e desafiadora
- Satisfação pessoal
- ofertar alimentos saudáveis

Outro: _____

Considerando vossa experiência:

- a. Quais os principais desafios para um agricultor familiar hoje?
- b. Quais as principais motivações para permanecer na atividade?

Obrigada pela colaboração! Foi muito relevante para a pesquisa.